

# **Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO: conservação do patrimônio e desenvolvimento regional sustentável**

ADRIANO SEVERO FIGUEIRÓ  
ANGELITA ZIMMERMANN  
JACIELE CARINE VIDOR SELL  
PATRÍCIA DE FREITAS FERREIRA  
ORGS.

SÉRIE  
EXTENSÃO





# **Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO: conservação do patrimônio e desenvolvimento regional sustentável**

**1ª edição**

## **Organizadores**

Adriano Severo Figueiró

Angelita Zimmermann

Jaciele Carine Vidor Sell

Patrícia de Freitas Ferreira

Santa Maria/RS  
Pró-Reitoria de Extensão | UFSM  
2022



G345 Geoparque Quarta Colônia aspirante Unesco [recurso eletrônico] :  
conservação do patrimônio e desenvolvimento regional  
sustentável / [organizadores] Adriano Severo Figueiró ... [et  
al.]. – 1. ed. – Santa Maria, RS : UFSM, Pró-Reitoria de  
Extensão, 2022.

1 e-book : il. – (Série Extensão)

ISBN 978-65-87668-79-6

1. Quarta Colônia/RS 2. Geobiodiversidade 3. Território  
4. Cultura I. Figueiró, Adriano Severo II. Título.

CDU 551.4(816.5)  
719(816.5)

Ficha catalográfica elaborada por Lizandra Veleda Arabidian - CRB-10/1492  
Biblioteca Central - UFSM





**UFSM**  
Pró-Reitoria de  
Extensão

**Reitor**

Luciano Schuch

**Vice-Reitora**

Martha Bohrer Adaime

**Pró-Reitor de Extensão**

Flavi Ferreira Lisboa Filho

**Pró-Reitora de Extensão Substituta Cultura e Arte**

Vera Lucia Portinho Vianna

**Articulação e Fomento à Extensão**

Rudiney Soares Pereira

**Desenvolvimento Regional e Cidadania**

Jaciele Carine Vidor Sell

**Subdivisão de Divulgação e Eventos**

Aline Berneira Saldanha

**Capa**

Nick da Rosa dos Santos

**Editoração**

Patrícia Inês Schwantz

**Revisão textual**

Rosana Maria Schmitt

**Imagem da capa (Aquarela)**

Dilson Nicoloso Cechin

**Direitos reservados desta edição:**

Universidade Federal de Santa Maria

© *Copyright*: dos autores





Organização  
das Nações Unidas  
para a Educação,  
a Ciência e a Cultura



- Cátedra UNESCO de Geoparques,
- Desenvolvimento Regional Sustentado e
- Estilos de Vida Saudáveis
- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
- Vila Real, Portugal

## **Conselho Editorial**

**Profª. Adriana dos Santos Marmori Lima**

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

**Profª. Olgamir Amancia Ferreira**

Universidade de Brasília - UnB

**Profª. Lucilene Maria de Sousa**

Universidade Federal de Goiás - UFG

**Prof. José Pereira da Silva**

Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

**Profª. Maria Santana Ferreira dos Santos Milhomem**

Universidade Federal do Tocantins - UFT

**Prof. Olney Vieira da Motta**

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

**Prof. Leonardo José Steil**

Universidade Federal do ABC - UFABC

**Profª. Simone Cristina Castanho Sabaini de Melo**

Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP

**Profª. Tatiana Ribeiro Velloso**

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

**Odair França de Carvalho**

Universidade de Pernambuco - UPE



## PREFÁCIO

A Quarta Colônia, além de encantadora, é um campo fértil de temáticas para investigações, que vai muito além da paleontologia. Nesse sentido, muitas pesquisas a respeito dessa região são desenvolvidas, só que nem sempre os resultados dos trabalhos chegam a todos os interessados, como os moradores do território. E é exatamente isso que este livro propõe, apresentar e disponibilizar, por meio de 9 capítulos, resultados parciais e discussões de projetos que são desenvolvidos ou que tem como foco o território da Quarta Colônia.

O conteúdo deste livro exemplifica com muita clareza o que frequentemente precisa ser reafirmado: que um Geoparque não engloba apenas geologia, muito pelo contrário, ele precisa ser interdisciplinar, e, sendo assim, pode e deve servir de inspiração para pesquisas de muitas áreas, como turismo, arte, comunicação, educação, cultura, entre outras.

Com isso, ao longo da leitura dos capítulos, apreciamos a transformação das belezas da Quarta Colônia em arte, a possibilidade de explorar o turismo arqueológico, considerando os muitos sítios com esse valor registrados no território, a busca pelo desenvolvimento sustentável por meio da educação patrimonial, inclusive com a utilização de estratégias de geoeducação, a questão quilombola no território, principalmente no que diz respeito ao acesso à terra e a políticas sociais, entre outros aspectos.

Desejo aos leitores deste material, além de prazer pela leitura, um entusiasmo pelas possibilidades do território da Quarta Colônia. Além disso, desejo que ele sirva de inspiração para futuros pesquisadores, para que continuem o trabalho de semear ideias e de contribuir, assim, na busca por um desenvolvimento cada vez mais sustentável para a Quarta Colônia.

***Michele Hennig Vestena***

Vice-diretora do Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO



## APRESENTAÇÃO

Este é mais do que um livro, é uma arma! É um instrumento de luta contra a desesperança de um mundo que naufraga na velocidade insensível do tempo que tudo transforma. Como bons lutadores, os autores que generosamente oferecem estes nove capítulos a seguir, nos convidam a “sentir” o território e enfrentar o desafio de conservá-lo frente a tantas ameaças que nos rodeiam.

A Terra, nos seus 4,6 bilhões de anos de vida, transformada pelos pouco mais de duzentos mil anos da história humana, e acelerada por menos de um século do Antropoceno, encerra uma complexidade incapaz de ser racionalmente apreendida pela ciência analítica. É preciso reinventar a forma de compreender o mundo e, como dizia o poeta francês Francis Ponge, “tudo começa por uma sensação, por uma emoção”. Seja narrado por textos construídos em ateliês ou aquarelas pintadas em imersão na paisagem, o território não se rende ao escrutínio da lupa, reivindicando uma filosofia do olhar capaz de transcender a universalidade das leis que regem a sociedade global.

A paisagem-território sobre a qual se desenvolve uma cultura é sempre algo único, produzido pelo encontro de múltiplos tempos, processos e relações que a transformam em uma herança intergeracional; é uma espiral dialética que é produzida e que produz, que transforma e é transformada, numa dança permanente em que seres humanos e natureza se reconhecem mutuamente no tempo. Resgatar essa “arqueologia do viver”, e interpretá-la ao visitante por meio do turismo, não é apenas uma forma de impulsionar o desenvolvimento, mas, muito mais do que isso, é uma forma de resistir; ou melhor, uma forma de (re)existir por meio do envolvimento.

O patrimônio não guarda apenas as chaves do passado, mas nos ajuda a compreender o sentido da existência atual e pavimenta o caminho sobre o qual adentramos no futuro. Mas seu valor nem sempre é evidente aos olhos; as luzes de um mundo absorvido pela sua própria capacidade de inovar, por vezes ofuscam nossa percepção de espaço e tempo, transformando-nos em Thanatus da nossa própria existência. Quando esquecemos que esse personagem grego é filho de Érebo, o deus da escuridão, filho do caos, corremos o sério risco de associar a busca do desenvolvimento com a supressão do passado, e esse pode ser o atalho mais rápido para o vazio civilizatório de um mundo em crise. A educação patrimonial vem justamente para nos lembrar de tal insensatez. Seja por meio de jogos ou outros instrumentos educativos, a educação é sempre uma luta contra a morte; a morte da memória,



a morte das heranças, a morte do tempo. A geoeducação, como expressão de uma educação patrimonial ancorada no território é, acima de tudo, um enunciado de vida; mas não de qualquer vida, e sim da “vida boa”, da vida saudável, diversa, interdependente e orgulhosa da sua própria identidade refletida no território.

Educar uma comunidade para compreender, divulgar e proteger o seu patrimônio, implica, necessariamente, fortalecer os eixos centrais que estruturam as relações e a vida dessa comunidade. Questões como o compartilhamento de valores, o desenvolvimento de lideranças e responsabilidade, o empreendedorismo e a capacitação para o atendimento dos visitantes são, também, questões que precisam ser ensinadas e aprendidas e essa é uma tarefa para a qual a educação patrimonial, ou a sua vertente territorial, a geoeducação, é convocada a dar respostas. Parte dessas respostas encontram-se nas páginas seguintes.

O livro é fruto do trabalho de extensionistas da UFSM, que vêm dedicando mais do que o seu tempo e conhecimento, mas também sua energia e seus sonhos ao projeto estratégico e institucional “Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO” e às parcerias interinstitucionais daí resultantes.

O Geoparque pode ser tão profundo quanto desejemos e, claro, muito maior do que vemos. Tudo depende, como dizia o grande escritor galego Vicente Risco, “da grandeza do seu espírito”. Quanto menor for a tua alma, mais terra precisarás para saciar-te. No entanto, advertia o grande escritor ao falar da sua terra: “se o seu pensamento é profundo, a tua terra, para ti, não terá fim, nela estará o mundo todo com todos os seus climas. Se o teu pensar se detêm no código das coisas, não diga: a Galiza é muito pequena; é você que nunca será capaz de conceber nada Grande<sup>1</sup>”.

Assim o é a Quarta Colônia. Convidamos aos leitores para que não se apequenem diante de um mundo pasteurizado pela vida digital, e se aventurem em um território com histórias e memórias de muitos tempos e que carrega a esperança da vida boa em cada volta da estrada, em cada mirante, em cada moinho d’água e em cada canto de pássaro que resiste cantando a cada dia. Boa leitura!

***Adriano Severo Figueiró***

Professor Associado do Departamento de Geociências da UFSM  
Coordenador do Grupo de Pesquisa em Patrimônio Natural, Geoconservação e  
Gestão da Água (PANGEA)

---

<sup>1</sup> RISCO, V. Leria. Vigo: Galaxia, 1961.





## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1-</b> A ARTIALIZAÇÃO DA PAISAGEM COMO ESTRATÉGIA INTERPRETATIVA NO GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA ASPIRANTE UNESCO .....	10
<b>CAPÍTULO 2 -</b> REFLEXÕES SOBRE O TURISMO, A ARQUEOLOGIA E O ARQUEOTURISMO NA QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA (RS)....	33
<b>CAPÍTULO 3 -</b> DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM OLHAR SOBRE O GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA ASPIRANTE UNESCO .....	48
<b>CAPÍTULO 4 -</b> TURISMO, PATRIMÔNIO E GEOPARQUE: OLHARES, ESTRATÉGIAS E HORIZONTES NO TERRITÓRIO QUARTA COLÔNIA (RS, BRASIL).....	58
<b>CAPÍTULO 5 -</b> ATELIÊ DE TEXTOS NO GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA: EXPERIÊNCIAS CONTEXTUALIZADORAS EM ARTE/EDUCAÇÃO.....	69
<b>CAPÍTULO 6 -</b> A PARADIPLOMACIA COMO FERRAMENTA PARA MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS EM GEOPARQUES ASPIRANTES: A ATUAÇÃO DA F5 JUNIOR - CONSULTORIA INTERNACIONAL EM PROL DOS GEOPARQUES QUARTA COLÔNIA E CAÇAPAVA.....	83
<b>CAPÍTULO 7 -</b> PROJETO: AÇÕES DO NÚCLEO DE IMPLEMENTAÇÃO DA EXCELÊNCIA ESPORTIVA E MANUTENÇÃO DA SAÚDE (NIEEMS) NO GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA .....	96
<b>CAPÍTULO 8 -</b> OS JOGOS NA GEOEDUCAÇÃO – PROPOSTA PARA O USO DO RPG COMO INSTRUMENTO DIDÁTICO NO GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA ASPIRANTE UNESCO/RS .....	107
<b>CAPÍTULO 9 -</b> A QUESTÃO QUILOMBOLA NA REGIÃO DA QUARTA COLÔNIA: DO ACESSO À TERRA AO ACESSO ÀS POLÍTICAS SOCIAIS .....	124



# A ARTIALIZAÇÃO DA PAISAGEM COMO ESTRATÉGIA INTERPRETATIVA NO GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA ASPIRANTE UNESCO

*Dilson Nicoloso Cechin<sup>1</sup>*  
*Adriano Severo Figueiró<sup>2</sup>*

## RESUMO

A paisagem é sempre o reflexo de uma identidade. Ela envolve, em sua complexidade, além dos elementos físicos que a caracterizam, outros elementos imateriais que complementam e enriquecem o seu conceito enquanto expressão do lugar. Para isso, a arte é uma dimensão semiológica que permite aos sujeitos viver aquela paisagem enquanto potencial criativo, espaço de desejos e imaginação que alimentam a construção concreta e histórica da cidadania cotidiana.

## 1. INTRODUÇÃO

A paisagem tem representado, ao longo dos séculos, um conceito organicamente ligado à compreensão humana sobre o mundo. Um cruzamento ontológico entre o tempo e o espaço que atribui materialidade ao lugar da vivência humana em meio ao restante da natureza; mas, também, um cruzamento epistêmico entre a dimensão simbólica do sensível e a dimensão euclidiana dos planos de ordenamento. Exatamente por isso, a paisagem envolve, em sua complexidade, além dos elementos físicos que a caracterizam, outros elementos imateriais que complementam e enriquecem o seu conceito enquanto expressão do lugar (ARRIBAS, 2010). Nas palavras de Georges e Claude Bertrand, “quando nós olhamos um território, nós vemos apenas sua metade. A outra parte está calcada em nosso espírito e coração” (BERTRAND; BERTRAND, 2007, p. 250). Dessa forma, reforçam os autores, “a paisagem é, por essência, (...) um processo de interface, ao mesmo tempo sujeito e objeto, natural e cultural, individual e social” (BERTRAND; BERTRAND, 2007, p. 250). Eduardo Martínez de Pisón resume essa multidimensionalidade afirmando que “uma paisagem não é só um lugar, é também sua imagem” (MARTÍNEZ DE PISÓN, 1998, p. 17), ou seja, a interpretação da natureza a partir da mirada da cultura.

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSM, doutor em Geografia.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Geociências da UFSM, líder do Grupo de Pesquisa em Patrimônio Natural, Geoconservação e Gestão da Água - PANGEA. Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq. E-mail: [adriano.figueiro@ufsm.br](mailto:adriano.figueiro@ufsm.br)



Nessa perspectiva, a paisagem circunscreve o território de uma comunidade, que partilha o mesmo código de valores, de crenças e de significações (COLLOT, 2015). A paisagem representa, essencialmente, uma dimensão semiológica do habitar humano na Terra, ainda que as teorias de planificação do espaço da segunda metade do século XX tenham tentado reduzi-la à sua geometria, transformando-a em um instrumento asséptico do planejamento. Inscrita nos códigos legais de ordenamento e submetida a um sem número de metodologias que buscam ressaltar a sua dimensionalidade e composição, a paisagem foi, pouco a pouco, perdendo o sentido patrimonial de “paisagem-matriz<sup>3</sup>” para se transformar, quase que exclusivamente, em um instrumento científico de investigação do espaço enquanto natureza transformada.

Ainda que pensada sob uma perspectiva sistêmica, com dinâmicas de retroação que controlam as diferentes mudanças de estado, a paisagem geoecológica das escolas russa e francesa dos anos 50 a 70 tratava o conjunto de elementos de natureza e sociedade essencialmente como um sistema físico-natural, onde os seres humanos assumiam um papel de agentes “ecológicos” no processo de transformação das estruturas biofísicas. Muito se investigou acerca das forças que emanavam da sociedade em direção a uma modificação mais ou menos profunda das dinâmicas da natureza, ao passo que pouco preocupava à ciência o papel que essas dinâmicas da natureza assumiam no condicionamento histórico da organização social sobre o espaço.

O Convênio Europeu da Paisagem representou um divisor de águas nesse processo histórico. Ao afirmar que a paisagem “designa uma parte do território, tal como é apreendida pela população, cujo caráter resulta da interação de fatores naturais e/ou humanos” (GOBIERNO DE ESPAÑA, 2008), o documento representa o reconhecimento de que a paisagem é a chave para a solução da “crise do território” (MATA OLMO, 2014) pela qual passava a Europa no fim dos anos 90. Diante do esvaziamento das áreas rurais e do abandono dos elementos patrimoniais que demarcaram a trajetória de um território europeu transformado e interpretado a partir dos anos 80, como simples espaço de produção, era necessário estabelecer uma ressignificação do espaço enquanto lugar de construção da cultura. A partir disso, o Convênio Europeu da Paisagem, estabelecido em 2000, reafirma

---

<sup>3</sup> Fazemos aqui referência às ideias de Berque (2004), para quem a paisagem tem também a função de reforço e reprodução de identidades, expressando os saberes tradicionais acumulados através de uma longa relação de interdependência entre a cultura e a natureza.



que a paisagem está diretamente implicada na “formação das culturas locais e é um componente fundamental do patrimônio natural e cultural europeu”, contribuindo “ao bem-estar dos seres humanos e à consolidação da sua identidade” (CONSEJO DE EUROPA, 2000).

Todavia, reconhecer a paisagem como expressão da construção da experiência humana requer mais do que uma diretriz política; foi necessário (re)criar os instrumentos para a compreensão da sensibilidade envolvida nessa hibridação; foi necessário recombina os elementos da paisagem para dar forma ao significado e, com isso, reaprender a “linguagem da paisagem” (SPIRN, 1998). Essa linguagem do sensível nos permite aprender com ancestrais distantes e falar às gerações que ainda não nasceram, por meio de uma metáfora artística capaz de transcender à dissecação positivista, tão usual nos tratados acadêmicos sobre a paisagem.

## **2. GEOEDUCAÇÃO POR MEIO DA ARTE: A LEITURA DA PAISAGEM SENSÍVEL**

A geoeeducação representa um conjunto de conhecimentos e saberes, escolares e não escolares, voltados a crianças, jovens e adultos, no sentido de prepará-los para interpretar e agir no seu território, em busca de melhores condições de vida e de manutenção do seu patrimônio coletivo. Nessa perspectiva, a geoeeducação representa uma estratégia geoconservacionista (MOURA-FÉ, 2016), um ramo da Educação Ambiental aplicado na conservação da paisagem (incluindo a conservação da sua geo-bio-sociodiversidade), interpretando seus significados e compreendendo o valor ontológico do patrimônio paisagístico e do seu papel como construtor local de identidades e oportunidades.

Essa estratégia avança para além do valor científico ou funcional do geopatrimônio paisagístico (GRAY, 2013), buscando construir uma narrativa patrimonial do espaço vivido, capaz de resistir aos processos de abandono, descaso e/ou extração predatória. Isso assume especial relevância no caso dos geoparques, pois:

é um pré-requisito que todos os geoparques desenvolvam e operacionalizem programas de educação nos diversos níveis, de modo a sensibilizar para o nosso patrimônio geológico e as suas relações com outros aspetos do nosso patrimônio natural, cultural e intangível. Muitos Geoparques Globais também oferecem educação, tanto formal como informal, para adultos e aposentados, assim como formação para as comunidades locais, que podem assim transmitir o conhecimento a outras pessoas (GGN, 2014, p. 2).





Nesse sentido, a arte tem um grande potencial enquanto linguagem a ser usada na geoeducação, “(...) uma vez que a expressão artística, além de ser uma expressão individual, é, também, a manifestação de uma dada cultura” (FRANÇA, 2013, p. 15). Obras artísticas podem ser usadas para a realização de estudos, divulgação e interpretação de ambientes, resgatando a realidade passada dos lugares e comparando-as com a realidade presente (MOTTE; MCINNES, 2019). Mas essa finalidade, por certo, não representa a principal “potência criadora” da arte enquanto instrumento geoeducativo; sua principal contribuição está no fato de que a expressão artística representa a materialidade da “emoção experimentada sob a influência do mundo” (JULLIEN, 2003, p. 62), ou seja, a subjetividade da arte incorpora o sujeito como parte da construção do processo de representação, criando uma ligação fenomenológica entre percepção, emoção e expressão da paisagem. Nas palavras de Collot (2015, p. 18):

o conhecimento científico rompe ao mesmo tempo com o pensamento simbólico e com a experiência sensível, para objetivar o espaço sob a forma de uma extensão homogênea, isotrópica e matematizável. Se o conhecimento científico permite ao homem moderno ‘tornar-se mestre e possuidor da natureza’, ele distende o vínculo sensorial, simbólico e afetivo que o unia a ela, e que encontra, desde então, refúgio na experiência e na arte da paisagem.

Percebe-se, então, que não se trata aqui de uma arte enquanto representação mimética do mundo percebido, no estilo da Hudson River School (VITTE; FERRAZ, 2016). Longe de ser uma tentativa de reproduzir com fidelidade o arranjo estrutural testemunhado pelo artista, ou de realizar uma “dissecação gráfica do visível” (ainda que a arte possa também cumprir essa função), o papel da arte como instrumento geoeducativo é especialmente o de permitir uma reelaboração da experiência perceptiva (Figura 1), por meio das sensações e sentimentos que essa experiência provoca. É uma referência, portanto, não à prisão da ordem espacial das coisas, mas à liberdade da escolha projetiva, da representação de um cenário que, ainda que distinto do complexo material objetivamente percebido, a ele se liga por expressões de intencionalidade que o ressaltam, escondem ou acentuam. Assim, não se trata “de reproduzir ou de descrever a paisagem, mas de produzi-la e de redescrevê-la” (COLLOT, 2015, p. 19). Nas palavras de Denis Cosgrove, “a visão é, ao mesmo tempo, uma função fisiológica e uma capacidade imaginativa na qual, de algum modo, se presenciam fenômenos não materiais” (COSGROVE, 2002, p. 71).

Essa linguagem geoeducativa revela um olhar introspectivo, indagativo e sedutor do artista sobre aquilo que admira e percebe; são traços que conectam impressões sobre o mundo em que o expectador está mergulhado. “As formas visíveis da pintura de paisagem



nada mais são do que representações de convicções invisíveis, em geral, distantes da natureza propriamente dita, sem deixar de revelar as relações do homem com a mesma” (KERN, 2011, p. 13).

Na Figura 1 apresenta-se a paisagem do vale do Arroio Hermes (Geoparque Quarta Colônia – município de Agudo/RS) vista a partir do Geossítio Cerro da Figueira, com o Geossítio Morro Agudo ao fundo. Na imagem à direita, a paisagem é capturada pela lente 35mm da máquina. Já na imagem à esquerda, a paisagem é capturada pela sensibilidade do olho do artista, que recria a paisagem a partir de uma geometria subjetiva que não se propõe a imitar, mas sim revelar aquilo que o toca e emociona. O patrimônio (neste caso, o vale e o Morro Agudo) assume uma expressão muito mais destacada na expressão artística do que na representação objetiva da fotografia.

Figura 1 – Paisagem do vale do Arroio Hermes (Geoparque Quarta Colônia-município de Agudo/RS) vista a partir do Geossítio Cerro da Figueira, com o Geossítio Morro Agudo ao fundo.



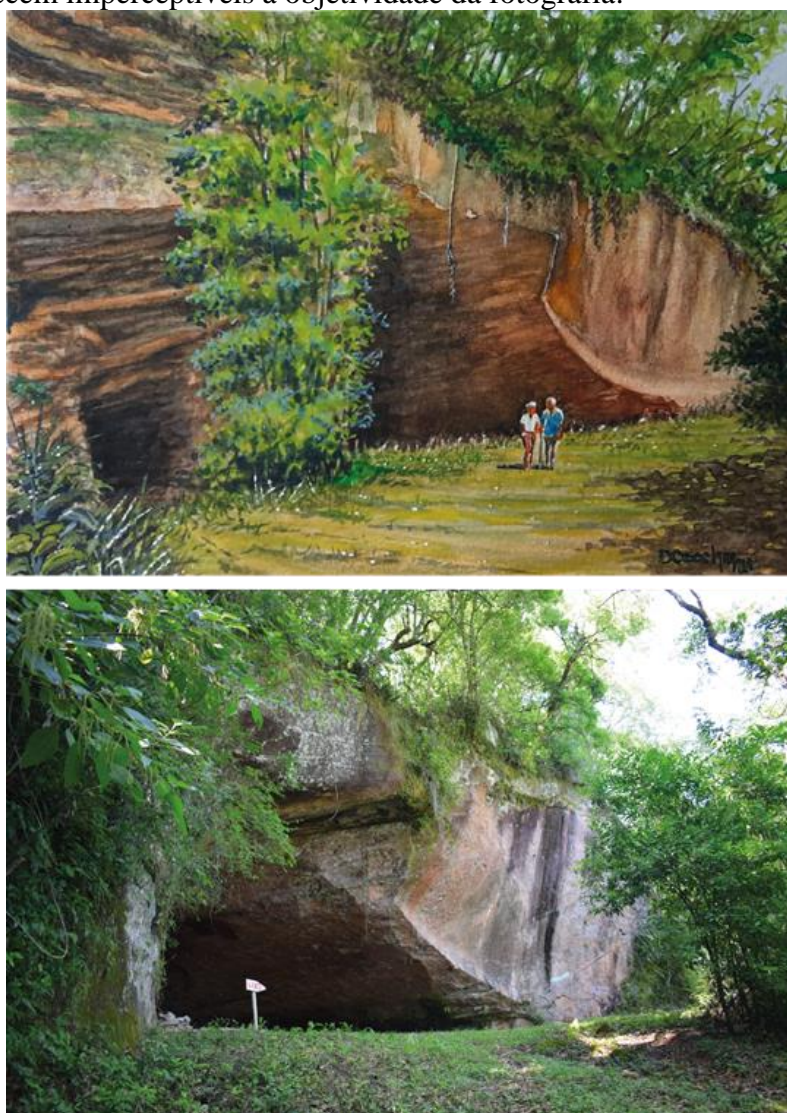
Fonte: Fonte: Aquarela e fotografia de Dilson Cechin.

A incorporação da arte como uma estratégia geoducativa, portanto, assume uma responsabilidade vital na formação da identidade do sujeito como parte da “paisagem-território” (BERTRAND, 2008) por ele experimentada, já que a expressão artística “revela a sua necessidade de imprimir uma percepção ordenada do mundo e a tomada de consciência



de si, como sujeito” (MADERUELO, 2007, p. 16). Compreender a importância de um patrimônio pressupõe, antes de mais nada, “aprender a ver” o valor impregnado por trás das formas e, nesse particular, a sensibilidade artística leva ampla vantagem sobre a racionalidade do discurso científico. Só a arte é capaz de subverter a escala espacial dos objetos, atribuindo a eles o “tamanho que merecem”, e não o que efetivamente têm, como no caso da representação do Morro Agudo, demonstrada na Figura 1, e da representação da Gruta do Índio, apresentada na Figura 2.

Figura 2 – Paisagem do Geossítio Gruta do Índio (Geoparque Quarta Colônia – município de Agudo/RS) retratada em forma de aquarela (imagem superior) e por uma lente 35mm (imagem inferior). Neste caso, a percepção do artista parece desconhecer os limites do ângulo de abertura da lente fotográfica, incapaz de abarcar as duas entradas da gruta em uma única cena. A recriação pictórica não apenas soluciona os “obstáculos” da geometria euclidiana, como coloca em destaque características de cor e de mergulho das camadas da rocha que parecem imperceptíveis à objetividade da fotografia.



Fonte: Aquarela de Dilson Cechin e fotografia de Adriano Figueiró.

A representação artística, neste caso, parece servir muito melhor à interpretação geopatrimonial do que a representação objetiva de uma lente, já que o artista empresta ao visitante muito mais do que o seu olho; ele consegue transmitir, também, sua interpretação. Diferentemente do fotógrafo, cuja liberdade se restringe à escolha do enquadramento que lhe convém, o pintor sente-se à vontade para esconder o que não lhe interessa, inserir o que talvez nunca tenha estado lá e realçar/redimensionar as formas e cores com as quais busca dialogar com o público.

A arte se esforça para dar conta de uma dimensão originária de nossa relação com o mundo, que não é da ordem da percepção, mas da sensação. E, ao mergulhar por esse caminho, o artista sente a necessidade de “desfigurar” as estruturas originais do espaço para hibridizá-las com a sua própria interpretação do mundo. E isso não necessariamente o afasta da “verdade” das coisas, pelo contrário, por vezes o aproxima, como no caso da Figura 2, referida anteriormente. Nenhuma fotografia seria capaz de revelar as cores e a direção de mergulho das camadas de arenitos *intertraps* (arenitos de deposição eólica depositados entre uma camada e outra de derrames vulcânicos) da Gruta do Índio, como o faz a expressão do artista. O intemperismo sofrido pela face externa da rocha, que vai esmaecendo suas cores e desfigurando suas linhas de mergulho das camadas é, subitamente, eliminado pela recriação artística, que enxerga para além do olhar, e traz de volta as cores e as marcas do tempo.

Diante do exposto, é possível compreender que a visão, e o próprio ato de ver, trazem consigo muito mais do que uma simples resposta dos sentidos, ou seja, algo mais do que a impressão passiva das imagens produzidas pela luz na retina do olho. O ato de ver implica em interpretar uma estrutura que lhe dá forma e sentido, e que põe em jogo notadamente a relação entre a figura e o fundo, entre a coisa e seu horizonte. Logo, a combinação perceptiva no conceito da paisagem mostra uma relação estrutural entre o percebido e a percepção (ALIATA; SILVESTRI, 2008). Nesse sentido, a visão humana é individualmente deliberada e está culturalmente condicionada (COSGROVE, 2002), o que implica concluir que o ato de ver representa uma habilidade aprendida (BERGER, 1990), na qual a geoeducação tem um papel estratégico.

Aprender a ver é, acima de tudo, compreender o contexto e as propriedades compositivas daquilo que se observa. É a metáfora da “paisagem-iceberg” de Bertrand (2008), em que vasculhamos com a imaginação a parte revelada para compreender aquilo que se oculta aos olhos. Por isso o “aprender a ver” não se relaciona apenas ao conhecimento produzido pela objetivação do mundo. Ele se liga, também, à sabedoria do olhar, no qual a





intuição, as emoções e os valores morais e éticos se atravessam para conformar uma unidade na experiência do indivíduo. Como afirmam Toledo e Barrera-Bassols (2015, p. 131), “os fatos e os valores se conectam para ver as coisas”.

O mais importante do território é amplamente invisível. Para além das aparências e do sensível, há que se explorar, sob a linha do horizonte, como se fosse a linha de flutuação de um iceberg, a potente acumulação de fatos e mecanismos que subjazem às representações sócio-culturais. Dar sentido ao sensível volta a enraizar a paisagem no mais profundo e no mais oculto de seu território e de sua longa história social e natural. Sem esquecer que a paisagem, como um iceberg à deriva, impulsionado pelas correntes contrárias, desaparecerá um dia no oceano das memórias adormecidas que precisarão ser despertadas (BERTRAND, 2008, p. 20).

Diante dessa metáfora do iceberg proposta por Bertrand (2008), percebemos que a arte na geoeducação não tem apenas o papel de comunicar o sentimento do objeto percebido, mas também de registrar a memória, de organizar as lembranças para enfrentar a morte pelo esquecimento (Figura 3).

Figura 3 – Aquarelas do Geoparque Quarta Colônia que registram as lembranças do artista sobre os conhecimentos tradicionais expostos à erosão do tempo. Seja na condução da carreta de boi (acima, à esquerda), no cozimento da polenta (à direita) ou no manuseio do arado de aiveca puxado por junta de bois (abaixo, à esquerda), a arte cumpre um papel essencial na preservação da memória coletiva do território, pois não se trata de um tempo congelado, mas da interpretação histórica de uma experiência pela percepção de quem a vivenciou. É a perpetuação da experiência humana que se transforma em uma memória biocultural coletiva.



Fonte: Aquarela de Dilson Cechin.

A acumulação da memória das experiências vividas é transmitida e aperfeiçoada a partir dos registros que, em seu conjunto, atribuem sentido e identidade à cultura do território. Cada indivíduo que entra em contato com essa memória coletiva constrói e aperfeiçoa sua interpretação do real a partir de três fontes de informação: o que já se disse sobre aquilo (a experiência historicamente acumulada), o que se pensa hoje sobre aquilo (a experiência socialmente compartilhada) e o que é capaz de observar por si próprio (experiência individual). Essas três narrativas se encontram e se fundem em um movimento dialético permanente que articula os eixos de espaço e tempo da experiência humana.

Nesse sentido, a busca da representação da paisagem pela arte envolve um duplo filtro da subjetividade humana, já que além das variações na dimensão do sensível (a expressão da contextura, da luminosidade, do equilíbrio e da harmonia da composição) a compreensão da paisagem que se está representando também é formada a partir das diversas representações construídas pela subjetividade individual e social, pelas características culturais, sociais, filosóficas e estéticas dos diferentes períodos históricos. Diante disso, parece inevitável que o observador exerça um poder imaginativo ao converter o espaço em paisagem.

Nessa cascata de imaginações, a paisagem representada vai muito além da natureza e, por isso, não se esgota somente na descrição de suas características materiais (FERREIRA, 2013). Portanto, conclui a autora, “não basta (...) que exista ‘natureza’, é necessário que exista uma série de valores depositados no cenário e uma série de técnicas desenvolvidas para representá-lo e transformá-lo” (FERREIRA, 2013, p. 14).

No estudo da mente humana, cada vez há menos dúvidas de que a racionalidade é dependente e inseparável da emoção (DAMÁSIO, 2012), e que as tradicionais dicotomias tão próprias do pensamento ocidental – mente e corpo, razão e emoção, explicações biológicas e explicações culturais – pouco ajudam na compreensão integrada da realidade. O “mergulho” na paisagem e no patrimônio nela inscrito, pretensiosamente oferecido pela geoeeducação, requer, portanto, mais do que textos científicos didaticamente bem escritos. Nesse sentido, e considerando que a verdadeira compreensão se adquire pela vivência, entendemos que a possibilidade de artialização da paisagem oferece uma experiência única de vivência a partir de uma linguagem simbolicamente mais envolvente, capaz de soldar a subjetividade do indivíduo a uma percepção coletiva e historicamente profunda do território.

Com o objetivo principal de divulgar por meio da arte os diferentes sítios, geossítios e particularidades patrimoniais das comunidades do Geoparque Aspirante Quarta Colônia,



são apresentadas, na sequência, algumas obras pictóricas referentes a esse território, fragmentos sensíveis dessas paisagens, materiais que resultaram como ferramentas estratégicas de sensibilização e valorização do patrimônio, para despertar o interesse e uso dos geossítios como atração geoturística. São obras pictóricas desenvolvidas a partir da técnica em aquarela (algumas já utilizadas em cartões postais), com a dupla finalidade de estimular a sensibilidade à proteção e, ao mesmo tempo, manter viva a memória de uma paisagem em constante transformação.

### 3. EMOLDURANDO A PAISAGEM DA QUARTA COLÔNIA: OS GEOSSÍTIOS EM AQUARELAS

O turismo contemporâneo, assim como a cultura, é um fenômeno amplamente baseado na experiência visual. O consumismo estético dos lugares é a absorção do mundo em imagens que reconstroem a posição da realidade frente a uma representação muito particular de cada lugar, que cada pessoa desenvolve (URRY, 1995). Esse “consumo de lugares” (URRY, 1995) por parte dos geoturistas (muitos dos quais se deslocam muito mais por conta do apelo estético inicial das paisagens do que pela busca do conhecimento) é fortemente amparado pela experiência artística proporcionada por esses locais, que permitem aos visitantes “coleccionar paisagens”, levando para casa o “*genius loci*”<sup>4</sup> de cada local visitado.

Dentro dessa perspectiva, alguns dos geossítios mais significativos do Geoparque Quarta Colônia têm sido registrados na forma de pinturas em aquarela, seja para a produção de postais que possam ser comercializados como *souvenirs* aos visitantes, seja para a geração de instrumentos didáticos que possam ser utilizados pela geoeducação em uma educação para a paisagem<sup>5</sup>. Essas iniciativas se mostram extremamente importantes como medidas de valorização e divulgação do conhecimento gerado na busca da consolidação de uma consciência ambiental que contemple a paisagem enquanto produto de uma relação dialética

---

<sup>4</sup>O “*genius loci*” refere-se a uma expressão cuja origem reside na cultura romana do início da era cristã, de manter dentro de cada residência um ídolo que representasse o “espírito daquele lugar”, que refletisse a singularidade de cada casa. Mais modernamente, essa expressão acabou sendo incorporada e ampliada para os estudos do território, representando o conjunto de elementos particulares que torna cada território (e cada paisagem) único.

<sup>5</sup> Diferentemente daquilo que tradicionalmente se busca “ensinar sobre”, o “educar para” a paisagem é “ensinar a interpretar, ajudar o estudante/visitante/morador a reconhecer as heranças presentes na paisagem para além do estético. Mas, acima de tudo, é permitir que ele seja “abraçado” pela paisagem e se sinta parte dela” (FIGUEIRÓ, 2021, p. 95).



entre os elementos da natureza e da sociedade, e que guarda nas suas marcas a síntese de diferentes escalas de tempo (desde o tempo profundo, da escala geológica, até o tempo recente da escala histórica humana).

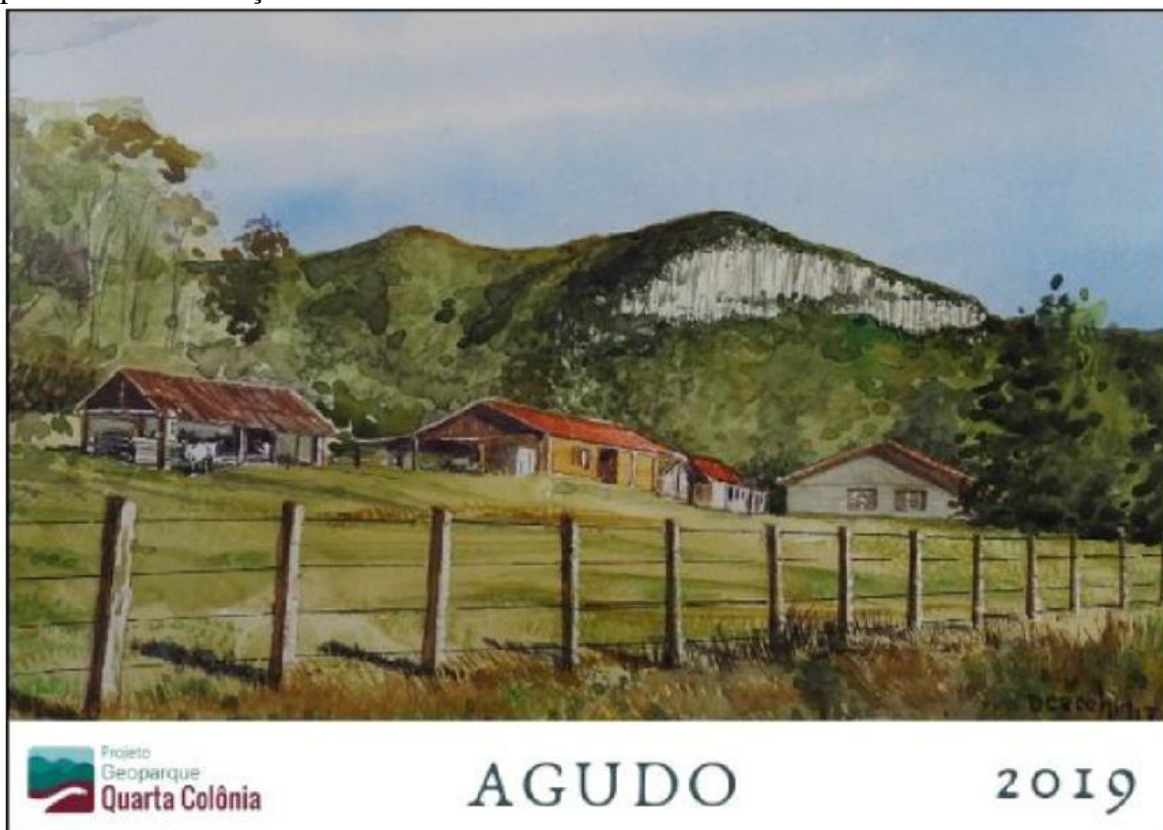
O uso de cartões postais, ainda que tenha perdido parte da sua funcionalidade diante de um mundo digital mais instantâneo, continua a ser uma opção bastante popular entre os turistas enquanto registro de memória do território visitado (CHYLIŃSKA, 2019; MOREIRA, 2012). Apesar disso, muitos dos cartões comerciais que circulam nos mercados de *souvenirs* estampando lindas paisagens e ricos patrimônios, dificilmente trazem qualquer elemento interpretativo que auxilie o visitante a compreender aquilo que é visitado. Uma das iniciativas em curso no Geoparque Aspirante Quarta Colônia é justamente a de preencher essa lacuna, aliando a interpretação geopatrimonial com a artialização da paisagem em cartões postais. Um exemplo desses postais é apresentado na Figura 4, que representa o Geossítio do Cerro da Igreja, no município de Agudo (RS).

Esse Geossítio se destaca na paisagem do vale do rio Jacuí por apresentar uma nítida escarpa de falha com relevos associados a níveis profundos de dissecação e de entalhamento por drenagens controladas por inúmeros lineamentos estruturais. As rochas vulcânicas da Formação Serra Geral (Cretáceo Inferior) acabam sendo expostas em paredões verticais formados pela queda de blocos ao longo da linha de falha, resultando em um “formato de igreja” que atribui o nome à localidade. Essa paisagem nos conta a história não apenas de um colossal jogo de forças posto em movimento a partir da abertura do Atlântico e que terminou por reproduzir na escala local os padrões e as geometrias que se projetam em toda a escarpa do Planalto Meridional Brasileiro, mas conta também a importância desse “marco de pedra” como referência territorial para a ocupação e o deslocamento dos seres humanos, desde os povos tradicionais até os imigrantes que aqui chegaram no século XIX.





Figura 4 – Cartão postal com aquarela do Geossítio Cerro da Igreja, com destaque para a escarpa vulcânica ao fundo, demonstrando a direção do plano de falha que controla o processo de dissecação do relevo no local.



Fonte: Aquarela de Dilson Cechin.

Outros Geossítios também foram representados, como é o caso da Cascata das Pedras Pretas em Ivorá e o Monumento do Imigrante em Silveira Martins (Figura 5).

No primeiro (Monumento ao Imigrante), testemunha-se a marca inicial do assentamento italiano que sucedeu à ocupação dos imigrantes alemães e deu início à formação da Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul.

A segunda colônia de imigrantes alemães do Rio Grande do Sul se instalou no território do atual Geoparque a partir de 1857, com um núcleo inicial de 117 pessoas que povoaram o município de Agudo, iniciando a colonização em lotes de terras devolutas, onde plantaram batata, feijão e milho, seguida da criação de porcos, simultaneamente com a construção das moradias.

A partir de 1877, com a criação da Colônia Silveira Martins, começaram a chegar os primeiros imigrantes italianos, num total aproximado de 1600 pessoas, acampando no Barracão de Val de Buia e suas cercanias numa precária, triste e longa espera. O caminho para a terra prometida foi longo, incerto e sofrido. O rompimento com a pátria, amigos,

familiares, embarcação para o Brasil em navios sem nenhum conforto, submeteu o imigrante italiano ao imprevisível. Os imigrantes italianos tiveram que esperar mais de oito meses para iniciar os trabalhos de demarcação dos lotes de terra, que seriam prometidos pelo Governo Imperial brasileiro da época. Nesse período de chegada, mais de 400 pessoas, principalmente crianças e velhos, vieram a falecer por falta de higiene, comida e doenças contagiosas. A partir da demarcação dos lotes a região prosperou, baseada na agricultura e agroindústria familiar, vindo a se incorporar, posteriormente ao município de Restinga Sêca.

Assim, a belíssima paisagem da subida da encosta da serra, demarcada na Figura 5, representa o local onde se instalaram os primeiros imigrantes e onde o desejo dos aproximadamente 1500 recém-chegados foi confrontado com a fome, as doenças e o medo de uma natureza pouco hospitaleira. Cem anos depois, e já muito distante da efervescência dos primeiros períodos, os descendentes desses primeiros imigrantes construíram o monumento que agora se pode visitar, para que ele nos lembre que aquele lindíssimo cenário de natureza transformada guarda histórias de uma paisagem de esperanças, de luta, de medo e de conquistas.

Figura 5 – Aquarelas representando dois geossítios de alto valor patrimonial do Geoparque Quarta Colônia: o Geossítio do Monumento do Imigrante (à esquerda) e o Geossítio da Cascata das Pedras Pretas (à direita).



Fonte: Aquarelas de Dilson Cechin.

Já no segundo caso (Cascata das Pedras Pretas), o registro fica por conta de uma das mais bonitas cachoeiras entalhadas na rocha vulcânica da escarpa da serra geral, localizada no município de Ivorá. Esse Geossítio tanto pode ser visitado individualmente, a fim de se observar o resultado do jogo de forças da litosfera planetária em termos de falhamentos, deslocamento de blocos e dissecação do relevo, quanto pode fazer parte de um roteiro mais amplo de caminhada com aproximadamente oito horas de duração, incluindo não apenas a Cascata das Pedras Pretas, mas também a Cascata dos Degraus e o Cânion da Piruva.



Da mesma forma que os geossítios, as áreas urbanas dos municípios que compõem o território do Geoparque Quarta Colônia também estão representadas em aquarelas (Figura 6). As pinturas registram a paisagem pitoresca de pequenos núcleos urbanos formados a partir de meados do século XIX pelos grupos de imigrantes alemães e italianos que se instalaram especialmente nas áreas de planície, próximos às fontes de água.

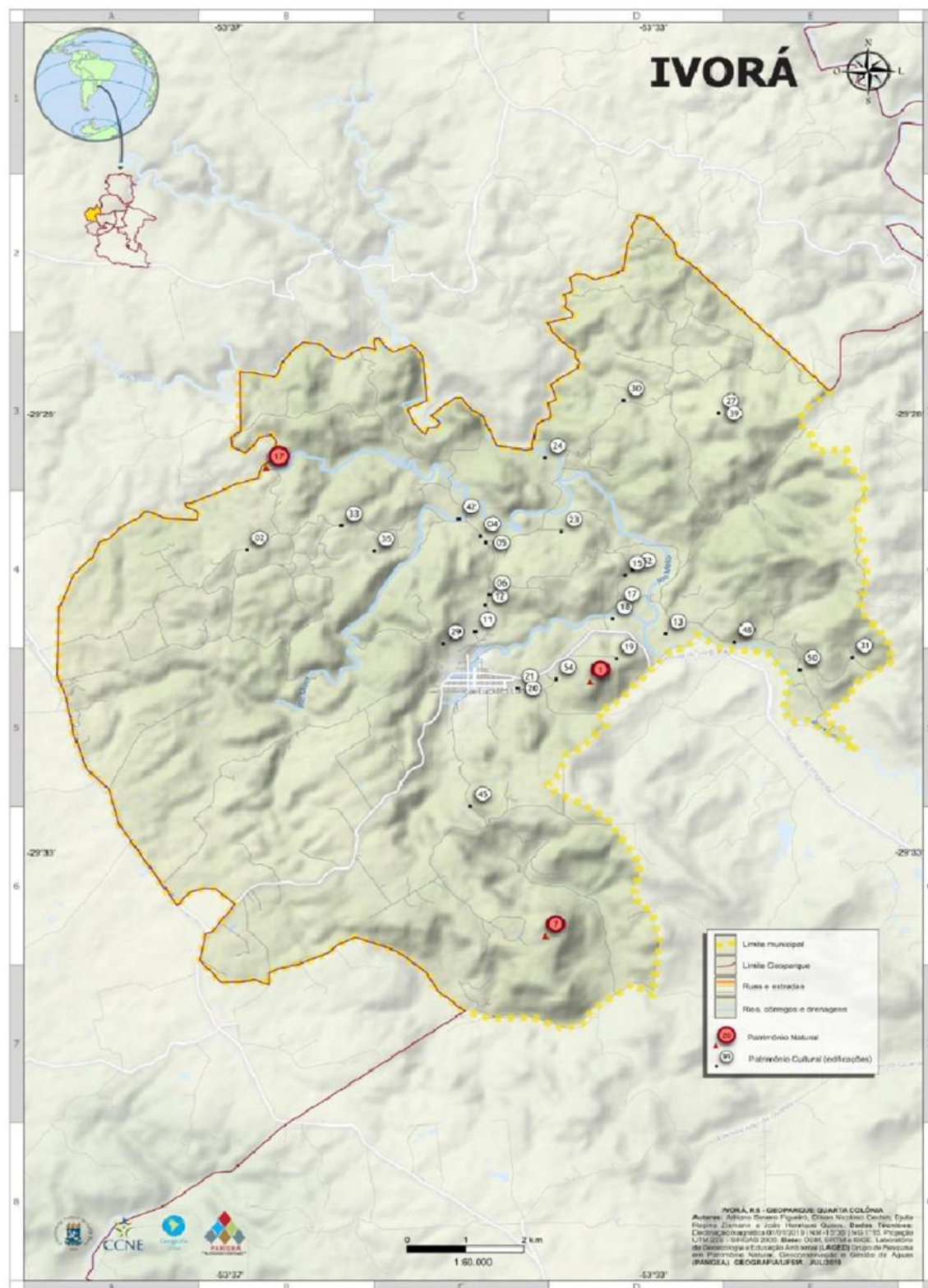
Figura 6 – Aquarelas representando alguns núcleos urbanos do Geoparque Quarta Colônia (Silveira Martins na imagem superior esquerda e inferior direita, Faxinal do Soturno na imagem superior direita e Dona Francisca na imagem inferior esquerda), com destaque para a simbologia religiosa sempre muito presente na cultura imigrante.



Fonte: Aquarelas de Dilson Cechin.

Esses rios serviam não apenas para a dessedentação e para a irrigação das lavouras, mas também como fonte de energia para movimentar os moinhos domésticos onde se produzia a farinha e, no caso das ocupações mais antigas, como meio de deslocamento das pessoas dentro do território e na ligação com a capital da província. Atualmente, muito da arquitetura original das primeiras construções ainda resiste no território, evidenciando a localização estratégica dessas construções, como se pode ver no mapa do município de Ivorá (Figura 7).

Figura 7 – Mapa de distribuição do Patrimônio Cultural selecionado (símbolos brancos) e natural (símbolos vermelhos) no município de Ivorá. Das 92 edificações patrimoniais catalogadas no município de Ivorá, o mapa representa 28 delas, selecionadas segundo critérios de valoração patrimonial. Percebe-se a nítida ligação espacial das construções com a rede hidrográfica do município.



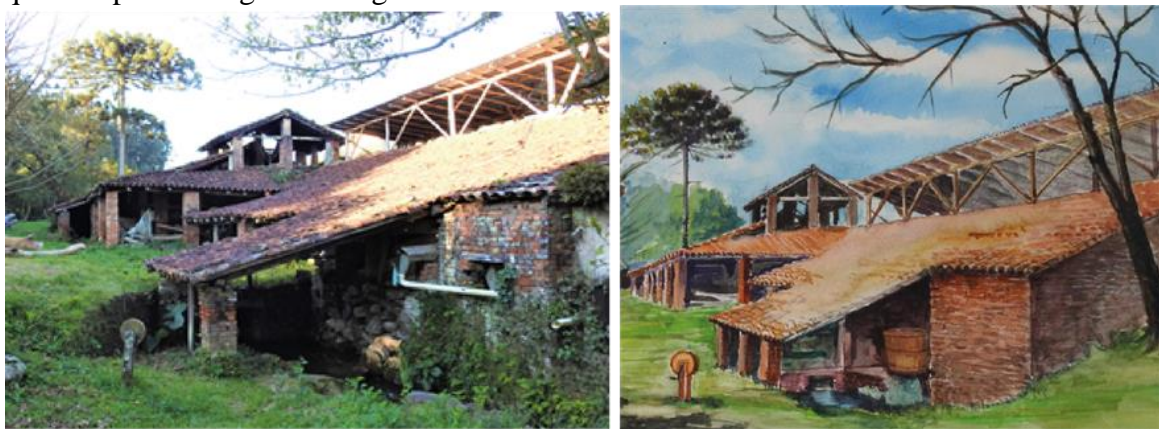
Fonte: Cechin (2019).



Infelizmente ainda não há uma política clara de conservação do patrimônio cultural arquitetônico do Geoparque, que corre o risco de desaparecer frente ao esvaziamento das áreas rurais e ao abandono das edificações. Ao total, são registradas mais de 1.200 construções históricas distribuídas entre os nove municípios do Geoparque (CECHIN, 2019), muitas delas com alto valor patrimonial, seja em termos das técnicas construtivas, do material utilizado ou dos registros históricos associados a essas construções.

Aparece aqui mais uma importante função do registro artístico do território, a função de memória patrimonial arquitetônica. Tal como no caso dos geossítios, a artialização patrimonial não apenas serve como um recurso geoturístico para garantir um *souvenir* ao visitante, mas ressalta aspectos construtivos que muitas vezes acabam não sendo revelados pelo simples registro fotográfico (Figura 8).

Figura 8 – Fotografia e aquarela da olaria dos Guerra, no conjunto arquitetônico história da Pompéia (município de Silveira Martins). Essa era uma das oito olarias existentes no território em finais do século XIX, tendo sido desativada em 1953. A presença desta olaria modificou o padrão construtivo das casas nessa parte da colônia, transformando as casas originalmente construídas de pedras e madeira, para casas de tijolo. Perceba-se como aqui, novamente, a pintura consegue imprimir uma composição própria dos objetos e das cores, que escapam ao registro fotográfico.



Fonte: Fotografia e aquarela de Dilson Cechin.

#### 4. UM TERRITÓRIO EM MINIATURA: O USO DE MAQUETES COMO INSTRUMENTO GEOEDUCATIVO

Uma outra estratégia adotada como artialização da paisagem do Geoparque Quarta Colônia, para além do registro do território em aquarelas, refere-se à construção de uma maquete para compor o Centro Interpretativo do Geoparque. Maquetes são representações em escala reduzida da realidade, que possibilitam ao observador compreender a integralidade do território na sua estrutura e conexões; permitem fazer análises que passam

do plano abstrato para o concreto, uma vez que na maquete a espacialidade do território se torna visível.

Nas palavras de Pitano e Roqué (2015), a maquete

(...) propicia a valorização local e a solução de problemas, desde o espaço físico ao social, ligando o ensino da disciplina ao cotidiano do aluno, pois possibilita mostrar a organização e a ocupação do espaço, além da interação com o meio representado na maquete (apud FIGUEIRÓ et al., 2019, p. 179).

A maquete torna mais acessível a interpretação dos dados nela contidos, daí representar uma ferramenta didática relevante. Para o ensino, auxilia na compreensão de temas com elevado grau de dificuldade e abstração, por exemplo, no que se refere à distribuição das curvas de nível. Além disso, a maquete auxilia na leitura de mapas e cartas hipsométricas (para compreensão do relevo). Isso facilita atingir uma das finalidades básicas da Interpretação Patrimonial, que é o reconhecimento dos elementos paisagísticos, promovendo a inclusão de pessoas portadoras de deficiência visual, parcial ou total, por meio da manipulação tátil.

A maquete física, em terceira dimensão (3D), do Geoparque Quarta Colônia serve como uma ferramenta para a interpretação do espaço geográfico, por meio da qual podem ser abordadas noções de posição, distância, direção, entre outros, facilitando o entendimento das representações planas. Essa maquete foi construída no Centro Interpretativo do Geoparque, anexo ao Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica da Universidade Federal de Santa Maria (CAPPA/UFSM), no município de São João do Polêsine.

A maquete teve por projeção a montagem em programa de CAD (*Computer Aided Design*), mediante 12 cartas topográficas produzidas pela Diretoria de Serviços Geográficos do Ministério do Exército na escala 1/50.000 e disponibilizadas pela Universidade Federal de Santa Maria.

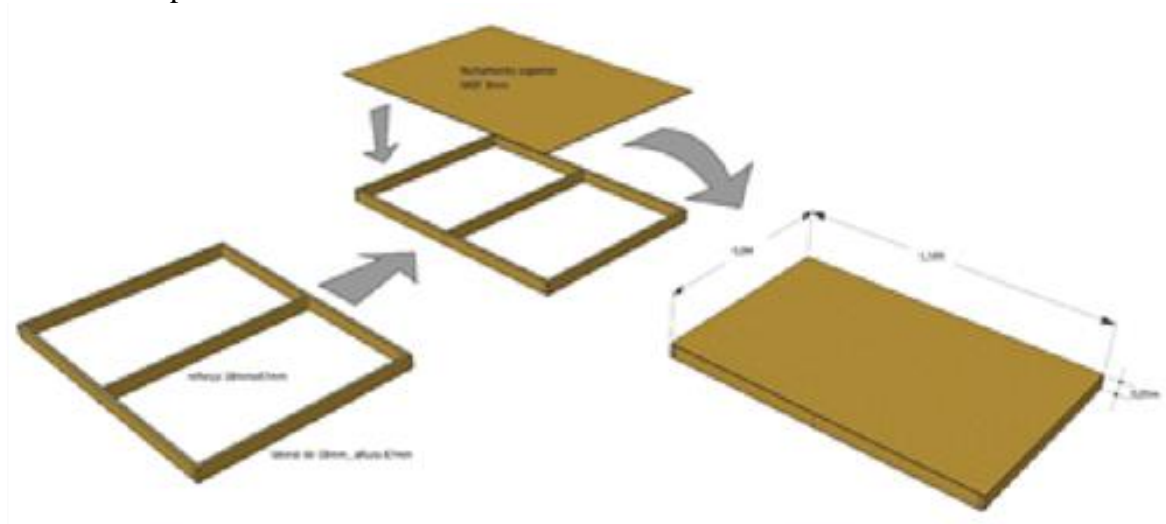
A maquete foi construída com dimensões de 2,52x3,56 m, na escala 1/25.000 na horizontal (que representa a relação entre as medidas planas) e 1/5.000 na escala vertical (que representa a relação entre as amplitudes altimétricas reais e as da maquete). Ainda que a maquete represente uma expressão do território com muito mais objetividade que a representação pictórica, consideramos esse instrumento interpretativo também como uma forma de expressão artística da paisagem, não apenas pela habilidade necessária nessa construção, como pela escolha do exagero vertical, que acaba gerando uma “deformação



consciente” da geometria espacial com vistas a melhorar o processo de comunicação com o visitante.

Para facilitar o transporte e a trabalhabilidade no local, a maquete foi dividida em nove módulos de  $1,185\text{m} \times 0,84\text{m}$ , apoiada em suporte de MDF, com espessura de  $0,005\text{m}$  sobre estrutura em madeira (quadro de ripas com reforço central) de  $0,025\text{m} \times 0,05\text{m}$ , coladas e pregadas. Os módulos foram conjugados e parafusados no local de exposição sobre uma base estrutural de  $0,60\text{m}$  de altura para uma melhor apreciação visual dos visitantes (Figura 9).

Figura 9 – Composição da estrutura dos módulos (painéis) que compõe a base da maquete e estrutura de apoio.



Fonte: Cechin (2019).



Para modelar o relevo e a altura foram utilizadas placas de poliestireno (EPS), sobrepostas e coladas. Para a escolha da espessura das placas de isopor (EPS) levou-se em conta a escala vertical pretendida para o modelo tridimensional, uma vez que tal escala é calculada pela relação  $d/D = 1/T$ , na qual a espessura útil da folha está representada por "d" e a equidistância das curvas de nível é representada por "D". Foi adotada a espessura das placas de isopor de 0,025m, com 0,020m usado para sobreposição e colagem. A equidistância das curvas de nível da carta topográfica é de 20m (2.000cm). Devido à proximidade das curvas nas plantas foi efetuado o corte a cada 5 curvas, que equivale a 100m na distância vertical. Desse modo, aplicando-se a relação escalar, a escala vertical final do modelo resultou em 1/5000, onde 1 cm representa 50m de altitude do terreno real (Figura 10).

Para a obtenção das curvas de nível, com equidistâncias, foi usado o processo de interpolação de curvas de nível, no qual, a partir de valores altimétricos conhecidos, obtêm-se valores intermediários. Entre os vários métodos existentes para a interpolação de curvas de nível, o mais usual é o processo visual de avaliação.

Figura 10 – Modelamento do relevo com placas de EPS.



Fonte: Imagem de José Dalcin (maquetista).

Para conformação do relevo, recobrimento e reforço das placas, foi usado papel toalha e aplicada massa de cimento branco e cola PVA. Após a secagem, para acabamento da superfície, o revestimento foi feito com materiais que reproduzem os elementos que



compõem a paisagem, tais como serragem de madeira na tonalidade da vegetação, resinas para representação dos rios e composto de serragens e fragmentos de EPS indicando matas e vegetação mais densa.

Por último, procedeu-se ao acabamento com pintura acrílica em cores contrastantes (Figura 11). Posteriormente a esse estágio, como fechamento nas laterais para acabamento, foram usadas placas de MDF de 0,003m, com pintura acrílica, destacando as camadas geológicas, conforme mapa geológico do território (GODOY, 2012).

Foram acrescentados selo de identificação, escalas, legendas técnicas, orientação geográfica, assim como a localização dos principais geomonumentos, locais geomorfológicos e pontos geoturísticos. Foram denominadas as áreas urbanas (sedes), pequenos núcleos urbanos, principais vias (estradas) que ligam os municípios e rede hidrográfica principal.

Figura 11 – Imagens de finalização da maquete, com inserção das informações de apoio à interpretação.



Fonte: Imagens de Dilson Cechin.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da arte e da liberdade que ela carrega, para uma particular relação entre homem e natureza, transfigura-se o perceptível e o fictício. A arte é essencialmente resultado de uma técnica, invenção e ação do artista, que apresenta a aparência daquilo que observa distante e demonstra como a noção de paisagem se apresenta na atualidade, numa composição estética, plasmada pelas maneiras de pensar, perceber, sentir e ordenar o mundo, seus problemas e as possíveis soluções, visto que “as formas visíveis da pintura de paisagem nada mais são do que representações de convicções invisíveis, em geral, distantes da natureza propriamente dita, sem deixar de revelar as relações do homem com a mesma” (FRANÇA, 2013, p. 17).

Considerando a relevância e a abrangência que compreende a geodiversidade e seus segmentos (geoconservação e o geoturismo), os elementos geológicos e geomorfológicos que constituem as paisagens do Geoparque Quarta Colônia e, sobretudo, os sinais da história do planeta impressos nessa parcela de território, sua valorização e preservação são inegáveis.

O patrimônio cultural material móvel ou imóvel e imaterial do Geoparque Aspirante Quarta Colônia representa, em parte, a memória dessa sociedade. Pode estar representado por um elemento de natureza abiótica ou biótica, por uma identidade coletiva ou por uma tradição social que propaga, de forma temporal, valores do passado no presente e para o futuro. O passado como história na memória dos povos passa a compor o conjunto de símbolos que está representado na paisagem, seja um determinado objeto, um lugar, sua cultura ou sua identificação.

Essa relevância de bens patrimoniais e sua ligação com a paisagem ainda carece de diálogo com as comunidades locais, como também com os visitantes. O Geoparque, por meio da comunidade educativa, pode provocar o interesse e o conhecimento sobre o patrimônio natural e cultural. Portanto, é pertinente se ocupar de ações já existentes para a propagação de experiências e ações de sensibilização das pessoas para o seu patrimônio. E uma forma de diálogo com essa sensibilidade pode ocorrer por intermédio da arte, um artifício da interpretação e da educação patrimonial, em que a pintura pode ser um veículo de interpretação do ambiente. Dessa forma, a arte compreende uma maneira de análise intelectual e sensorial que explora, pela expansão do campo dos sentidos, uma forma particular de expressão.



Praticar uma atividade que integre ciências, artes e ambiente pode manifestar a sensibilização ambiental de crianças, jovens e adultos para a percepção e importância das paisagens que constroem suas identidades.

## REFERÊNCIAS

ALIATA, F.; SILVESTRI, G. **A paisagem como cifra de harmonia: relações entre cultura e natureza através do olhar paisagístico**. Curitiba: Editora da UFPR, 2008.

ARRIBAS, D. Paisajes Alterados. La acción entrópica del arte. In: MADERUELO, J. (Ed.). **Paisaje y Patrimonio**. Madrid: Abada Editores, 2010. p. 275–302.

BERGER, J. **Ways of Seeing**. London: Penguin Random House Grupo Editorial, 1990.

BERQUE, A. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (Ed.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004. p. 84–91.

BERTRAND, G.; BERTRAND, C. **Uma Geografia Transversal e de Travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Maringá: Massoni, 2007.

BERTRAND, G. Un paisaje más profundo». De la Epistemología al Método. **Cuadernos geográficos de la Universidad de Granada**, v. 43, n. 2, p. 17–27, 2008.

CECHIN, D. **Integração do Patrimônio Natural ao Cultural como Recurso Geoturístico na Implantação do Projeto do Geoparque Quarta Colônia**, RS, Brasil. Tese (Doutorado em Geografia). Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2019.

CHYLÍŃSKA, D. The Role of the Picturesque in Geotourism and Iconic Geotourist Landscapes. **Geoheritage**, v. 11, n. 2, p. 531–543, 2019.

COLLOT, M. Poesia, paisagem e sensação. **Revista de Letras**, v. 1, n. 34, p. 17-26, 2015.

CONSEJO DE EUROPA. **Convenio Europeo del Paisaje**. Florencia. Disponível em: <https://rm.coe.int/16802f3fbd>. Acesso em: 10 jun. 2021.

COSGROVE, D. Observando la naturaleza: el paisaje y el sentido europeo de la vista. **Boletín de la Asociacion de Geografos Espanoles**, n. 34, p. 63-89, 2002.

DAMÁSIO, A. **O erro de Descartes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FERREIRA, L. Natureza, Paisagem, Geografia e Arte: complexas relações e desdobramentos, no tempo e no espaço. **Anais: XVº EGAL, Reencuentro de Saberes Territoriales Lationoamericanos**. Lima, 2013.

FIGUEIRÓ, A. S. et al. A produção de materiais geoeducativos na proposta do Geoparque Quarta Colônia, RS. *Physis Terrae - Revista Ibero-Afro-Americana de Geografia Física e Ambiente*, v. 1, n. 2, p. 171–184, 2019.

FIGUEIRÓ, A. S. Patrimônio natural e educação para a paisagem no geoparque quarta colônia: um território de descobertas. In: PADOIN, M.M.; FIGUEIRÓ, A.S.; CRUZ, J. A. S. (Eds.). **Educação Patrimonial em Territórios Geoparques: uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia**. Santa Maria: FACOS, p. 89–110, 2021.



FRANÇA, A. M. Percepções da Natureza a partir da Arte: a diversidade do olhar sobre o universo natural. **Revista Cantareira**, v. 19, p. 3–17, 2013.

GGN. Celebrando o Património Geológico no Desenvolvimento Sustentável das Comunidades. Paris: Disponível em: <https://bit.ly/3KXKyPO>. Acesso em: 10 jun. 2021.

GOBIERNO DE ESPAÑA. **La situación del Paisaje en España**. Líneas para la aplicación y desarrollo del Convenio Europeo del Paisaje. Madrid: Centro de Estudios Paisaje y Territorio, 2008.

GODOY, M. M.; BINOTTO, R. B.; SILVA, R. C.; ZERFASS, H. Geoparque Quarta Colônia: proposta. In: SCHOBENHAUS, C.; SILVA, C. R. (Ed.). **Geoparques do Brasil: propostas**. Rio de Janeiro: CPRM, p. 417-456, 2012

GRAY, M. **Geodiversity: Valuing and Conserving Abiotic Nature**. London: Wiley-Blackwell, 2013.

JULLIEN, F. **La Grande image n'a pas de forme**. Paris: Seuil, 2003.

KERN, M. L. B. História e Arte: as invenções da paisagem. **Anais: XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, 2011.

MADERUELO, J. **Paisaje y Arte**. Huesca: CDAN, ABADA, 2007.

MARTÍNEZ DE PISÓN, E. El concepto de paisaje como instrumento de conocimiento ambiental. In: MARTÍNEZ DE PISÓN, E. (Ed.). **Paisaje y Medioambiente**. Valladolid: Fundación Duques de Soria, p. 9–28, 1998.

MATA OLMO, R. Conocimiento geográfico del paisaje y políticas públicas. Estudios y experiencias de gestión a distintas escalas. In: CHECA-ARTASU, M. M. ET AL (Ed.). **Paisaje y Territorio**. Ciudad de México: Tirant Humanidades, 2014. p. 49–87.

MOREIRA, J. C. Interpretação ambiental, aspectos geológicos e geomorfológicos. **Boletim de Geografia**, v. 30, n. 2, p. 87-98, 2012.

MOTTE, E.; MCINNES, R. Using Artistic Imagery to Improve Understanding of Coastal Landscape Changes on the Rance Estuary (French Channel Coast). **Geoheritage**, v. 11, p. 961-972, 2019.

MOURA-FÉ, M. GeoPark Araripe e a geodiversidade do sul do Estado do Ceará, Brasil. **Revista de Geociências do Nordeste**, v. 2, n. 1, p. 28–37, 2016.

SANTAELLA, L.; NOTH, W. **Imagem**. Cognição, semiótica, mídia. São Paulo: Iluminuras, 1998.

SPIRN, A. W. **The Language of Landscape**. New York: Thomson-Shore, 1998.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural**. A importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

URRY, J. **Consuming places**. London: Routledge, 1995.

VITTE, A. C.; FERRAZ, M. K. A Pintura de paisagem e a formação da ciência geomorfológica nos Estados Unidos no século XIX. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 61, n. 2, p. 35-47, 2016.





## REFLEXÕES SOBRE O TURISMO, A ARQUEOLOGIA E O ARQUEOTURISMO NA QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA (RS)

*André Luís Ramos Soares<sup>1</sup>*  
*Alexandra Begueristain da Silva<sup>2</sup>*

### RESUMO

Este capítulo trata da possibilidade de um turismo arqueológico na região da Quarta Colônia de imigração italiana, na região central do estado do RS. Embora as iniciativas para a criação do Geoparque tenham como foco a questão paleontológica, apontamos caminhos para discutir o problema e traçar possibilidades na inserção de sítios arqueológicos nos roteiros turísticos da região.

### 1. INTRODUÇÃO

Não existe uma concordância entre os estudiosos sobre turismo em relação à reconstrução do tempo turístico, nem quanto a sua história, conforme afirma Santana (2009). Em sua constituição, o homem sempre teve a aspiração de viajar. Desde a pré-história, grupos humanos, como os caçadores-coletores, deslocavam-se motivados por diferentes desejos e necessidades.

O autor De La Torre (1997) decompõe a história do turismo em três períodos: turismo incipiente ou elitista, turismo de transição e turismo em desenvolvimento ou massivo. O primeiro período, chamado de elitista, se conforma em um momento em que as viagens estavam ao alcance principalmente de pessoas abastadas. O segundo, conhecido como turismo de transição, foi marcado pela ampliação da malha ferroviária, utilização dos trens para transporte de grupos com fins turísticos, invento dos carros e aviões, ampliação no número de hotéis e surgimento de escolas de hotelaria. O turismo em desenvolvimento ou massivo, terceiro período denominado pelo autor, configura-se por um turismo mais acessível a uma parcela maior da população, desenvolvimento do transporte aéreo,

---

<sup>1</sup> Professor Doutor no Departamento de História da UFSM. Coordenador da Cátedra Unesco em Fronteiras e Migrações – UFSM. E-mail: alrsoaressan@gmail.com

<sup>2</sup> Bacharel em Turismo (UFN), especialista em Gestão de Turismo Sustentável (UFN), mestre em Ciências Sociais (UFSM) e doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFSM. E-mail: abegueristain@gmail.com



acessibilidade da população ao automóvel, meios de transportes regulares e modernização dos meios de hospedagem.

Outras nomenclaturas sobre a história do turismo surgiram com Acerenza (2000), que se remete aos primeiros ensaios de turismo como “antecedentes remotos”. Barretto (2000) considera a “Proto-história do turismo” e, ainda, Acerenza (2000, p. 53) se refere à antiga Babilônia como um dos antecedentes remotos do turismo. McIntosh (1972 apud BARRETTO, 1999, p. 9) infere que “(...) os primeiros viajantes foram os fenícios, por terem sido os inventores da moeda e do comércio”.

O governo de Alexandre, o Grande, na região de Éfeso (atual Turquia), é definido por Ignarra (2003, p. 3), como importante momento na história do turismo, pelos eventos que atraíam indivíduos originários de localidades distantes. Há registros de mais de 700 mil visitantes, atraídos por apresentações mágicas, acrobacias, entre outros eventos. Afirma também que na China Antiga houve relatos de viagens. Chang Chien, no ano de 138 a.C., visitou até mesmo a Pérsia e a Síria. Com a queda do Império Romano e as invasões bárbaras, as estradas romanas se deterioraram. Acerenza (2000) destaca que se deslocar nesse período era arriscado. Conta que até a Idade Média as viagens passavam por um momento de retração. As pessoas começam a se deslocar em grupos, como forma de garantir a segurança. Eram principalmente peregrinos que visitavam locais como Jerusalém, Roma e Santiago de Compostela. Esses deslocamentos favoreceram a revitalização das rotas comerciais.

Em Acerenza (2000) encontram-se referências do final do século XIII, quando havia um movimento significativo de viajantes e os proprietários de pousadas em Florência se organizaram para oferecer o serviço de hospedagem pago, atividade que deixaria de ser somente de caridade. Segundo Barretto (2000), foi nesse mesmo período que teve início o intercâmbio de professores e alunos entre as universidades europeias.

Posteriormente, jovens da nobreza inglesa, no século XVI, deslocavam-se com a intenção de complementar seus estudos, tinham o objetivo de conhecer outras culturas e expandir suas experiências de vida. Naquele período, tais viagens eram comuns entre os mais abastados, tinham duração de três anos, aproximadamente, e eram tão somente masculinas. A partir dessas viagens, o período ficou conhecido como “*grand tour*”.

Logo, esse tipo de deslocamento passou a ser praticado por pessoas de outros países e principalmente pela burguesia (BARRETTO, 2000; DE LA TORRE, 1997; ACERENZA, 2000). Para Barretto (2000, p. 47) essas viagens ainda não se configuravam como “propriamente turismo, mas sim *tours*, viagem de ida e volta (...)”, no entanto, delas derivou



o termo turismo tal qual se conhece hoje, pois foi nesse período que se estabeleceu as bases para o turismo moderno.

Foi somente na segunda metade do século XX que o turismo se expandiu pelo mundo (BARRETTO, 2000), quando as agências de viagens cresceram em função do aumento das companhias aéreas. Assim, nascem as grandes cadeias hoteleiras, que seriam padronizadas e impessoais. Configurou-se, então, o turismo como atividade econômica, porém, essa atividade está para além do plano econômico e possui vieses diferentes, tal qual o presente capítulo pretende demonstrar: vieses culturais, naturais, sociais, entre outros. O foco deste estudo está voltado para um turismo regional, com uma visão social e sustentável.

## **2. TURISMO NA QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA (RS)**

Com base nessas teorias sobre a história do turismo, surgem diferentes concepções acerca dessa atividade economicista, fenomenológica, social ou humanista de turismo. Nesse sentido, as localidades precisam ter, em sua agenda política, a necessidade de preparar o lugar receptor para a estada dos viajantes/visitantes nos meios de hospedagem, alimentação, entretenimento, cultura e lazer, para que eles se sintam bem recebidos e acolhidos.

E para que exista uma relação de comunicação desse turista com o residente/anfitrião é preciso, no mínimo, que a visitação não agrida o autóctone e nem o espaço visitado. Além disso, é necessário preparar tecnologias de hospitalidade, como práticas turísticas, com vistas (ou não) à hospitalidade incondicional, a fim de bem receber o visitante na cidade receptora. No caso da região da Quarta Colônia, esse ponto é ainda mais forte, haja vista tratar-se de comunidade rural, habitada por pessoas que desconhecem as riquezas do lugar em que vivem, quais sejam: patrimônio histórico cultural, patrimônio ambiental e arqueológico, gastronômico e paisagens naturais.

Acerca disso, o Ministério do Turismo cita o Código Mundial de Ética do Turismo, o qual destaca que o turismo social tem, “por finalidade, promover um turismo responsável, sustentável e acessível a todos, no exercício de direito que qualquer pessoa tem de utilizar seu tempo livre em lazer ou em viagens e no respeito pelas escolhas sociais de todos os povos” (BRASIL, 2005, p. 6).

Como Moesch (2004, p. 9) declara em sua obra *Um outro Turismo Possível*, “o turismo converteu-se em um direito do homem moderno”. A autora também afirma:

fenômeno que se impõe à sociedade, o turismo passa a gerar análises, estudos e pesquisas não apenas em âmbito dos órgãos oficiais e setores produtivos, mas



também na academia, deixando de ser uma preocupação secundária em termos teóricos. [...] passando do status de objeto percebido ao de objeto de conhecimento (MOESCH, 2004, p. 9).

Atualmente, existe uma percepção de turismo que pode incluir diferentes segmentos sociais, que não apresentem na atividade turística somente um consumo de luxo, mas que oportunizem, a cada cidadão, independentemente de sua camada social, o direito à qualidade no seu lazer. Essa qualidade no tempo de lazer passa a ser, desse modo, a possibilidade de interagir, conhecer o novo, estranhar e conviver com o outro, com o diferente, sem que se perca a própria identidade, e conhecer novos lugares, novas culturas.

A significação e a importância do lugar ganham espaço na discussão sobre o turismo contemporâneo, gerando bens e serviços que visam à satisfação e à busca por experiências autênticas que possibilitem conhecer o novo, a cultura, como vivem as pessoas e quais são seus modos de vida, especialmente num momento em que se vive uma pandemia mundial e as pessoas não têm acesso a viagens ou pacotes turísticos, por sua própria segurança. Mas a necessidade de se deslocar, de se ter o direito ao lazer e ao ir e vir é autêntica e genuína e está sendo buscada cada vez mais com segurança e em lugares próximos, que possam ser visitados com carro próprio, a fim de passar o dia ou final de semana em destinos que não sejam de turismo de massa e sim mais exclusivos e particulares.

O fenômeno da globalização gerou uma tendência natural à homogeneização nos aspectos de consumo e informação. Isso contribuiu para uma fase de transição, em uma perspectiva de mudança de paradigma do turismo moderno para o contemporâneo, este assegurado pela necessidade de um novo significado que fortaleça os laços culturais e recrie nos significados em seus bens culturais, em uma busca de consolidar a identidade local.

O cenário contemporâneo do turismo busca redefinir os usos do patrimônio, por meio da valorização de histórias, memórias, saberes e tradições, cria e possibilita um novo olhar sobre a materialidade que envolve o lugar e oportuniza conhecer sobre a diversidade das expressões culturais. A percepção do turístico contemporâneo se propõe a dialogar com uma relação social, cultural, ambiental, espacial e política com os atrativos locais, baseado em um saber fazer comunitário, com novas formas culturais de organização da atividade (COOPER, 2011). A busca por elementos identitários, simbólicos, estéticos, sociais e culturais proporcionou uma intensificação do turismo cultural e foi decisivo para que a comunidade pudesse consumir e compartilhar momentos dessa nova dinâmica social, que envolve equipamentos, atrativos, atores locais e visitantes.





### 3. TURISMO CULTURAL

Um dos vocábulos que determina o estudo no amplo sentido etnográfico de todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade é *Culture*. Conceito de Edward Tylor (1832-1917), citado por Laraia (1986), *Culture* é, conforme definição de Taylor, em uma só palavra, todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura. A esse conceito, Sodré (2001) adiciona ainda que cultura é o conjunto dos instrumentos que permite a intervenção simbólica por meio da língua, leis, ciências, arte e mitos, deixando indivíduos ou grupos à abordagem real de aprendizado, utilização e transmissão desses instrumentos que compõem uma cultura.

Cultura, termo entendido aqui como algo criado e vivido, permite observar sua relação com os objetos, com a materialidade, compreendendo melhor as estruturas sociais e maiores dimensões sistêmicas, tais como a desigualdade e diferença social, ação humana, emoção e seu significado, o que envolve elementos materiais e imateriais. Os objetos, a materialidade, podem ser vistos, então, como um elo essencial entre a estrutura social e econômica e o indivíduo, tal qual entende Guimarães (2012).

As políticas culturais se estabelecem sob as ações de uma elite cultural e são os atores sociais que decidem o que tem valor cultural para determinado grupo social. Entre os patrimônios históricos e artísticos, há uma alternância considerável no que se refere aos bens culturais, passando apenas do “simbólico” (enquanto testemunhos de outras épocas e instrumentos de reforço de identidades nacionais ou locais) para “produtos culturais”, de acordo com necessidades de mercado. O “valor e apelo estético do patrimônio como vetor turístico ao desenvolvimento local tem se tornado uma forma de comercialização dos atrativos culturais” (GUIMARÃES, 2012, p. 65).

A tese de Guimarães (2012) aponta o produto cultural e o patrimônio como o recurso mais usado para comercialização de um atrativo turístico, sendo a imagem entendida como uma característica determinante no processo de decisão de escolha de um destino. Desse modo, o patrimônio passa a atrair o olhar e instigar vários indivíduos a fazerem viagens em busca de conhecer a herança de outros povos. O autor infere que essas viagens são determinadas pela busca ao passado, por conhecimento dos legados materiais e imateriais, assim como pela contemplação de estruturas antigas e compreensão de como esses materiais



e estruturas eram produzidos, apontamentos que vêm ao encontro da definição de turismo cultural.

A relação entre viagem e patrimônio é antiga e desde os primórdios históricos está estreitamente relacionada ao turismo e ao deslocamento humano em busca de conhecimento. A burguesia se deslocava em busca de conhecimento e de saúde, para adquirir obras de arte, visitar monumentos, aprender sobre outras línguas e conhecer os costumes de outros povos. Remeter ao passado por meio de toda materialidade nele existente possibilita reviver ou experimentar parte de um passado de um povo, de modo a sensibilizar e estabelecer uma relação intrínseca entre memória e saber. O patrimônio histórico está intimamente ligado à ideia de autenticidade, legitimidade e herança (GUIMARÃES, 2012).

Um dos segmentos do turismo que pode ser adotado, trabalhado e desenvolvido na Quarta Colônia é o turismo arqueológico, pois é um segmento que integra a ideia de turismo cultural aliado à arqueologia. Essa proposta objetiva utilizar-se do potencial turístico de regiões com sítios arqueológicos de comprovada importância histórica (FUNARI, 2001; MANZATO, 2007; YÁZIGI, 2009; GUIMARÃES 2012).

Santos (1985, p. 68) afirma que “por isso, a região e o lugar são lugares funcionais do todo” e “uma região é, na verdade, o *locus* de determinadas funções da sociedade total em um momento dado”. Santos (1985) chega a apontar que em um mundo globalizado não há espaço para se trabalhar regionalmente, contudo, para o turismo (principalmente, pós-pandemia), essa premissa não se consolida. São as regiões próximas aos grandes centros ou não, com suas particularidades, que atraem os visitantes, sendo que na atualidade eles não vêm de muito longe e não permanecem muito tempo, em função das medidas de segurança para frear o avanço da pandemia.

Todavia, em contraposição a essas discussões, Carvalho (2002, p. 13) assegura: “mesmo que se afirmem que a região não mais exista, continuaremos a vivê-la ou assisti-la nas diversas expressões materializadas na sociedade e utilizadas como mecanismos de ações políticas de planejamento”. O emprego do termo “região” não é utilizado para a classificação do território turístico. A região turística a que se refere para o planejamento e desenvolvimento do turismo é a divisão de uma área maior em sub-regiões para utilização dos valores locais e seus patrimônios em prol do turismo.

Esse planejamento turístico e regional é fundamental, pois o território é um elemento basilar para o desenvolvimento turístico, afinal, é nesse território que se encontram os recursos ambientais e culturais dos destinos turísticos, além de ser o espaço físico



determinado para a instalação da infraestrutura e dos equipamentos que irão atender ao fluxo de visitantes (DIAS, 2008). Dessa forma, a atividade turística terá forte influência na dinâmica do território, assim, é sobremaneira importante monitorar essa atividade, reavaliar e analisar o planejamento para enfim adequá-lo frente as realidades sociopolíticas que podem surgir.

#### **4. TURISMO E ARQUEOLOGIA**

Para que o patrimônio arqueológico seja utilizado como atrativo turístico é fundamental o planejamento e a gestão dessa atividade, pois se trata de um ambiente delicado. Deve-se ter cuidados com os impactos ao meio, que deverão se tornar mínimos para não colocar em risco um patrimônio que essencialmente e, na maioria das vezes, existe há centenas de anos.

No que se refere à valorização dos monumentos e sítios de interesse arqueológico, histórico e artístico, eles são considerados economicamente e turisticamente tanto quanto os patrimônios naturais. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (2004) enfatiza, nas suas Cartas Patrimoniais, como as de Cury (2004), que “consequentemente, as medidas que levam a sua preservação e adequada utilização não só guardam relações com os planos de desenvolvimento, mas fazem ou devem fazer parte deles” (IPHAN, 2004, p. 109) e recomenda que sejam mobilizados “esforços nacionais no sentido de procurar o melhor aproveitamento dos recursos monumentais de que se disponha, como meio indireto de favorecer o desenvolvimento econômico do país” (IPHAN, 2004, p. 110). O IPHAN afirma também que a importância de um patrimônio cultural não se perde nem se compromete ao ser relacionado e utilizado no turismo. Pelo contrário, se a utilização for planejada de maneira sustentável, “a maior atração exercida pelos monumentos e a influência crescente de visitantes contribuem para afirmar a consciência de sua importância e significação nacionais” (IPHAN, 2004, p. 112).

O IPHAN cita a Carta de Lausanne, a qual tem como foco a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico, e ressalta que esse monumento é um recurso frágil e, sobretudo, não renovável. Assim, “os planos de ocupação do solo decorrentes de projetos desenvolvimentistas devem, em consequência, ser regulamentados, a fim de minimizar, o mais possível, a destruição desse patrimônio” (IPHAN, 2004, p. 304). Segundo a Carta, o monumento arqueológico é um bem de todos e é obrigação moral de todo ser humano protegê-lo. Ao governo cabe assegurar e disponibilizar recursos financeiros suficientes para



a sua proteção (IPHAN, 2004, p. 305). O desenvolvimento desordenado ainda configura grande ameaça à preservação do patrimônio arqueológico, dessa forma, cabe ao poder público coibir e estimular o desenvolvimento de maneira planejada, para não comprometer o patrimônio cultural e natural, visto que “a proteção do patrimônio arqueológico constitui processo dinâmico permanente. Por conseguinte, todas as facilidades devem ser concedidas aos profissionais trabalhando nessa área, a fim de permitir sua permanente reciclagem” (IPHAN, 2004, p. 309).

Um segmento de turismo que vem surgindo em localidades com potencial arqueológico é o arqueoturismo ou turismo arqueológico. Esse segmento é uma linha ou tendência do turismo cultural, que propõe como atrativo turístico sítios arqueológicos. “El interés que la comunidad mantenga en la protección de sus recursos estará directamente relacionado con la existencia de dichos recursos, y por lo tanto del desarrollo turístico, en tempos futuros” (MONTERRUBIO-CORDERO, 2009, p. 107).

O turismo arqueológico ou arqueoturismo é descrito por Manzato (2007, p. 4) como o deslocamento de visitantes a locais denominados sítios arqueológicos, onde são encontrados os vestígios remanescentes de antigas sociedades, sejam elas pré-históricas ou históricas, passíveis de visitação terrestre e/ou aquática.

O potencial do turismo cultural é oportunizar um desenvolvimento da atividade turística como agente que promove e preserva os sítios arqueológicos que ainda existam nas localidades e regiões que têm interesse nesse segmento turístico, exibindo e publicizando toda uma materialidade que foi produzida por sociedades antigas e que está sendo exposta por meio dos achados deixados por uma civilização. Essa tipologia de turismo ocorre quando a motivação do turista é a de visualizar os vestígios materiais considerados particularidades da cultura local.

Acredita-se que o patrimônio arqueológico influencia de forma significativa na escolha de atrativos turísticos, por ser intrínseca à necessidade das pessoas em conhecer o modo como viviam seus antepassados. Tornam-se referências, transformam objetos e bens materiais em práticas de reconhecimento, elencando a construção da imagem sobre um lugar, através da possibilidade de garantir a preservação e conservação de bens arqueológicos (GUIMARÃES, 2012, p. 73).

No Brasil, o patrimônio arqueológico é protegido por leis federais, estaduais e municipais. Todavia, a gestão desse patrimônio não atingiu sua totalidade. De acordo com Guimarães (2012), desde que o Patrimônio Cultural Brasileiro passou a ser protegido pelo Poder Público, através do Decreto-Lei nº 25/1937, os bens arqueológicos também ficaram sob proteção legal. Os bens arqueológicos, segundo o autor, são elementos representantes





dos grupos humanos responsáveis pela formação identitária da Sociedade Brasileira, cujos conhecimentos e tecnologias implícitas denotam anos de adaptação ao Ambiente e produção de saberes tradicionais. Dessa forma, torna-se ilegal o comércio de qualquer objeto com valor arqueológico, e qualquer nova descoberta deve ser imediatamente comunicada ao órgão competente, que no Brasil é o IPHAN.

Na atividade turística a arqueologia surge em dois segmentos ou tipologias. O primeiro é o turismo cultural, pela relação intrínseca de todos os agentes, tais como: viajantes, comunidades, profissionais, atrativos, monumentos, objetos e saberes culturais, sociais e naturais. O segundo é dentro do segmento de turismo de natureza, em função de uma oferta de recursos naturais e sítios a céu aberto. Nos dois modelos, o arqueoturismo é compreendido como uma nova tipologia de turismo.

O pesquisador hispano-cubano Montexano define que o arqueoturismo constitui “una forma alternativa de turismo cultural especializado que, dentro del marco de las actividades turísticas persigue promover la pasión por el pasado histórico-arqueológico y la conservación del patrimonio histórico” (MONTEXANO, 1999 apud TRESSERRAS, 2005). Scatamacchia (2005) e Guimarães (2012) consideram o arqueoturismo como uma possibilidade palpável onde existam sítios arqueológicos, desde que se possua um programa bem estruturado de turismo. E, para isso, é imperativo aliar conhecimentos sobre todos os atores que compõe o patrimônio cultural e arqueológico

## **5. UMA PROPOSTA PARA A QUARTA COLÔNIA**

A partir daqui podemos apresentar uma proposta de turismo arqueológico para a Quarta Colônia e o Geoparque Quarta Colônia, considerando o exposto anteriormente e as características dos sítios arqueológicos da região.

No território do Geoparque presenciamos a transição de diversos biomas e regiões geográficas, como o Pampa, a Depressão Central e a Serra Geral, com vegetação, fauna e flora bastante característicos de cada ambiente, ao qual não entraremos em detalhes aqui. No entanto, cabe destacar que, em termos temporais anteriores e a chegada dos colonizadores europeus, há ocupações que remetem a aproximadamente 8.000 anos, e por diferentes sociedades que hoje denominamos sociedades tradicionais ou povos originários.

Resumidamente, podemos dizer que, das populações mais antigas que passaram pela região, sobreviveram alguns poucos utensílios em pedra, como pontas de flecha, pontas de lança e outros artefatos menos conhecidos (raspadores, lascas bifaciais, “lesmas” ou “facas”



em pedra), isso porque os artefatos em matérias orgânicas como madeira, couro, vegetais ou ossos se decompuseram com o tempo (as datações mais antigas remetem a 8.000 anos antes do presente). Outras sociedades caçadoras, mais recentes, nos legaram objetos bem conhecidos como “bolas de boleadeira”, e têm datações de mais de 2.000 anos atrás.

Outras sociedades mais recentes, que confeccionavam cerâmica, perambularam pela região e seus objetos são facilmente reconhecidos pela população, por serem fragmentos de vasilhas, potes, ou mesmo panelas e urnas, que representam outros povos, como os antepassados dos Guaranis e Kaingangs. Cada um desses grupos aqui resumidos ocupava territórios distintos, explorando biomas diferentes, ou mesmo na transição de um para o outro, como os municípios de Restinga Sêca, Agudo e São João do Polêsine, nos quais os territórios mais ao sul se encontram com o Pampa, mas também possuem uma geografia que transita para altitudes maiores, nas encostas da Serra Geral. Se nos vales dos rios a presença dos antepassados dos Guaranis é comprovada pela presença de urnas funerárias e outros recipientes, por outro lado, os campos foram habitados pelos antepassados dos Charruas e Minuanos, com suas boleadeiras de caça e de guerra.

Por sua vez, nos municípios mais ao norte do território, com altitudes elevadas, a presença de pinheirais (*Araucaria angustifolia*) marcou o território dos antepassados dos Kaingangs, e, além da cerâmica, ainda é comum serem encontradas peças de pedra que os arqueólogos chamam de “bumerangóides”, por serem pedras lascadas com curvatura.

Mas todos estes sítios arqueológicos estão sob a terra, enterrados por centenas de anos de deposição. Se encontramos artefatos é porque a agricultura ou o uso da terra traz à tona esses objetos. Não é possível, ainda na atual conjuntura, termos escavações arqueológicas abertas ao público em tempo integral, ou mesmo promover um turismo de paisagem que apenas aponte os locais de antigas ocupações humanas no território. Indicar os museus onde esses artefatos estão depositados seria um atrativo cultural, com certeza, mas um pouco distante do espectro de turismo “arqueológico”.

Então, nossa proposta atual, considerando o estado das pesquisas arqueológicas na região, o número de sítios cadastrados e registrados no IPHAN e a ausência de pesquisas na última década, seria uma conjugação de associação entre os geossítios e arqueologia e, em segundo lugar, a visita a sítios arqueológicos específicos.

Alguns geossítios da Quarta Colônia já possuem apelativos arqueológicos, como a Gruta do Índio, no município de Agudo. Apesar de não existirem publicações científicas no campo da arqueologia que comprovem ou contestem a ocupação humana nesse local, a



referência pode ser utilizada para demonstrar os grupos humanos que percorreram o território, mesmo que não haja evidências nesse exato local. Além disso, nos mirantes propostos pelo projeto Geoparque Quarta Colônia, pode-se seguir o exemplo de outros, como o da Serra da Estrela (Portugal), e apresentar a sinalização de sítios arqueológicos (Figura 1).

Figura 1 - Geoparque Serra da Estrela, Portugal. Exemplo de placa informativa.



Fonte: Diário Coimbra (2021).

Por outro lado, existem sítios arqueológicos realmente visitáveis na Quarta Colônia, mas que exigem um cuidado redobrado, conforme citado anteriormente, no que concerne à sua preservação e manutenção. É o caso dos sítios com arte rupestre, ou seja, locais que apresentam grafismos, gravuras ou desenhos gravados nas rochas que compõem os abrigos. Os melhores exemplos são o abrigo de Canhemborá, em Nova Palma, ou os abrigos existentes na área da Usina Hidrelétrica de Dona Francisca, onde foram localizados locais com a presença desses grafismos.

As preocupações são várias, pois o vandalismo, o abandono, a destruição voluntária ou a involuntária são constantes quando tratamos de sítios arqueológicos com evidências reais do passado. A sinalização é um passo importante (Figura 2) mas também deve ser



considerado um roteiro turístico no qual a importância do local seja destacada para a compreensão do cotidiano dos povos no passado.

Exemplos de destruição de sítios arqueológicos com arte rupestre não são novidade, mas muitas vezes o dano é irreversível e, mesmo que haja legislação pertinente, a reparação nunca acontece. Um triste exemplo é o que ocorreu no Vale do Foz Côa, em Portugal, onde rochas com gravuras paleolíticas foram danificadas por vândalos (“Vandalismo de gravura de Foz Côa: dois homens constituídos arguidos”), porém, sem nenhum tipo de penalidade, uma vez que os vândalos foram absolvidos (“Arqueólogos pedem ao MP recurso da sentença de vandalismo no Parque do Côa”, notícia de 21 de março de 2021).

Figura 2 - Sinalização da gruta do Canhemborá no município de Nova Palma.



Fonte: Santi (2009, p. 338).

Algumas alternativas são viáveis, como guias mirins, visita guiada ou outros mecanismos que facilitem o controle do acesso. No caso dos abrigos presentes na área de alagamento da usina, somente os pesquisadores e poucas pessoas conhecem os locais, o que permitiria um acesso mais restrito. No caso da gruta de Canhemborá, o fácil acesso é um fator que deverá ser considerado pelas rotas turísticas.



## 6. CONCLUSÃO

O turismo arqueológico é um potencial a ser explorado na região do Geoparque Quarta Colônia. Um planejamento deve ser realizado para incluir, de forma diferenciada, a paleontologia e a arqueologia, uma vez que esses patrimônios são finitos e sua preservação depende de diversos fatores. Ainda que sejam pouco conhecidos, a região possui dezenas de sítios arqueológicos registrados e catalogados, o que não impede a descoberta de novos locais com evidências ou ocorrências arqueológicas.

Um planejamento adequado do território e do turismo local e regional é sobremaneira importante para colocar a região da Quarta Colônia de Imigração Italiana e Geoparque em um circuito ou roteiro turístico dentro do estado do Rio Grande do Sul, em esfera nacional e, inclusive, internacional, em função dos atrativos naturais que possui. Da mesma forma, estimular o turismo arqueológico na região é possibilitar o reconhecimento de uma colonização no local milhares de anos anteriormente aos europeus, e as pegadas dessas sociedades não podem ser apagadas pelos ventos da história.

A atividade turística, pode ser segmentada de acordo com a agenda política de cada localidade, tendo em vista um desenvolvimento sustentável. No caso do presente estudo, infere-se um novo segmento ainda em construção no Brasil, que é o arqueoturismo ou turismo arqueológico. Esse segmento, somado a diversos atrativos culturais, gastronômicos, religiosos, entre outros, da região, pode contribuir para que o turismo se desenvolva. Além disso, o turismo enquanto fenômeno social tem a função de servir à comunidade gerando autoestima e renda e de atrair turistas de locais próximos e distantes que tenham interesse em experienciar um momento único em um local diferenciado.

## REFERÊNCIAS

- ACERENZA, M. A. **Administración del Turismo**: Conceptualización y Organización. 4ª Ed. México: Trilhas, 2000.
- BARRETTO, M. **Manual de Iniciação ao estudo do Turismo**. Campinas, Papirus, 1999.
- BARRETTO, M. **Turismo e Legado Cultural**: as possibilidades do planejamento. Campinas: Papirus, 2000.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Material de Segmentação do Turismo**. 2005. In: [www.mtur.org.br](http://www.mtur.org.br). Acesso em: 02 de dezembro de 2020.
- CARVALHO, G.L. Região: a evolução de uma categoria de análise da geografia. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 22, n. 1, jan./jun. de 2002.
- COOPER, C.; HALL, C. M.; TRIGO, L. G. G. **Turismo contemporâneo**. Rio de Janeiro,



2011.

CURY, I. **Cartas Patrimoniais**. 3ª. Edição Revista e Aumentada. Rio de Janeiro: IPHAN, 384p. Anuário do Instituto de Geociências-UFRJ, 2004.

DE LA TORRE, O. P. **EL Turismo**: Fenómeno Social. 2ª ed. México: Sociologia, 1997.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, G. M. **Turismo e Arqueologia**: Desenvolvimento, Valorização e Preservação do Patrimônio Arqueológico do município de Laguna/SC. Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú/SC, 2012. 166p.

FONSECA, C. L. **O Patrimônio em Processo**. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 1997.

FUNARI, P. P. A. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, P. P. A.; PINSKY, J. (Orgs) **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2001.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo**. 2ª Ed., São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

LARAIA, R. de B. **Cultura**: um Conceito Antropológico. (Coleção Eduardo Sanovicz de Turismo). Rio de Janeiro: ZAHAR, 1986.

MANZATO, F.; REJOWSKI, M. Turismo Arqueológico: Diagnóstico e análise do produto turístico. **Pasos Revista de Turismo y Património Cultural**, v. 5, n. 1, p. 99-109, 2007.

MOESCH, M. (Org). Um Outro Turismo é Possível. São Paulo: Contexto, 2004.

MONTERRUBIO-CORDERO, J. C. La Comunidad receptora: Elemento esencial em la gestión turística. **Revista Gestión Turística**, n. 11, p. 101-111, 2009.

OMT. Organização Mundial de Turismo. Amparo Sancho. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

PARDI, M. L. A preservação do patrimônio arqueológico e o turismo. **Revista do IPHAN**, v. 34, p. 305-337, 2006.

SANTANA, A. **Antropologia do Turismo**: Analogias, Encontro e Relações. São Paulo: Alep, 2009.

SANTI, J. R. **O passado no presente**: vestígios pré-coloniais como suporte analítico da paisagem no Vale do Soturno, RS. Disponível em: <https://bit.ly/3tt4gwZ>. Acesso em: 26 de maio de 2021.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SCATAMACCHIA, M. C. M. **Turismo e Arqueologia**. São Paulo: Aleph, 2005.

SODRÉ, M. **Reiventando a cultura**: a comunicação e seus produtos. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

TRESSERRAS, J. **Turismo arqueológico no Parque Nacional Serra da Capivara** (Piauí-Brasil). Brasília: Ministério do Turismo, 2009.



TRESSERRAS, J. J. **El arqueoturismo o turismo arqueológico**: un paso más para la valorización del patrimonio arqueológico. Disponível em: [www.gestiioncullturall.org](http://www.gestiioncullturall.org). Acesso em: 10 de out. de 2005.

VOLKERLING, M. Deconstructing the difference-engine: a theory of cultural policy. **Cultural policy**, v. 2, n. 2, p. 189-212, 1996.

YÁZIGI, E. **Saudades do Futuro**: por uma teoria do planejamento territorial do turismo. São Paulo: Editora Plêiade, 2009.



## DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM OLHAR SOBRE O GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA ASPIRANTE UNESCO

*Thais Danzmann Chaves<sup>1</sup>*  
*Flavi Ferreira Lisbôa Filho<sup>2</sup>*

### RESUMO

Geoparque é uma certificação internacional concedida pela UNESCO para territórios que preencham alguns requisitos. Contudo, constitui-se também um complexo processo de gestão territorial, que demanda o envolvimento da população local/regional, das instituições presentes no território, de políticas públicas e investimentos privados para alcançarem juntas o crescimento econômico com a preservação e a valorização dos patrimônios naturais e culturais. Nesse sentido, este trabalho busca aproximar perspectivas teóricas de desenvolvimento à educação patrimonial.

### 1. INTRODUÇÃO

A implantação de um geoparque envolve um complexo processo de gestão territorial e de investimentos públicos e privados. Há um período entre a implantação de um projeto como Geoparque e a produção dos resultados esperados: do alcance das metas propostas ao retorno dos investimentos. Isso porque, com a criação do Geoparque Quarta Colônia, por exemplo, espera-se a atração de turistas para haver um aumento da renda nas comunidades localizadas na região, bem como nos municípios que o abrigam. Também, almeja-se a melhoria na preservação e na proteção dos espaços naturais que passaram a integrar o território do Geoparque, além do incentivo para que as pessoas se apropriem do sítio para explorá-lo de modo sustentável, adquirindo conhecimento sobre o lugar onde vivem e se capacitando para obter lucro por meio da preservação dos seus patrimônios.

O desenvolvimento regional pode ser compreendido como um meio de atingir o progresso de um lugar específico através da conscientização e da participação da população, além de acompanhar os resultados e a execução das políticas públicas, demonstrando a importância da articulação coletiva e a busca da melhoria da qualidade de vida dos

---

<sup>1</sup> Professora da Rede Pública de Educação do município de Restinga Seca – RS. Mestra em Patrimônio Cultural pelo Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: thaisdanzmann@hotmail.com

<sup>2</sup> Bolsista Produtividade CNPq, nível 2. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em Ciências da Comunicação. E-mail: flavi@ufsm.br





habitantes, ademais de promover o crescimento econômico (CORIOLANO; VASCONCELOS, 2013).

O Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO é composto por 9 municípios gaúchos: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Sêca, São João do Polêsine e Silveira Martins. As características desses municípios que compõem a Quarta Colônia, com a beleza natural das suas paisagens, da abundância de água de seus rios e de suas cascatas, da raridade dos fósseis ali encontrados, que testemunham as mudanças ambientais do planeta nos últimos 250 milhões de anos, e a cultura preservada dos seus imigrantes, se bem alinhadas, podem permitir que essas comunidades possam legar às próximas gerações um futuro em que a qualidade de vida esteja em sintonia com a conservação da sua cultura e com a sua herança geopatrimonial.

Neste texto cotejamos perspectivas conceituais de desenvolvimento à educação patrimonial para refletir sobre o Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO.

## **2. GEOPARQUES UNESCO E DESENVOLVIMENTO**

O conceito de Geoparque possui pouco mais de 20 anos. Castro, Fernandes e Firmino (2015) ponderam que o entendimento desses territórios surgiu no final do século XX na Europa, com a constituição da Rede Europeia de Geoparques. Segundo Delphim (2009), a preservação do patrimônio geológico mundial concebida pela UNESCO sob a forma de geoparques surgiu em 2001, após a segunda Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Eco-92 – realizada em 1992, no Rio de Janeiro. Foi a UNESCO que concebeu o plano de implantação dos geoparques, áreas protegidas, portadoras de pontos de interesse geológico e de importância científica, chancelando a Rede Mundial de Geoparques, que considera a herança geológica da Terra como objeto de proteção a ser integrado a uma estratégia de fomento ao desenvolvimento social e econômico sustentável nos territórios.

Para Castro, Fernandes e Firmino (2015), esses empreendimentos são territórios, bem delimitados geograficamente, que possuem uma estratégia de desenvolvimento sustentado, baseada na conservação do patrimônio geológico e geomorfológico, em associação com os demais elementos do patrimônio natural e cultural, com vistas à melhoria das condições de vida das populações que habitam no seu interior, promovendo os valores endógenos de modo integrado e a sua apropriação turística.

Ainda, para os referidos autores, a filosofia de base na criação de geoparques centra-se no desenvolvimento de redes que permitam uma troca de experiências e uma promoção



conjunta do conceito e de cada um dos membros da rede. A estratégia de gestão de um geoparque não é exclusiva do patrimônio geológico, mas, também, da biodiversidade, da arqueologia e outros aspetos da herança cultural, e suas dimensões patrimonial e turística.

Existe uma aparente distância entre cultura e geologia. Contudo, se analisarmos nossas mitologias e crenças mais antigas, veremos que isso é uma falácia. Segundo Delphim (2009), a terra é um dos quatro elementos primordiais, presentes em obras de expressão poética, literária, plástica e filosófica.

Um dos problemas para a operacionalização dos geoparques é que, mesmo que cidadão comum entenda a importância da terra, ele normalmente possui um baixo conhecimento sobre o que são as geociências e qual a sua importância para a sociedade. Assim, os geoparques adquirem um caráter pedagógico, pois a visita guiada a esses territórios possibilita ao indivíduo perceber o modo como a geodiversidade condiciona todo o desenvolvimento natural e humano. Uma paisagem, por exemplo, deixa apenas de ser apreciada pelo seu valor estético, mas também por aquilo que ela representa em termos de evolução dos processos geológicos, biológicos e humanos.

Assim, segundo Castro, Fernandes e Firmino (2015), nasce uma nova forma de fazer turismo: o “geoturismo”. Ele surge como possibilidade de roteiro e como estratégia de valorização territorial em contextos de educação ambiental, sendo totalmente sustentável e tendo como objetivo principal experienciar e conhecer os aspetos geológicos de forma a promover a sua compreensão, valorização ambiental e cultural, sendo a comunidade local a principal beneficiária.

Para Castro, Fernandes e Firmino (2015), o geoturismo é um segmento emergente do turismo de natureza, com notável expansão por todo o mundo, que tem vindo a captar o interesse de um número cada vez maior de turistas e agentes turísticos. Tem como público pessoas mais exigentes e informadas, que o procuram, acima de tudo, para experimentar, aprender e desfrutar do patrimônio geológico, cultural e natural. Encontra-se em fase de crescimento, tendo, ainda, um longo caminho a percorrer no que diz respeito aos seus atributos e características, aos seus impactos, às suas práticas, à sua ideologia e, sobretudo, à sua própria definição, constituindo ainda matéria de profícua discussão.

Em 1995, Thomas Hose definiu pela primeira vez o conceito de geoturismo, assumindo-o como “um conjunto de serviços e facilidades interpretativas que possibilitam aos turistas a compreensão e aquisição de conhecimentos de um sítio geológico e morfológico, além da sua mera apreciação estética” (HOSE, 1995).



Mais tarde, em 2000, o mesmo autor reformulou essa definição, passando o geoturismo a ser considerado como a “disponibilização de serviços e meios interpretativos que promovam o valor e os benefícios sociais de sítios com interesse geológico e geomorfológico, assegurando a sua conservação, para o uso de estudantes, turistas e outras pessoas com interesse recreativo ou de lazer” (HOSE, 2000).

Os vértices de ação desses espaços são a conservação do patrimônio geológico, a educação para uma sustentabilidade e, conseqüentemente, um desenvolvimento turístico das áreas onde se inserem. Torna-se relevante salientar que a estratégia turística está calcada em uma estratégia territorial com base na valorização dos recursos endógenos e os produtos turísticos devem ser criados a partir das potencialidades e dos recursos que essas áreas possuem.

Essa combinação de conservação com desenvolvimento sustentável e que, ao mesmo tempo, envolve as comunidades locais, está se tornando cada vez mais popular. Atualmente, existem mais de 140 Geoparques Mundiais da UNESCO em 38 países. No Brasil, o Parque Nacional do Araripe e o Cânions do Sul são os únicos Geoparques Mundiais do país.

A preocupação por parte da comunidade científica, acadêmica e governamental materializa-se no direto envolvimento das Universidades e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na criação de Geoparques. Segundo Delphim (2009), o IPHAN participou da criação do Geoparque do Araripe, no Ceará. Como órgão de patrimônio cultural, deve promover a identificação, levantamentos, inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação do patrimônio cultural, material e imaterial, prescritas pela Constituição Federal.

Outra importante ação do IPHAN é a salvaguarda das paisagens. Segundo Delphim (2009), o IPHAN e os órgãos municipais e estaduais de patrimônio cultural têm voltado sua atenção com interesse cada vez maior para propostas de salvaguarda da paisagem, efetivando-lhe a condição de patrimônio e de direito coletivo. Assim, o IPHAN, considerando que a paisagem requer medidas legais e efetivas para sua proteção e defesa, instituiu a figura da Paisagem Cultural Brasileira. Criada pela Portaria nº 127 de 30 de abril de 2009 do IPHAN, essa modalidade de reconhecimento de valores de sítios e paisagens de significação cultural é aplicável a porções peculiares do território nacional, representativas do processo de interação do homem com o meio natural, cuja vida e ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.



Paisagens com valores culturais e de importância científica, que apresentem elementos geológicos, geomorfológicos, estratigráficos, paleontológicos e outros, podem ser propostas para receber a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Existem, nos meios acadêmicos, sugestões de se enquadrar a geoconservação na legislação ambiental brasileira, na categoria de unidades de conservação. A declaração como Paisagem Cultural Brasileira, sem excluir tal possibilidade, propõe o estabelecimento de um pacto a partir do qual cada órgão público cumpriria, de maneira exemplar, sua responsabilidade com cada um dos aspectos que caracterizam cada paisagem.

A chancela da Paisagem Cultural Brasileira considera o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica. Convive com as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis e valoriza a motivação responsável pela preservação do patrimônio. Tal designação implica no estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando à gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida. Esse pacto poderá ser coeso a um plano de gestão a ser estabelecido entre as diversas entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, devendo ser acompanhado pelo IPHAN.

O reconhecimento de uma região como Geoparque, pela UNESCO, serve como instrumento para o desenvolvimento e integração de todas essas atividades. Não compete apenas ao poder público, mas a toda sociedade civil, sobretudo às populações locais/regionais, promover e proteger o patrimônio brasileiro existente em um geoparque. A forma perfeita de gestão de um geoparque é, sem dúvidas, a gestão compartilhada, na qual cada órgão deve assumir, de forma exemplar, sua responsabilidade pelos componentes apresentados pelo geoparque. Deve, ainda, tendo sempre em conta o valor e a singularidade desse patrimônio, promover todas as formas do desenvolvimento, quando compatíveis com sua preservação. Para a UNESCO, um geoparque deve contribuir substancialmente para o desenvolvimento sustentável da região onde se insere, com ênfase para o turismo, mais exatamente, o geoturismo, em consonância com a proteção do meio ambiente, a promoção da educação e pesquisa, a geração de emprego e renda, além da preservação e difusão do nosso rico patrimônio material e imaterial.

Os geoparques, além do fomento das atividades econômicas locais – pois o fluxo de turistas aumenta as demandas de produtos manufaturados e artesanais de comunidades receptivas –, são uma eficiente forma de fortalecer o sentimento de pertencimento dos locais,





enaltecendo os vínculos das populações nativas com suas comunidades locais, gerando reflexos positivos, como a preservação ambiental e a diminuição do êxodo rural, tendo impacto direto nos cinturões de miséria que circundam os centros urbanos.

Além disso, os geoparques promovem processos educacionais e pedagógicos, pois são espaços não formais de aprendizado, onde aulas podem ser ministradas por professores, guias e monitores, que terão essa poderosa ferramenta de ensino, onde serão mostradas características físicas da geografia local e os períodos geológicos relevantes para a área, bem como temas históricos relacionados à geologia ou à sua beleza geológica marcante.

Para Castro, Fernandes e Firmino (2015), os geoparques introduzem uma grande responsabilidade na criação de valor econômico, turístico e social. As suas potencialidades podem ser transversais na ajuda à criação de valor territorial de determinada área geográfica, mas, por outro lado, as suas potencialidades podem ser apropriadas ao turismo com base na construção de estratégias de desenvolvimento para o bem da comunidade. A imagem dos territórios está intrinsecamente relacionada às suas marcas paisagísticas, não apenas com aquilo que a nossa visão alcança, mas todos os elementos que a compõem e que dão “vida”, cheiro e cor à sua dimensão espacial. Essas imagens que se constroem, dando forma e conteúdo aos lugares, estão, muitas vezes, associadas à qualidade ambiental, à diversidade e à heterogeneidade das suas paisagens, à sucessão de elementos patrimoniais, tanto histórico-culturais como naturais, aos modos de vida ligados às práticas tradicionais, materializadas em alguns produtos regionais, tradições e outros “usos”, aos recursos naturais de valor estratégico, alguns com potencial energético, e à história das gentes de cada lugar. Todos esses fatores, de ordem natural, social, cultural e histórica, podem e devem ser aproveitados, em primeiro lugar, pela fixação da população, condição *sine qua non* para o tão almejado dinamismo dos territórios e para a sua valorização.

Os Geoparques Mundiais da UNESCO são estabelecidos por meio de um processo ascendente (da base ao topo) que envolve todas as partes interessadas e autoridades, locais e regionais, por exemplo, proprietários de terra, grupos comunitários, profissionais de turismo, povos indígenas e organizações locais. Esse processo requer compromissos firmes por parte das comunidades locais; fortes e múltiplas parcerias locais com apoio público e político de longo prazo; além do desenvolvimento de uma estratégia abrangente que atinja todos os objetivos das comunidades, enquanto mostra e protege o patrimônio geológico da área (UNESCO, 2021).



### 3. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E IDENTIDADE

A educação patrimonial fortalece a construção da identidade do sujeito; e essa construção passa pelo reconhecimento e respeito às diferenças. Para Pollak (1992, p. 204), “[...] a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros”.

O presente estudo, ao associar perspectivas de desenvolvimento, através dos geoparques, à educação patrimonial, aporta a uma estratégia de desenvolvimento equilibrado ao território. Nesse sentido, as ações de educação patrimonial direcionadas prioritariamente para estudantes da educação básica possibilitam que, desde os primeiros anos de ensino, possa ser fortalecido o sentimento de pertencimento das pessoas, base da apropriação da cultura e formação do cidadão.

A Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional - Lei nº 9.394/1996 - coloca, no seu artigo 26, que a parte diversificada dos currículos dos ensinos fundamental e médio deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura, abrindo, assim, espaço para novas propostas de ensino. Como proposta pedagógica, a educação patrimonial busca implementar atividades extracurriculares com o objetivo de reconhecimento e valorização do patrimônio material e imaterial, na possibilidade de revitalizar a memória coletiva e a história local, reconhecendo-se como sujeitos nesse processo: salvaguardando os patrimônios. Ademais, valoriza-se o direito à memória e ao reconhecimento dos valores identitários dos “novos” sujeitos da história, fazendo com que o estudante e o cidadão ampliem e enriqueçam a aprendizagem formal e não formal. Para tanto, nós educadores temos um papel importante na escola e na comunidade: propagar e difundir a ideia de que é fundamental valorizar suas origens, sua história, e que uma sociedade que não considera e não respeita o patrimônio cultural em toda a sua diversidade, dentre elas a étnico-racial, tende a perder sua identidade e memória cultural.

Segundo dados obtidos por meio do IPHAN, a preocupação em preservar a identidade histórica e cultural surge no início do século XX, cujas primeiras medidas datam de 1936 com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), projeto criado por Mário de Andrade e alguns intelectuais da época. Tal projeto definia o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como um conjunto de bens móveis e imóveis do país cuja conservação é do interesse público, quer por sua vinculação a fatos da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico.



Segundo Williams (2003), muitas efemérides históricas e memórias são selecionadas ou perdidas propositalmente, mas as preservações dessas memórias restantes também são muito importantes. Para o autor, essa seleção começa dentro do período em que são formadas:

hasta cierto punto, la selección comienza dentro del mismo periodo; de toda la masa de actividades se seleccionan ciertas cosas, se las valora y se hace hincapié en ellas. En general, esa selección reflejará la organización del periodo en su conjunto, aunque esto no significa que mas adelante los valores y énfasis se confirmen (WILLIAMS, 2003, p. 59).

Assim se justifica a constante revisão dos fatos históricos e sociais e a pesquisa de espaços esquecidos – que podem ser transformados em produto cultural capitalizável – e memórias que podem ser reorganizadas para o registro e fortalecimento da identidade dos locais, fundamentais na educação patrimonial. Ainda, a história é construída e, nesse sentido, a consciência da história e a memória são parte de uma construção que se fixa ao longo do tempo e dá identidade ao ser humano. O registro da memória é envolvido por sentimento que estimula e alimenta a necessidade de o homem saber sobre si, sobre seu passado, sobre seu presente, sobre suas conquistas, sendo, então, a memória um combustível da história.

A valorização das singularidades históricas e culturais da localidade, através da educação patrimonial é uma forma de fomento cultural que, além de instrumentalizar potenciais trabalhadores de múltiplas áreas e ser gerador de trabalho e renda, também é uma ferramenta importante na formação do sentimento de pertencimento, base da construção da identidade.

O Poder Público, a Iniciativa Privada e a Sociedade Civil Organizada podem produzir mecanismos impulsionadores de geração de trabalho e renda das localidades, estimulando a pesquisa histórica, produzindo material gráfico, eventos, montando exposições fotográficas e de acervo, formatando destinos turísticos, entre outros. Essa é uma das formas de criar ferramentas didáticas que serão usadas por educadores das redes de ensino pública e privada, estimulando a criação de espaços educacionais formais – e não formais – de educação patrimonial e a valorização do patrimônio local, que passa a ser reconhecido como elemento estruturante da identidade própria e local.

A educação patrimonial e a consequente conservação do patrimônio são fundamentais para a formação do indivíduo. Nesse aspecto, a escola é indispensável para a concretização da valorização do conhecimento cultural do aluno, pois ela permite socializar a valorização dos elementos que compõem esse patrimônio.



O indivíduo reconhece sua identidade quando possui conhecimento da história da sua localidade. Dessa forma, entendemos a importância da preservação do patrimônio. Compreender a importância do patrimônio contribui para transformar as comunidades, estimulando ações de preservação patrimonial e manutenção do centro urbano, melhorando a limpeza da urbe e evitando ações de vandalismo nas cidades. A educação patrimonial permite que os indivíduos valorizem seu entorno e o modifiquem, produzindo dinâmicas construtivas e criando ferramentas para a produção de emprego e renda, estimulando, assim, ações proativas e melhorando a qualidade de vida das pessoas.

O patrimônio cultural, por exemplo, não é apenas usado para simbolizar, representar ou comunicar a ideia de grupos hegemônicos da sociedade, para representar ideias e valores abstratos ou para ser contemplado. O patrimônio cultural é feito pelas pessoas, mas ele também forma as pessoas, visto que o reconhecimento da sua importância, por parte do sujeito, influencia diretamente na formação do indivíduo. A compreensão da realidade, por parte do indivíduo, faz com que ele passe a dar valor à sua história e, em consequência, à sua memória.

### **3. REFLEXÕES: DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA QUARTA COLÔNIA**

A região da Quarta Colônia, que tem esse nome por ser a quarta colônia de italianos do Rio Grande do Sul, em que pese alguns municípios limítrofes terem se agregado posteriormente ao Consórcio Sustentável da Quarta Colônia – CONDESUS, é composta por nove municípios, conforme já mencionado. Localizada no centro do Estado do RS, a região possui uma singularidade geológica – pré-requisito indispensável – para ser Geoparque, calcada nos fósseis encontrados no território, além da beleza de suas paisagens, suas gentes e comunidades, que podem oferecer serviços e logística para o funcionamento do turismo.

O patrimônio fossilífero<sup>3</sup> encontrado na região é um dos principais atrativos que faz da região um interessante destino turístico, tanto para visitantes quanto para agentes da

---

<sup>3</sup>O reconhecimento da importância desse patrimônio remonta às primeiras décadas do século XX. Segundo Delphim (2009), as primeiras leis de proteção à natureza brasileira surgiram nos anos de 1930, como o Código de Águas, o Código de Minas, o Decreto de Proteção aos Animais, o Código Florestal e o Decreto-lei nº 25, de 1937, que organizou o patrimônio histórico e artístico brasileiro e que definiu esse patrimônio como sendo constituído pelo conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, cuja conservação seja de interesse público, por sua vinculação a fatos históricos memoráveis ou por apresentarem excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico.





cadeia produtiva e rede da economia do turismo, formada por agências receptivas, áreas de hospedagem, empresas de alimentação, artesãos, setor de serviços e logística.

Compreendemos que uma estratégia de desenvolvimento calcada no Geoparque, quando associada à educação patrimonial e inserida no currículo da rede de ensino dos municípios, seja estimulada pelo Poder Público ou pela Iniciativa Privada, é uma poderosa ferramenta que fortalece os vínculos de pertença, estimula a cidadania cultural e pode ser geradora de emprego e renda. Ademais, traz uma série de benefícios aos municípios, como a valorização dos espaços públicos, ações de preservação de prédios históricos e melhoria no meio ambiente, como a diminuição dos custos de limpeza urbana dos municípios.

## REFERÊNCIAS

- CASTRO, E. FERNANDES, G.P.; FIRMINO, G. Os Geoparques como estratégias de desenvolvimento turístico de base territorial. *Inovação, Gestão e Educação em turismo e Hotelaria*. **Instituto Politécnico da Guarda**, p. 49-61, 2015.
- CORIOLOANO, L. N.; VASCONCELOS, F. P. Região, desenvolvimento regional e turismo comunitário. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 1, n. 1, 2013.
- DELPHIM, C.F. de M. Patrimônio Cultural e Geoparque. **Geologia USP**, São Paulo, v. 5, p. 75-83, 2009.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
- HORTA, M. L. P. et al. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Museu Imperial; IPHAN/MinC, 1999.
- HOSE, T. A. European geotourism—geological interpretation and geoconservation promotion for tourists. **Geological Heritage: Its Conservation and Management**, Madrid, p. 127-146, 2000.
- HOSE, T. A. Selling the story of Britain's stone. **Environmental Interpretation**, v. 10, n. 2, p. 16-17, 1995.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- UNESCO. **Geociências e Geoparques Mundiais da UNESCO**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/earth-science-geoparks>. Acesso em: 19 set. 2021.
- WILLIAMS, R. **La larga revolución**. Buenos Aires: Nueva Vision, 2003.



## TURISMO, PATRIMÔNIO E GEOPARQUE: OLHARES, ESTRATÉGIAS E HORIZONTES NO TERRITÓRIO QUARTA COLÔNIA (RS, BRASIL)

*Caroline Ciliane Ceretta<sup>1</sup>*

*Dalva Maria Righi Dotto<sup>2</sup>*

*Mônica Elisa Dias Pons<sup>3</sup>*

### RESUMO

Este capítulo apresenta uma discussão sobre a tríade turismo, patrimônio e geoparque a partir de olhares, estratégias e horizontes para, com, e no território da Quarta Colônia (RS, Brasil). Tais elementos são motivados por uma perspectiva territorial de desenvolvimento que reúne, discute e agrega diferentes áreas do conhecimento em nome do desenvolvimento sustentável.

### 1. INTRODUÇÃO

Compreender as dimensionalidades que integram o sentido territorial de desenvolvimento tem sido um desafio que perpassa, entre outras transversalidades, olhares, estratégias e horizontes sobre a área de turismo e suas múltiplas funcionalidades e pluriatividades. Tão instigante quanto, é refletir sobre a relação do turismo, o patrimônio local e uma proposta de geoparque, de maneira que imbricados fortalecem e são fortalecedores de recursos específicos que tanto despertam sinais diacríticos como podem desencadear a espetacularização de outros recursos locais, até então identitários e conservados.

Nesse arcabouço teórico está a região conhecida como Quarta Colônia, formada por nove municípios, que nas últimas três décadas ressurgem política e territorialmente integrados para o horizonte do desenvolvimento sustentável. Com destacada proximidade espacial, agricultura familiar predominante e um caráter multiétnico significativo em crescimento, os municípios que compõem a Quarta Colônia ainda possuem relevantes

---

<sup>1</sup> Doutora em Extensão Rural pela UFSM. Mestre em Turismo pela UCS. Bacharel em Turismo pela UNISC. Docente do Departamento de Turismo no Curso Tecnólogo em Gestão de Turismo e no PPG em Patrimônio Cultural do Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM. E-mail: caroline.ceretta@ufsm.br

<sup>2</sup> Pós Doutora em Administração pela UFRGS. Doutora em Desenvolvimento Regional pela UNISC. Docente no Departamento de Turismo e no PPG em Gestão de Organizações Públicas do Centro de Ciências Sociais e Humanas – CCSH da UFSM. E-mail: dalvadotto@gmail.com

<sup>3</sup> Pós Doutora em Comunicação Social pela UFRGS. Doutora em Comunicação Social pela PUCRS. Docente do Departamento de Turismo no Curso Tecnólogo em Gestão de Turismo e do PPG em Patrimônio Cultural/CCSH/UFSM. E-mail: monica@ufsm.br



elementos culturais identitários e distintivos, oriundos da imigração e colonização italiana e alemã desde o final do século XIX (FRÖEHLICH; VENDRUSCOLO, 2012).

Na maioria dos municípios, a presença de descendentes de imigrantes italianos é expressada e memorizada tanto por construções, edificações, prédios, igrejas, capelas e outros bens como pelos elementos simbólicos que deles emanam sentidos e significados de um passado e presente cada vez mais valorizados (CERETTA, 2017). Graças às discussões das últimas décadas sobre o papel do turismo e seu compromisso com a promoção do bem-estar social, valorização do patrimônio e salvaguarda do ambiente, é que a Quarta Colônia se apropria do seu conteúdo para desenvolver ações e estratégias em prol do desenvolvimento sustentável do território. Embora existam diversas reflexões sobre as dinâmicas e fomento do turismo como uma alternativa de renda e desenvolvimento sustentável para a Quarta Colônia, ainda há significativos entraves que interferem no reconhecimento do território como um destino turístico.

Entre outros exemplos, está a timidez de canais de distribuição e comunicação para o mercado turístico, a necessidade de qualificação de serviços turísticos, o pouco envolvimento da comunidade local nas decisões político-administrativas sobre os efeitos do turismo e a atividade turística, a governança de turismo conflituosa, entre outros (SILVA, 2014; CERETTA, 2017). Além disso, existe certa carência de estudos e dados publicados sobre a demanda atual de visitantes no território, entre outros aspectos, por vezes atribuídos também ao capital social fragilizado (SILVA, 2014). Mesmo diante de tais entraves, o território tem potencial significativo para as atividades de turismo porque é repleto de cenários, paisagens, identidades e unicidades que atraem visitantes em diferentes épocas do ano, para conhecer atrativos naturais e culturais ou para visitar o patrimônio. Um dos principais atrativos culturais da Quarta Colônia é a forte matriz de eventos festivos das emancipações político-administrativas, das festas comemorativas alusivas à agricultura e das inúmeras festas religiosas espalhadas por todas as comunidades que compõem o território (VENDRUSCOLO, 2009).

Além dessas especificidades, a descoberta recente das dimensões paleontológicas, geomorfológicas e geológicas tem elevado o território a uma notoriedade internacional significativa, principalmente em função da descoberta de fósseis que estão entre as espécies mais antigas do planeta, hoje muitos deles expostos e salvaguardados no Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica da Universidade Federal de Santa Maria (CAPPA), no município de São João do Polêsine. A busca de reconhecimento do Geoparque Quarta Colônia pela



UNESCO tem sido a estratégia adotada politicamente para uma nova perspectiva de desenvolvimento sustentável para o território, de modo que o uso e a proteção dos recursos possam estar sincronizados com a vida e o patrimônio do lugar.

Nesse contexto, este estudo tem como objetivo geral analisar a relação entre turismo, patrimônio e geoparque na construção de olhares, estratégias e horizontes para o sentido de desenvolvimento territorial em curso na Quarta Colônia (RS, Brasil). Para tanto, é preciso destacar os elementos identitários e distintivos que constituem territorialidades importantes para o Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO e a compreensão de que maneira o turismo, o patrimônio e o reconhecimento de geoparque da Quarta Colônia revelam recursos específicos, importantes para ativação do sentido territorial de desenvolvimento em curso.

A metodologia deste estudo apresenta-se com o sentido exploratório-descritivo, constituído por aspectos predominantemente qualitativos de abordagens e reflexões. A partir da coleta de dados em fontes bibliográficas e documentais, se apresenta uma análise descritiva dos olhares, estratégias e horizontes, com ênfase no desenvolvimento territorial em curso na Quarta Colônia, que decorrem da singularidade presente em recursos naturais e culturais do território, refletindo na integração de importantes dimensões para o desenvolvimento do turismo, no reconhecimento e na valorização da herança (patrimônio) e na proposta em curso de certificação como um Geoparque UNESCO.

## **2. DO TERRITÓRIO QUARTA COLÔNIA À TRIÁDE TURISMO, PATRIMÔNIO E GEOPARQUE**

Localizada na região central do estado do Rio Grande do Sul, a Quarta Colônia situa-se a cerca de 30 km do município de Santa Maria e a 250 km da capital Porto Alegre. O território tem origem no processo imigratório europeu designado à fundação de colônias alemãs e italianas no Brasil, a partir da metade do século XIX. Ainda no final do século XIX, iniciou-se o processo colonizador das terras devolutas (ZANINI, 2006). Com os primeiros núcleos e os primeiros distritos, não tardou para as emancipações político-administrativas serem reivindicadas pelos imigrantes e descendentes. O processo de emancipação se estenderia por cerca de 40 anos até que os núcleos de colonização pudessem iniciar a formação dos atuais municípios da Quarta Colônia (FRÖEHLICH; VENDRUSCOLO, 2012).

Economicamente, os municípios da Quarta Colônia seguem tendo a agricultura como base econômica principal e, apesar do tensionamento causado pelo êxodo rural nos anos de





1960, atualmente a estrutura fundiária é formada por propriedades de agricultores familiares que possuem entre 20 e 30 hectares de terra. Dos nove municípios que hoje integram politicamente a Quarta Colônia, os municípios de Silveira Martins, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Faxinal do Soturno, São João do Polêsine e Dona Francisca possuem muitas características que refletem a herança da imigração italiana; Restinga Sêca, apresenta uma presença significativa de afrodescendentes e portugueses; e o município de Agudo apresenta, predominantemente, aspectos mais acentuados ligados à colonização alemã. Juntos, os nove municípios somam a área total de 2.923 km<sup>2</sup> e abrigam um contingente de aproximadamente 63 mil habitantes (IBGE, 2010).

Atualmente a Quarta Colônia tem a sua governança político-estratégica realizada por meio do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS), instituído para repensar e construir uma proposta integrada de desenvolvimento (FRÖEHLICH; VENDRUSCOLO, 2012). As estratégias adotadas em nome do desenvolvimento na Quarta Colônia elegem os recursos naturais e culturais locais como oportunidades de valorização de dimensionalidades étnico-culturais, socioeconômicas, ambientais e turísticas, presentes no território para identificar os elementos identitários e distintivos capazes de acionar uma nova construção social do território, a partir das perspectivas territoriais do desenvolvimento.

Para dar visibilidade e divulgação ao território, o turismo tem sido um dispositivo importante, pois é reivindicado por diferentes atores como parte de uma nova perspectiva de desenvolvimento. Embora ainda haja uma carência de estudos aprofundados sobre aspectos mercadológicos importantes do desenvolvimento do turismo no território, a presença de demanda turística, equipamentos e serviços turísticos, tais como agências de viagens, restaurantes, meios de hospedagens e singulares atrativos naturais e culturais faz do território um destino turístico promissor e em ascensão. A atividade turística é considerada uma oportunidade de valorizar as expressões do território, pois os conteúdos construídos ao longo da formação sócio-histórica sobrepõem atributos importantes para a perspectiva territorial de desenvolvimento em curso na Quarta Colônia.

Para atender a uma abordagem territorial de desenvolvimento é preciso reconhecer que sua característica principal está na instalação de um processo de desenvolvimento inscrito na história longa, servindo à construção social de cada território com suas identidades e territorialidades apropriadas (PECQUEUR, 2005). Quando os sujeitos locais se envolvem ativamente no processo territorial do desenvolvimento são eles próprios



reveladores de recursos inéditos locais ou mesmo otimizadores dos recursos existentes, numa condição identitária e ao mesmo tempo distintiva de seus recursos no território construído.

É um processo que se instala na perspectiva territorial do desenvolvimento, cujas condições de proximidade geográfica, vivências da comunidade e conteúdos culturais reivindicados por seus atores locais são parte das atribuições de sentido que irão valorizar os recursos locais, atribuindo a eles na distinção de recursos específicos e identitários, ou seja, ativos específicos (SABOURIN, 2011; PECQUEUR, 2005). Tais ativos territoriais são aspectos em atividades mercadologicamente inseridos, que trazem emprego, renda, melhorias sociais e valorização dos recursos existentes, ao mesmo tempo que a garantia da preservação, valorização e o pertencimento daqueles recursos é a chancela para a continuidade de uso enquanto atrativos turísticos. Isso, de certa forma, deve ser comprovado mediante o processo mercadológico que o turismo também necessita, isto é, a comercialização dos produtos e serviços turísticos locais de forma justa, ambientalmente sustentável e economicamente equilibrada.

Dessa forma, na área de turismo se encontram diferentes parcerias e ações que convergem para aspectos de reconhecimento e valorização do patrimônio material e imaterial, reconhecimento do papel da governança local, do diálogo e das narrativas em prol do desenvolvimento do turismo regional, sobrelevando as particularidades de cada municipalidade, das estratégias mercadológicas de organização da oferta turística, bem como iniciativas de melhorias para a gestão do destino turístico, a partir da gestão de roteiros turísticos.

Referente à organização de roteiros turísticos, destaca-se seu condicionamento à existência de atrativos turísticos significativos, que, segundo o Ministério do Turismo, podem ser definidos como “locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los” (BRASIL, 2007, p. 27). Há uma grande diversidade de categorias de atrativos, dentre as quais: a) atrativos naturais, que contemplam os elementos da natureza, tais como montanhas, rios, ilhas, praias, dunas, cavernas, cachoeiras, clima, fauna e flora; b) atrativos culturais, relacionados a bens e valores culturais de natureza material e imaterial, produzidos pelo homem e apropriados pelo turismo, da pré-história à época atual, como testemunhos de uma cultura, como artesanato, gastronomia, museus, festas e celebrações e manifestações artísticas; c) atividades econômicas, referentes a atividades produtivas capazes de motivar a



visitação turística e propiciar a utilização de serviços e equipamentos turísticos, como a fabricação de cristais, a agropecuária ou o extrativismo; d) realizações técnicas, científicas e artísticas, cujas obras, instalações, organizações e atividades de pesquisa, por suas características, são capazes de motivar o interesse do turista, podendo ser representadas por museus naturais, observatórios e/ou aquários turísticos; e) eventos programados de natureza comercial, profissional, técnica, científica, cultural, política, religiosa ou turística, entre outros, que concentram pessoas com intuito de debater assuntos de interesse comum e negociar ou expor produtos e serviços, com datas e locais previamente estabelecidos (BRASIL, 2007; BRASIL, 2009; BRASIL, 2010).

Do ponto de vista do turismo, no território da Quarta Colônia existe uma diversidade de atrativos relevantes, que congregam as inúmeras categorias e especificidades descritas como possuidoras de potencial atratividade de turistas. Nesse escopo, no referido território são encontrados atrativos naturais expressivos, representados pela vegetação originária da Mata Atlântica, intermeada por morros e serras, com rios, riachos e cascatas, além das inúmeras espécies de animais que habitam esse ambiente.

Também se destacam os atrativos culturais, eventos e atividades econômicas de inúmeras procedências, que perpassam as gerações e compõem os hábitos e costumes dos habitantes, tais como: as festas religiosas e as celebrações das emancipações político-administrativas, o patrimônio, representado pelas antigas residências e templos religiosos, tais como igrejas, capelas e capitéis; a confecção e a comercialização de artesanato típico; a gastronomia utilizada como símbolo identitário, referência cultural e elemento integrador entre habitantes e visitantes; os museus, que são local de preservação da memória cultural do patrimônio material ou imaterial; e inúmeras manifestações religiosas e artísticas, derivadas de elementos identitários de índios, africanos (quilombolas) e descendentes de europeus (em sua maioria, italianos, alemães e portugueses). Além dessas especificidades, a descoberta recente das dimensões paleontológicas, geomorfológicas e geológicas tem elevado o território a uma notoriedade internacional significativa, principalmente em função da descoberta de fósseis que estão entre as espécies mais antigas do planeta, hoje muitos deles expostos e salvaguardados no Centro de Apoio a Pesquisa Paleontológica da Universidade Federal de Santa Maria (CAPPA), no município de São João do Polêsine.

O potencial significativo para as atividades de turismo na região é corroborado por Vendruscolo (2009), que considera o território repleto de cenários, paisagens, identidades e



unicidades que atraem visitantes em diferentes épocas do ano, seja para conhecer atrativos naturais e culturais ou para visitar o patrimônio.

Relativo à gestão de roteiros turísticos, de acordo com Silva e Costa Novo (2010), os roteiros podem ser agrupados, usando como critérios: a) o local de elaboração (emissivo ou receptivo); b) o agente organizador (órgão público ou iniciativa privada); c) formas de organização (organizados ou espontâneos); e d) a oferta no mercado (comercializados ou não). Também, segundo as autoras (apud TAVARES, 2002), de acordo com a combinação dos componentes e das características é possível classificar os roteiros turísticos em *forfait*, excursão, organizada por agência ou operadora de turismo, passeio que ocorre num único dia e localidade, pacotes com redução de custo e *city tour*. O *forfait* se refere ao roteiro elaborado de forma personalizada, considerando as exigências do consumidor ou grupo de consumidores, sem comercialização generalizada, enquanto que a excursão pode ser realizada de forma organizada por agência ou operadora de turismo, para ser efetuada em grupos que se conhecem no início da viagem, com visita a diversas localidades, realizada em um período maior que três dias e a um mínimo de duas localidades, sendo composta por programação de lazer e de alimentação e hospedagem ou na forma de passeio. Também existem os roteiros em que o deslocamento ocorre num único dia e localidade, sendo efetuado em ônibus fretados para grupos, geralmente de amigos, de escolas ou de empresas. Os pacotes com redução de custo representam maior acessibilidade ao consumo e são ofertados de forma genérica para grupos de pessoas que não se conhecem e que pretendem permanecer por mais tempo em uma localidade. Já os *city tours* também são conhecidos como roteiros de visita à cidade ou *sightseeing*, se caracterizam por passeios com explicação sobre os aspectos sociais, econômicos e culturais da cidade visitada e proporcionam ao turista a localização no espaço.

Na Quarta Colônia muitos roteiros foram organizados por iniciativa do poder público e/ou da iniciativa privada, sendo que a maioria deles se relaciona a aspectos ligados à natureza, tais como “caminhadas, *trekking* e trilhas ecológicas, com opções de caminhadas de curta e longa distância em ambiente natural, com trilhas, obstáculos ou escaladas, subida em paredões rochosos com equipamento especial” (DOTTO et al., 2018, p. 67); à gastronomia, com participação em eventos e/ou consumo/visitas a restaurantes e agroindústrias, em que há a oferta de alimentos típicos da região; à religião, que congrega a visita em templos considerados importantes locais de manifestação de fé; e, mais





recentemente, ao interesse em paleontologia, geomorfologia e geologia, devido às descobertas relevantes de fósseis na região.

Contribuindo para a consolidação do turismo em territórios, deve-se destacar que a constituição de um roteiro turístico está relacionada à gestão do processo, o que inclui todos os protagonistas, integrados e comprometidos, abrangendo a inclusão social e o resgate e preservação dos valores culturais e ambientais existentes, tendo como objetivos a “construção de parcerias, que podem dar-se nos níveis municipal, regional, estadual, nacional e internacional, de modo a buscar o aumento das oportunidades de negócios nas regiões turísticas” (BRASIL, 2007, p. 16).

Por isso, uma perspectiva territorial de desenvolvimento é importante para a consolidação da Quarta Colônia como destino turístico, uma vez que a busca da instalação de um processo inscrito na longa história, a especificação de ativos reconhecidos pelos sujeitos locais, bem como a presença de singularidades, tais quais as encontradas nas expressões culturais, simbólicas, religiosas, gastronômicas e fossilíferas do território têm mostrado um processo legitimado na valorização dos recursos específicos locais, com singularidades sendo apropriadas e constantemente referenciadas nas narrativas dos atores envolvidos como importantes para a perspectiva de desenvolvimento territorial em curso.

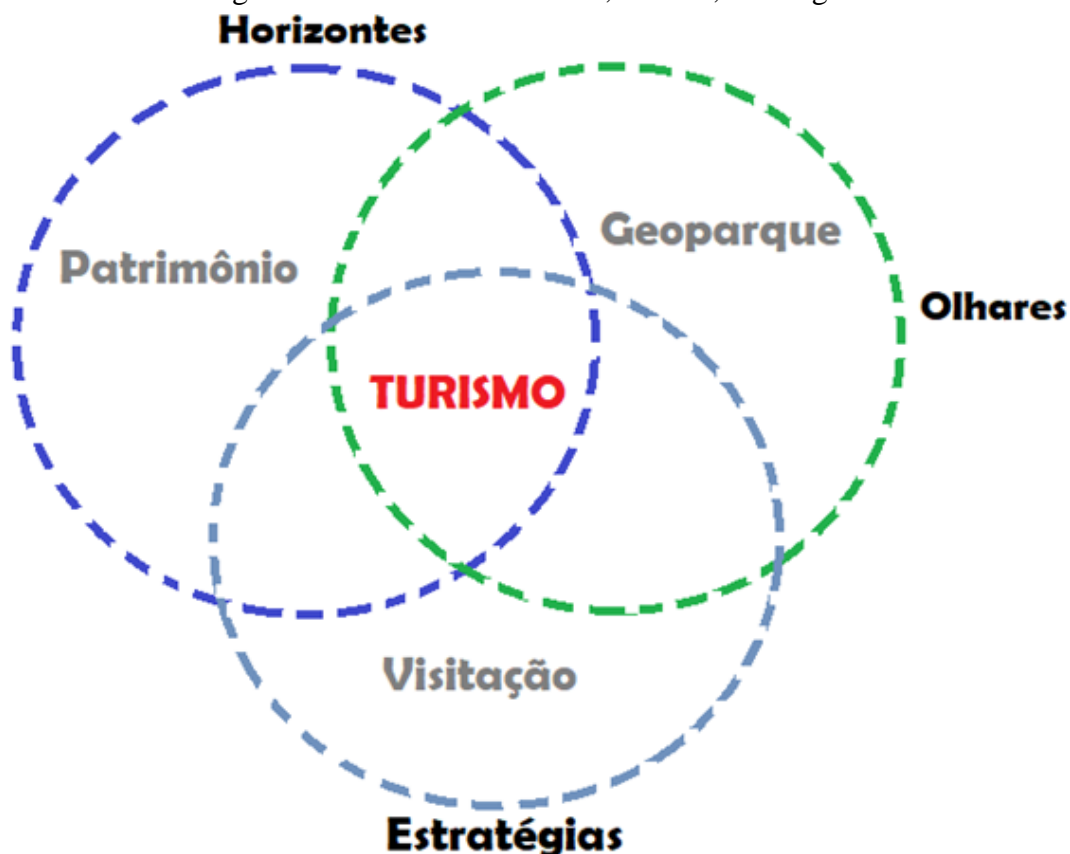
Nesse cenário, uma visibilidade ímpar do território tem sido construída, a partir de elementos identitários e de distintivos recentemente revelados, os quais apostam na valorização do território a partir do geopatrimônio com significativa geodiversidade, biodiversidade e força turística. A proposta Geoparque Quarta Colônia foi uma iniciativa do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS) em 2008 e, desde 2016, conta com a formalização e o compromisso institucional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em apoiar e realizar ações em prol da candidatura do local a Geoparque UNESCO (ZIEMANN, 2020). A iniciativa de parceria junto ao CONDESUS tem fomentado a integração de pesquisadores, extensionistas e bolsistas da UFSM e a comunidade local, a partir de um projeto institucional gerador de diversos projetos e ações no território, como temáticas variadas e iniciativas de ensino, pesquisa e extensão que se somam para viabilizar a proposição de candidatura de Geoparque UNESCO no final do ano de 2021.

É nessa capacidade que os atores têm de realizar atividades complementares e usar o espaço habitual de trabalho para desenvolver e agregar novos produtos, visto que o turismo sobreleva sua relevância. Apresentar ao território outras estratégias de atividades coloca o



turismo numa condição *sine qua non*, para essas e outras perspectivas territoriais de salvaguarda e uso concomitante do território. Como um fenômeno socioeconômico que movimenta a economia global (BENI, 2006), o turismo tem sido requisitado pelo território como alternativa de renda, de emprego, de valorização do patrimônio cultural, e principalmente como um dos pilares de condição de Geoparque UNESCO reconhecido mundialmente. Cabe à atividade turística a missão de salvaguardar o patrimônio e possibilitar condições de visitação ao território, que estrategicamente está ganhando visibilidade na proposta de Geoparque. Aliadas a essas premissas, somam-se a diversidade de olhares, as estratégias e os horizontes com e para o sentido territorial se estabelecer.

Figura 1 – Turismo: horizontes, olhares, estratégias.



Fonte: Autores (2021)

Nessa perspectiva, entende-se que o território possui diversos fatores que preenchem os requisitos para o importante reconhecimento internacional do geopatrimônio da Quarta Colônia, a exemplo de apresentar um território com área bem definida, com características geopatrimoniais proeminentes, com atratividade turística, com possibilidade de utilização do patrimônio para o ensino de geociências e com viabilidade de realização de atividades econômicas diferenciadas (ZIEMANN, 2020). Entre as diversas ações e iniciativas firmadas

entre o CONDESUS e a UFSM em prol da candidatura do território ao selo de Geoparque UNESCO, diversas reuniões estão sendo realizadas entre os integrantes do Comitê Gestor e suas comissões de ações e estratégias de desenvolvimento. As tratativas, para além do reconhecimento da UNESCO, trazem um importante momento para o território, justamente por disseminar as prerrogativas de envolvimento comunitário, de desenvolvimento territorial, de valorização e reconhecimento do patrimônio por parte dos atores e, significativamente, de ascender novas oportunidades de trabalho, de pluriatividades e multifuncionalidade do território, como revelou Sacco dos Anjos (2003).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para ativar o consumo turístico na Quarta Colônia, muitos elementos identitários são acionados e reivindicados como parte alternativa para o desenvolvimento sustentável, tais como os eventos festivos religiosos, os passeios turísticos, as atividades gastronômicas típicas, a educação patrimonial trabalhada nas escolas municipais e estaduais por meio de projetos com as Instituições de Ensino Superior da região, o fomento às agroindústrias e, mais recentemente, à proposta de salvaguarda do patrimônio geológico, geomorfológico e paleontológico a partir da perspectiva de reconhecimento do Geoparque Quarta Colônia pela UNESCO.

Assim, é possível inferir que a relação turismo, patrimônio e geoparque são percepções oriundas de diferentes olhares, estratégias e perspectivas na construção do sentido territorial de desenvolvimento na Quarta Colônia, capazes de reunir, discutir e agregar diferentes áreas do conhecimento em nome de um desenvolvimento sustentável, até então instituídos politicamente em meio a discursos, narrativas e práticas díspares. Credita-se que a perspectiva territorial seja capaz de revelar e transformar os recursos específicos em ativos territoriais, tais como Pecqueur (2005) e Sabourin (2009) defendem, pois trazem como perspectiva a valorização de recursos locais ímpares, singulares e distintivos, a partir das mobilizações endógenas do lugar.

#### REFERÊNCIAS

- BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- BRASIL. **Marketing de destinos turísticos**. Ministério do Turismo. Brasília, 2010.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil**: Módulo Operacional 7- Roteirização Turística/ Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo.



Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil**: Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Relatório Brasil 2009. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2009.

CERETTA, C. C. **As representações sociais nas festas de padroeiros da Quarta Colônia**. 2017. 203p. Tese (Doutorado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

DOTTO, D. M. R.; CEREZER, L. C.; PONS, M. E. D.; DENARDIN, A. C. M. Roteiros Turísticos da Região Central do Rio Grande Do Sul – Estudo sobre as Principais Características e Atrativos aos Turistas. **Itajaí: Univali, Applied Tourism**, v. 3, n. 1, p. 58-71, 2018.

FRÖEHLICH, J. M.; VENDRUSCOLO, R. A construção social da identidade territorial Quarta Colônia: tramas e sentidos da narrativa. In: FRÖEHLICH, J. M. **Desenvolvimento Territorial**: Produção, Identidade e Consumo. Ijuí: Unijuí, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Resultados do universo. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, v. 24, n. 01 e 02, p.10-22, 2005.

SABOURIN, E. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 24-51, 2011.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SILVA, A. P. **Turismo e desenvolvimento territorial na Quarta Colônia-RS/Brasil**: uma abordagem na perspectiva do capital social. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2014.

SILVA, G. T.; COSTA NOVO, C. B. M. **Roteiro Turístico**. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010.

TAVARES, A. M. **City tour**. São Paulo: Aleph, 2002.

VENDRUSCOLO, R. **Somos da Quarta Colônia**: os sentidos de uma identidade territorial em construção. 209 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

ZANINI, M. C. C. **Italianidade no Brasil Meridional**: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria –RS. Santa Maria: Ed. UFSM, 2006.

ZIEMANN, D. R. **Análise do Capital social do Geoparque Aspirante Quarta Colônia/RS como subsídio ao processo de gestão do território**. 2020. 363f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, 2020.





## ATELIÊ DE TEXTOS NO GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA: EXPERIÊNCIAS CONTEXTUALIZADORAS EM ARTE/EDUCAÇÃO

*Cristiane Fuzer<sup>1</sup>*

*Flávia Pedrosa Vasconcelos<sup>2</sup>*

*Micheli Mariel Decian de Pelegrin<sup>3</sup>*

*Rafael Kszyszerak<sup>4</sup>*

### RESUMO

Em um trabalho interdisciplinar entre as áreas de Letras e Artes Visuais por meio do projeto de extensão Ateliê de Textos, foram realizadas oficinas de leitura e escrita, desenho criativo e contação, voltadas para propósitos educacionais do Geoparque Aspirante UNESCO Quarta Colônia da UFSM. Participaram estudantes de seis escolas públicas dos municípios de Agudo, Nova Palma e Restinga Sêca, com a mediação e o apoio de uma equipe constituída de graduandos, pós-graduandos, professoras da educação básica e professoras formadoras. A culminância das ações de extensão foi a socialização das produções dos alunos por meio da publicação de uma coletânea em livro impresso, *e-book* e *podcasts*. Os resultados indicam como as potencialidades das relações entre texto verbal e imagem articulam processos na educação do olhar e enfatizam a importância de espaços de extensão serem viabilizados no diálogo entre docentes, discentes e comunidade.

### 1. INTRODUÇÃO

O Ateliê de Textos é um programa de extensão que, desde 2011, promove, organiza e executa uma série de atividades de produção textual por meio da interação entre a universidade e as comunidades escolares. A cada ano, acadêmicos de graduação e pós-graduação da UFSM, professores formadores e professores em serviço da educação básica das escolas parceiras desenvolvem um trabalho colaborativo para o planejamento de

---

<sup>1</sup> Pós Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUCSP; Mestre e Doutora em Letras pela UFSM; Graduada em Letras. Professora Associada do Departamento de Letras Vernáculas e do PPG em Letras da UFSM. E-mail: cristiane.fuzer@ufsm.br

<sup>2</sup> Doutora em Educação Artística pela Universidade do Porto, Portugal. Professora Adjunta do Departamento de Artes Visuais e do PPG em Artes Visuais da UFSM. Coordenadora do Laboratório de Criatividade e Inovação em Artes Visuais - LACRIA e responsável pelo Grupo de Pesquisa em Artes Visuais e Criatividade CNPQ. E-mail: flavia.p.vasconcelos@ufsm.br

<sup>3</sup> Graduada em Letras e Especialista em Língua Portuguesa pelo Centro Universitário Franciscano. Professora na E.E.E.F. Ana Löbler, de Nova Palma; E.M.E.F. Olavo Bilac e E.M.E.F. 7 de setembro, de Agudo. Colaboradora na equipe do Ateliê de Textos desde 2020. E-mail: michelidecian@gmail.com

<sup>4</sup> Graduando em Artes Visuais - Licenciatura Plena em Desenho e Plástica na UFSM. Integrante do Grupo de Pesquisa CNPq Artes Visuais e Criatividade (AVEC) e do Laboratório de Criatividade e Inovação em Artes Visuais. E-mail: rafael.kszyszerak@acad.ufsm.br



sequências didáticas, elaboração de material didático e mediação de oficinas para estudantes da educação básica que participam voluntariamente dos projetos (FUZER, 2021).

É realizada uma série de atividades que constituem o processo de ensino e aprendizagem de escrita e reescrita na perspectiva da Pedagogia de Gêneros (ROSE; MARTIN, 2012; MARTIN; ROSE, 2008), que tem como base princípios da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), incluindo ilustrações e contação. As versões finais dos textos produzidos pelos participantes de cada edição são publicadas em coletâneas, para que as comunidades tenham acesso aos produtos das ações desenvolvidas nas escolas parceiras.

Em 2020, a equipe aceitou dois grandes desafios: adaptar as atividades à modalidade remota, devido à necessidade de distanciamento social imposto pela pandemia de covid-19, bem como planejar e elaborar atividades voltadas para o contexto do projeto estratégico Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO.

O processo de produção de textos para a coletânea publicada no formato de *e-book* e *podcast* demandou um conjunto de estratégias pedagógicas que precisaram ser executadas em sincronia no período de tempo disponível (no caso, quatro meses), envolvendo encontros semanais dos integrantes da equipe do projeto para planejamento e avaliação das atividades por meio da plataforma *Google Meet*. Essa mesma plataforma foi utilizada para os encontros semanais com os estudantes das escolas públicas participantes das oficinas, que também tiveram acesso aos materiais didáticos, *feedbacks* e demais documentos disponibilizados na plataforma *Google Classroom*.

Neste capítulo, apresentamos uma síntese das atividades realizadas na forma de oficinas de produção textual (leitura e escrita, desenho criativo e contação) voltadas para propósitos educacionais do Geoparque Quarta Colônia, especificados na próxima seção, das quais participaram 19 estudantes de seis escolas públicas dos municípios de Agudo, Nova Palma e Restinga Sêca, em 2020.

## **2. O CONTEXTO DO GEOPARQUE ASPIRANTE QUARTA COLÔNIA**

Para o planejamento das oficinas do Ateliê de Textos voltadas para o contexto do Geoparque Quarta Colônia, a equipe participou de reuniões com a comissão do projeto estratégico Geoparque da UFSM e buscou informações sobre o propósito e as características de um geoparque.



Geoparques, conforme a UNESCO, são “áreas geográficas unificadas, onde sítios e paisagens de relevância geológica internacional são administrados com base em um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável” (s.d.). São reconhecidos 127 Geoparques Mundiais da UNESCO em 35 países.

O Brasil, até o momento, tem apenas um geoparque reconhecido pela UNESCO: o Parque Nacional do Araripe, localizado no sul do estado do Ceará, em uma região caracterizada pelo importante registro geológico do período Cretáceo, com destaque para sua diversidade paleobiológica (GEOPARK ARARIPE, 2021).

Outra região com particularidades únicas dentro do cenário mundial aspirante ao selo Geoparque da UNESCO fica na região central do Rio Grande do Sul, onde têm sido encontrados os fósseis mais antigos do mundo, a região da Quarta Colônia, formada por nove municípios: Restinga Seca, Agudo, São João do Polêsine, Silveira Martins, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande e Dona Francisca. A integração, segundo Padoin (2021), concretizou-se em 1995 com o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável – CONDESUS Quarta Colônia, que tem dado sustentação ao Projeto a aspirante Geoparque Quarta Colônia.

Num panorama geral do que constitui o Geoparque Quarta Colônia, sua intencionalidade e suas potencialidades, verifica-se que dos detalhes mais singelos da natureza, da cultura culinária, dos modos de viver surgem pensamentos e atividades que levam a observar, reconhecer e valorizar o patrimônio singular da região, fazendo referência à noção de pertencimento.

A região da Quarta Colônia é rica em patrimônio cultural, pois além da questão paleontológica, que a coloca em destaque no descobrimento de fósseis, encanta pela beleza de sua diversidade cultural, como a arte rupestre deixada como marcas em cavernas e grutas pelos índios, as edificações características das culturas alemã e italiana, os quilombos com suas formas de manter as tradições. Todas essas maneiras de viver são percebidas pelo legado deixado em nossa história e também pelos modos de viver que perpetuam tradições, como, por exemplo, o risoto italiano, a feijoada, a cuca alemã, dentre outros destaques gastronômicos, que se tornam emblemáticos da cultura da Quarta Colônia.

Com o olhar voltado para esse contexto, a equipe do Ateliê de Textos elaborou uma série de atividades com o objetivo de ajudar a despertar em estudantes da educação básica o interesse pelo patrimônio de cada município, o enaltecimento das potencialidades turísticas, seja por seus aspectos históricos, naturais ou outras formas de beleza por eles observadas.



Para isso, foram organizadas oficinas de produção de textual, envolvendo os componentes verbal (escrita e contação) e visual (desenho), descritas a seguir.

As atividades do Ateliê de Textos são grandes oportunidades de crescimento dos alunos, pois ao serem envolvidos em um cenário diferente do seu habitual, com outros professores, colegas, colaboradores, além dos colegas e professores de escola já abre-se um leque de possibilidades de formas de ver e fazer atividades escolares. E o projeto só faz somar ainda mais, devido a desenvolver-se de forma séria e comprometida, os alunos são inseridos em um universo de pesquisa e estudo do lugar onde vivem, das potencialidades de seu município e convidados a mostrar essas belezas a futuros visitantes em seus textos.

Com isso, além do projeto auxiliar no conhecimento do lugar a que pertencem e no que esse local tem de melhor, também são estimulados a escrever, e bem escrever, com escritas, reescritas e novas leituras. Tais processos trazem inúmeras implicações positivas aos aprendizes, tornando-os mais capazes na escrita, sabendo observar pontos que agregam conteúdo de qualidade aos seus textos.

### **3. OFICINA DE LEITURA E ESCRITA**

Como parte do processo de produção textual proposto pelo Ateliê de Textos, a oficina de leitura e escrita consiste em uma série de atividades embasadas na Pedagogia de Gêneros de Texto, um programa de letramento da Escola de Sydney, que provê ferramentas para o trabalho integrado de gramática, leitura e escrita com base em gênero de texto (ROSE; MARTIN, 2012). A metodologia envolve o Ciclo de Ensino e Aprendizagem que se constitui de três estratégias gerais: Desconstrução, Construção conjunta e Construção individual.

Para a dinamização desse Ciclo, a equipe do Ateliê de Textos trabalhou na elaboração de uma proposta de produção textual que contemplasse aspectos do patrimônio natural e cultural da Quarta Colônia. Após a definição do campo a ser abordado (lugares no município que cada estudante recomendaria serem visitados), foi feito um estudo para definir o gênero de texto a nortear a produção. Concluímos pela observação comentada, que tem como propósito central descrever e avaliar eventos ou lugares (MARTIN; ROSE, 2008; GEHRKE, 2015). O objetivo inicial foi estimular os estudantes, moradores da região da Quarta Colônia, a observar e apreciar paisagens, eventos, costumes, histórias e atividades pertinentes à sua terra de origem.

As atividades didáticas, a proposta de produção textual e os critérios de avaliação com base em gênero, previamente elaborados pela equipe envolvida no projeto, foram





dinamizados junto aos alunos das escolas com a mediação de uma graduanda do curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas, sempre acompanhada de um integrante da equipe do projeto<sup>5</sup> em cada encontro da oficina.

Nos primeiros encontros virtuais, os alunos foram desafiados a buscarem informações sobre as atrações dos seus municípios e a compartilharem com o grupo. Foi uma etapa importante do processo, para ampliação de repertório e para propiciar interações entre os participantes, dando início ao trabalho colaborativo também entre os alunos beneficiados pela ação extensionista.

Na sequência, os alunos receberam um caderno didático elaborado por integrantes da equipe do Ateliê de Textos (FUZER et al., 2021) com a colaboração pedagógica de duas professoras das escolas parceiras<sup>6</sup>. Esse material foi utilizado na estratégia Desconstrução do Ciclo de Ensino e Aprendizagem. As questões de leitura e análise linguística de observações comentadas ajudaram a preparar os estudantes para a produção de um texto do mesmo gênero.

Após, foi dinamizada a Construção conjunta, em que os alunos e a ministrante da oficina produziram um texto com base no propósito, na estrutura esquemática e nas características linguísticas da observação comentada, estudadas por meio das atividades de Desconstrução. Para orientar a reescrita desse texto, visando à sua qualificação e ao pleno atendimento ao gênero observação comentada, a equipe do Ateliê de Textos avaliou e produziu, coletivamente, um bilhete orientador aos autores. A versão final desse texto, intitulado “Três municípios cheios de riquezas na Quarta Colônia”, também está publicada na coletânea resultante de todo o processo (FUZER; PERES, 2021, p. 19).

Depois de terem participado das atividades preparatórias, por meio de atividades de leitura detalhada na Desconstrução e da Construção conjunta, os alunos realizaram a Construção individual. Nesse momento, cada aluno focalizou, na produção de seus próprios textos, descrições e avaliações de pontos que consideravam relevantes em seu município. Alguns alunos produziram três versões, outros precisaram de quatro versões até alcançarem o atendimento aos critérios de avaliação da observação comentada. Para cada versão foi

---

5 A equipe que atuou durante o segundo semestre de 2020 para a execução desta edição do Ateliê de Textos contou com dez integrantes, mas somente uma acadêmica de Letras e uma acadêmica de Comunicação Social receberam auxílio por meio de bolsa do Geoparque UFSM. Os demais integrantes atuaram voluntariamente.

<sup>6</sup> Da avaliação e revisão das atividades participou, antes de sua aplicação, a Profa. Cristina Machado Soares, da E.M.E.I.E.F. Dezidério Fuzer, de Restinga Sêca; após a aplicação, participou a Profa. Michele Decian de Pellegrin, da E.E.E.F. Ana Löbler, de Nova Palma.



fornecido um feedback na forma de bilhetes orientadores, produzidos pela mediadora da oficina e revisados pela equipe do Ateliê de Textos durante os encontros semanais. As versões finais dos textos individuais dos alunos foram, então, enviadas ao graduando e à professora formadora do curso de Artes Visuais, para o planejamento e organização da oficina de desenho criativo.

#### **4. OFICINA DE DESENHO CRIATIVO**

As atividades da oficina que foi denominada de Ateliê de Desenho Criativo (ADEC) foram sistematizadas e realizadas virtualmente no Laboratório de Criatividade e Inovação em Artes Visuais (LACRIA) e no Grupo de Pesquisa em Artes Visuais e Criatividade (AVEC) da UFSM.

O ADEC foi um minicurso pensado e desenvolvido com base nos princípios da Linguagem Visual e na Teoria da Percepção Visual, tendo como referências Dondis (1997) e Ostrower (1983; 1987), em termos do caráter e conteúdo das técnicas visuais de recepção, percepção e construção de imagens, bem como do processo de concretização que se inicia na percepção do espaço pelo olho e na apropriação de elementos que se tornam simbólicos à medida que são concretizados na superfície, pelo gesto. Dessa maneira, o gesto concreto foi interpretado como a representação imagética e sensível em termos de linguagem e de imagem, ou texto visual, possibilitando a adequação de meios e técnicas do desenho.

Por conseguinte, as experiências trilharam caminhos pelos quais as características do processo criador de imagens foram expostas, da abstração à representação, construindo-se cognitivamente desenhos que ressignificassem os textos escritos e que depois pudessem ser constituídos em ilustrações. Nesse sentido, podemos dizer que foram se configurando em textos visuais que conversam com os textos escritos, não se apresentando como meras imagens, mas dando acesso a outras imagens, multiplicadoras de sentidos que as palavras suscitam na leitura, correlacionando-as, conforme Vasconcelos (2015a).

Além disso, dialogamos para a práxis docente conceitualmente em e através da leitura de imagens, com relação ao trabalho de Buoro (2003) e Rossi (2003), refletindo sobre o letramento visual que, como Barbosa (2009) afirma, é uma plataforma potencializadora para a produção criativa e para a contextualização, pensando e interagindo com o local em que se vivenciam as experiências.

Entendendo que cada texto foi produzido pelos estudantes de acordo com questões ambientais, culturais e patrimoniais do Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO nos



municípios Restinga Sêca, Agudo e Nova Palma, a questão multicultural de Richter (2003) nos apoiou para que pudéssemos conduzir a proposta do ADEC de maneira inter e transdisciplinar tanto quanto contextualizadora, entendendo os olhares, as falas e as percepções de acordo com cada município, expandindo interculturalidades e estéticas do cotidiano em cada desenho pensado e criado.

Por intermédio de estímulo e contato com estudantes em duas aulas síncronas e duas assíncronas com o retorno dos desenhos realizados pelos alunos na sequência, descrevemos a seguir a constituição dessas experiências especificando as propostas realizadas.

Na primeira aula assíncrona, descrevemos elementos e configurações visuais do desenho: comunicação, linha, forma, figura, cor e fundo. Foi estimulado o uso do olhar, por meio da observação dos espaços e objetos, e um exercício que funcionava como proposição mediadora de conceitos e contextos, apresentado pelos estudantes na segunda aula síncrona. A atividade consistia em fazer um desenho com uso do elemento visual linha.

Na primeira aula síncrona, via *Google Meet*, os estudantes apresentaram e explicaram os desenhos por eles criados. Também foram tiradas as dúvidas em relação à aula assíncrona<sup>7</sup>. Ao final, ficaram de realizar um desafio criativo, de forma a estimular o uso da imaginação com a apropriação de materiais da natureza e objetos que tivessem em casa.

Na segunda aula assíncrona<sup>8</sup>, foi explicado para os alunos a relação entre o desenho (ilustração) e o texto, as estruturas do desenho, a sua continuidade e finalização e contextualizada dentro dos processos criativos por meio de uma proposição de experiência estética sobre a sensação e emoção. Na aula síncrona subsequente, realizamos um debate e discutimos as dúvidas com cada estudante. Foi dada oportunidade para que explicassem os desenhos realizados e pensassem sobre como foi a experiência de fazer uma obra contextualizando a paisagem natureza. Fornecemos orientações para que focassem no desenho principal, na ilustração de cada texto, e fomos acompanhando por *e-mail* e *WhatsApp* os resultados, dando continuidade ao processo de ensino e aprendizagem e avaliação.

Na sequência, recebemos o retorno do desenho principal de cada estudante e avaliamos os processos desenvolvidos. Foram trabalhos enriquecedores que estimularam

---

<sup>7</sup>Os materiais das aulas assíncronas estão disponíveis no canal do Laboratório, o LACRIA UFSM na plataforma Youtube: [https://www.youtube.com/channel/UC67TUnTcbpGHhP0zc5fULPg?view\\_as=subscriber](https://www.youtube.com/channel/UC67TUnTcbpGHhP0zc5fULPg?view_as=subscriber)

<sup>8</sup>Aula disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=HiFqC\\_QbXSA](https://www.youtube.com/watch?v=HiFqC_QbXSA)



alguns a refazer os desenhos, num processo de reelaboração e qualificação semelhante ao vivenciado na oficina de escrita e reescrita. Em todos, observamos a busca pela adequação e maior acuidade à proposta da relação de texto visual com o texto escrito, contribuindo para a contextualização significativa da ilustração com a escrita.

Com base no processo de ensino e aprendizagem descrito, destacamos que, nas experiências realizadas no ADEC, atentamos didaticamente aos seguintes aspectos e temáticas da linguagem visual e da teoria da percepção visual: desenho e comunicação, linha, forma, figura, cor e tons, fundo, sombra e contorno.

Para a constituição de experiências significativas, foram realizados os seguintes exercícios estimuladores no aporte das proposições de Vasconcelos (2015b), procurando desenvolver a sensibilidade e as sensações no processo criador:

- a) Lembre-se de um momento que lhe foi significativo, todas as sensações e emoções deste momento. Coloque-o em linhas, formas... desenho-o;
- b) Como você enxerga todos os elementos na paisagem?
- c) Como esses elementos visuais podem estar no seu texto?
- d) Pense sobre paisagens, objetos e personagens...
- e) Qual o espaço geográfico?
- f) Qual o tempo?
- g) Quem é(são) o/a(os/as) personagem(ns)?
- h) Há algum objeto? Qual(is)?
- i) Que tipo de sensação deseja passar no espaço tempo, colocação de personagem, objetos no papel?
- j) Desafio criativo: usar materiais da natureza (barro, folhas, galhos, pedras...) e objetos que tiverem em casa para fazer o desenho.

Diante do exposto, ressaltamos o desafio de possibilitar a produção criadora a partir de plataformas *on-line* de aprendizagem e, por isso, nos exercícios assinalados anteriormente, utilizamos como metodologia de ensino a aula invertida (BERGMAN; SAMS, 2016), enfatizando que cada estudante se apropriaria do trabalho no processo de ampliação de sua autonomia e da aprendizagem ativa no decorrer dos exercícios. Como a experiência em Arte pressupõe a relação entre estética e habilidades, refletimos, tal qual Dewey (2010) destaca, que o olhar e o perceber são meios pelos quais exercícios e encontros possibilitam a abertura de territórios do criar.





Como dificuldades enfrentadas, encontramos a questão da disponibilidade dos estudantes, seja devido a problemas pessoais e familiares em razão da pandemia de covid-19, seja devido a problemas de acesso à internet para acompanhar as aulas síncronas e assíncronas *on-line*. Em certa medida, isso influenciou para que nem todos conseguissem enviar os trabalhos a tempo e participar dos encontros. No que tange aos processos criativos, buscamos aprimorar e ampliar os territórios do olhar em meio à observação de tonalidade, formas, na criação de paisagem, no uso da relação entre figura e fundo, elementos acerca dos quais eles também demonstraram algumas questões no desenvolvimento dos desenhos que precisavam de revisão.

Os resultados dos processos criadores de desenhos nos fazem re(a)ver a importância das Artes Visuais como expressão e cognição em conexão com a técnica, expandindo os territórios da imagem, indo adiante ao que as imagens processam, professam, e aos diferentes meios a que as tecnologias dão acesso, repensando nosso papel como consumidores de imagens já na postura de criadores e facilitadores desses processos criativos. Há que se trazer esse universo simbólico da percepção visual, nos desafios que os ambientes digitais de aprendizagem destacam, traduzindo o contexto cotidiano, como um contexto multiplicador de imagens e de textos visuais, em narrativas, como destaca Mirzoeff (1999).

Destarte, compreendemos que os desenhos criados são textos visuais que se relacionam direta e simbolicamente com os textos escritos, possuindo uma integração intercultural. Não se apresentam como elementos sintetizadores de uma única cultura visual como uma cultura de imagens de maneira individualizada, mas como resultantes de experiências contextualizadoras em Artes Visuais, traduzindo o momento em um espaço também de memória e registro.

Por fim, indicamos que a experiência do ADEC foi potencializadora também para os mediadores do processo de ensino e aprendizagem, ao percebermos quão rico é o trabalho que oportuniza efetivamente a inter e a transdisciplinaridade entre as áreas de Letras e Artes Visuais.

## 5. OFICINA DE CONTAÇÃO

A oficina de contação teve por objetivo ajudar os alunos a aprimorarem técnicas de leitura oral para o *podcast* com a versão final do texto que produziram na oficina de escrita. Os alunos participaram de um encontro virtual em que receberam as instruções. A bolsista de Letras realizou exercícios de leitura oral em que destacou os seguintes aspectos:



- a) a leitura deve despertar a sensibilidade de quem a lê, pois sem emoção não haverá envolvimento;
- b) não é necessário memorizar o texto, mas é preciso compreendê-lo e guardar a sequência das informações;
- c) é preciso estar seguro sobre o que lerá, de modo que o ouvinte possa acreditar naquilo que está sendo lido;
- d) ler com naturalidade, de forma clara e agradável;
- e) ler observando o ritmo das frases, distinguindo pausas breves de pausas longas;
- f) destacar as palavras-chaves e os elementos avaliativos;
- g) evitar hesitações e truncamentos na pronúncia das palavras;
- h) quando não tiver certeza, certificar-se da pronúncia correta das palavras antes de iniciar a gravação.

Após exercitarem as técnicas de leitura em voz alta em vários excertos de observações comentadas, os alunos foram orientados pela bolsista do curso de Comunicação Social a gravar e enviar os áudios pelo celular. Dentre as instruções, destacam-se:

- a) no celular, acesse o gravador de voz, vá em configurações, escolha o formato de gravação MP3;
- b) antes de começar sua gravação, certifique-se de que o lugar é silencioso, feche as portas e janelas para que não haja interferências no som, desligue qualquer tipo de aparelho que possa atrapalhar a gravação, como ventilador, TV, rádio.
- c) comece a gravar, deixe 5 segundos da gravação em silêncio antes de começar a contar o texto;
- d) inicie a gravação com uma frase que apresente seus dados contextualizadores (pode usar uma das frases modelos que foram dadas como sugestão);
- e) quando ouvir sons de pessoas falando, pássaros, latidos ou outros barulhos, espere o ambiente silenciar e recomece do início da frase onde parou.

Os áudios enviados pelos alunos foram ouvidos e avaliados pela equipe do Ateliê de Textos, que forneceu *feedbacks* quanto à qualidade da leitura e da gravação. Alguns alunos foram solicitados a regravar, com orientações sobre aspectos que precisavam ajustar. Após os ajustes, os áudios ainda foram avaliados pela coordenadora do Ateliê de Textos, e mais alguns detalhes foram aprimorados.

Por fim, os áudios foram editados pela bolsista de Comunicação Social, que incluiu alguns sons (como canto de pássaros, queda d'água, apito de trem, barulho de pessoas em



festa, música) que tivessem relação com o conteúdo lido de algumas passagens do texto, de modo a melhor evidenciar o contexto representado.

Após a revisão da edição de todos os áudios pela coordenadora do projeto, o upload dos arquivos foi feito no *Anchor*, uma plataforma gratuita de *podcasts*, e a *playlist* dos *podcasts* para acesso gratuito foi organizada no *Spotify*, um serviço de *streaming* de música digital e *podcasts*. O link foi divulgado no dia da sessão de lançamento junto com o link para o *e-book*.

## 6. SOCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS

As ações extensionistas do Ateliê de Textos voltadas para o Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO, em 2020, resultaram em seis produtos (cinco digitais e um impresso). Para a realização das oficinas de produção textual, um caderno didático (FUZER et al., 2021) que, após revisões, foi encaminhado para publicação como material didático de apoio à produção textual (no prelo), e duas videoaulas para a oficina de desenho criativo (disponíveis no *Youtube*).

A coletânea com os textos e as ilustrações produzidos pelos participantes das oficinas foi publicada no formato *e-book*<sup>9</sup> e livro impresso (FUZER; PERES, 2021) (Figura 1). A impressão foi possível com apoio financeiro do projeto estratégico Geoparque, do Centro de Artes e Letras e da Imprensa Universitária da UFSM. Os exemplares foram distribuídos gratuitamente para os alunos participantes, para as direções das escolas parceiras, para os integrantes do Ateliê de Textos e para integrantes da equipe do Geoparque Aspirante UNESCO da Pró-Reitoria de Extensão na UFSM.

---

<sup>9</sup> Acesso em: [https://issuu.com/ateliedetextos/docs/e-book\\_ateli\\_\\_de\\_textos\\_geoparque\\_quarta\\_col\\_nia](https://issuu.com/ateliedetextos/docs/e-book_ateli__de_textos_geoparque_quarta_col_nia).



Figura 1 - Capa da coletânea com versões finais dos textos produzidos pelos participantes.



Fonte: Fuzer e Peres (2021); ilustração Rafael Kszyszerak.

Os áudios com a leitura dos textos pelos alunos-autores estão disponíveis no canal de *podcasts* do Ateliê de Textos, em episódios com o mesmo título dado aos textos escritos<sup>10</sup>.

A coletânea e os *podcasts* foram apresentados à comunidade em uma sessão de lançamento realizada pela plataforma *Google Meet*, da qual participaram os alunos-autores, seus familiares e amigos convidados, professores e equipes diretivas das escolas parceiras, representantes das Secretarias de Educação dos municípios da Quarta Colônia, integrantes da equipe do Ateliê de Textos (que organizaram a sessão conforme o protocolo de lançamentos elaborado previamente) e representantes da UFSM. Foi um momento de culminância do processo de produção vivenciado no projeto, que deu visibilidade aos

---

<sup>10</sup> Playlist disponível em: <https://open.spotify.com/playlist/6AyKteBp7kVwQgOABFraIN>



produtos resultantes e valorizou o empenho e o engajamento dos alunos-autores e dos acadêmicos envolvidos nesse processo.

## AGRADECIMENTOS

Nossa gratidão aos demais integrantes da equipe do Ateliê de Textos por sua valiosa colaboração no desenvolvimento das ações aqui relatadas: graduandos do curso de Letras Aline Guimarães Peres (bolsista Geoparque), Guilherme Barbat Barros e Paula Luza; doutorandas do PPGL Cíntia Soares Cocco e Carla Carine Gerhardt; graduandas de Comunicação Social Produção Editorial Ariadne Quirino e Luiza Dalfolo (bolsista Geoparque); professora da E.M.E.I.E.F. Dezidério Fuzer Cristina Machado Severo. Agradecemos também à equipe Geoparque da Pró-Reitoria de Extensão da UFSM o apoio durante a execução do projeto e ao servidor Miguel Cabreira de Christo, da Imprensa Universitária da UFSM, o apoio durante o trabalho de diagramação e impressão da coletânea. Por fim, agradecemos aos alunos participantes do Ateliê de Textos On-line Geoparque Quarta Colônia e às equipes diretivas das escolas parceiras.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. M. **A imagem no ensino da Arte: anos 1980 e novos tempos**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BERGMANN, J.; SAMS, A. **Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. Rio de Janeiro, Brasil: LTC, 2016.

BUORO, A. B. **Olhos que pintam: a leitura da imagem e o ensino da Arte**. São Paulo: Educ/Fapesp/ Cortez, 2003.

DEWEY, J. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DONDIS, D. A. **Sintaxe da Linguagem Visual**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FUZER, C. **Programa de Extensão Ateliê de Textos**. Santa Maria: CAL, UFSM, 2021. Registro GAP/CAL 055400. Disponível em: <https://portal.ufsm.br/projetos/publico/projetos/view.html;jsessionid=875b89e0c8ae24351f559337aa8b?idProjeto=67798>. Acesso em: 29 maio 2021.

FUZER, C.; GERHARDT, C. C.; COCCO, C. S.; BARROS, G. B. **Ateliê de Textos: atividades de leitura e produção de observação comentada**. Caderno didático. Santa Maria: UFSM, CAL, (no prelo), 2021.

FUZER, C.; PERES, A. G. **Entre natureza e patrimônio cultural: as exuberâncias dos municípios de Agudo, Nova Palma e Restinga Sêca**. Santa Maria: UFSM, CAL, 2021. Disponível em: [https://issuu.com/ateliedetextos/docs/e-book\\_ateli\\_de\\_textos\\_geoparque\\_quarta\\_col\\_nia](https://issuu.com/ateliedetextos/docs/e-book_ateli_de_textos_geoparque_quarta_col_nia)

GEHRKE, N.A. **Foto do dia ou microcrônica verbo-visual: um gênero na perspectiva da Escola de Sydney**. 2015. 214 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

GEOPARK ARARIPE. **Quem somos**. Disponível em: [http://geoparkararipe.urca.br/?page\\_id=3123](http://geoparkararipe.urca.br/?page_id=3123). Acesso em: 29 maio 2021.



- PADOIN, M.M. História, território e política: a construção da Quarta Colônia. In: PADOIN, M.M.; FIGUEIRÓ, A.; CRUZ, J.A.S. (Orgs.). **Educação patrimonial em territórios geoparques: uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia**. Santa Maria: FACOS UFSM, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/20426>. Acesso em: 29 maio 2021.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. C. **Halliday's Introduction Functional Grammar**. 4th. ed. London: Arnold, 2014.
- MARTIN, J.; ROSE, D. **Genre Relations: Mapping Culture**. London: Equinox, 2008.
- MIRZOEFF, N. **Una Introducción a la cultura visual**. Barcelona: Paidós, 1999.
- OSTROWER, F. **Universos da Arte**. Rio de Janeiro: Campus, 1983.
- OSTROWER, F. **Criatividade e processos de criação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- RICHTER, I. M. **Interculturalidade e estética do cotidiano no ensino de artes visuais**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.
- ROSE, D.; MARTIN, J. R. **Learning to Write, Reading to Learn: Genre, Knowledge and Pedagogy in the Sydney School**. London: Equinox, 2012.
- ROSSI, M. H. W. **Imagens que falam: leitura da arte na escola**. Porto Alegre: Mediação, 2003.
- VASCONCELOS, F. P. **Designare: pontes artístico/educativas na formação docente em artes visuais**. Lisboa: Chiado, 2015a.
- VASCONCELOS, F. P. **Todos podem desenhar (e não apenas colorir) ou proposições para um “saber desenhar” emancipador**. São Paulo: Pedro e João Editores, 2015b.



## A PARADIPLOMACIA COMO FERRAMENTA PARA MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS EM GEOPARQUES ASPIRANTES: A ATUAÇÃO DA F5 JUNIOR - CONSULTORIA INTERNACIONAL EM PROL DOS GEOPARQUES QUARTA COLÔNIA E CAÇAPAVA

*Ana Paula Weber<sup>1</sup>*

*Günther Richter Mros<sup>2</sup>*

*Joséli Fiorin Gomes<sup>3</sup>*

*Júlia Corvelo Delboni<sup>4</sup>*

### RESUMO

Em 2020, o Projeto Geoparques da UFSM voltou-se à colaboração com empresas juniores. Assim, iniciou-se a sua relação com a F5 Junior - Consultoria Internacional, mediante proposta para internacionalização municipal. Face a isso, o trabalho visa a expor sobre como se estabeleceu esta colaboração, para demonstrar os resultados parciais de ações executadas entre 2020 e 2021.

### 1. INTRODUÇÃO

Desde 2018, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), por meio de sua Pró-Reitoria de Extensão, realiza o projeto Geoparques, iniciativa multidisciplinar voltada à promoção do desenvolvimento local em apoio a candidaturas aspirantes ao selo Geoparque da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), propostas por municípios da região atendida pela instituição (UFSM, 2018). Essa iniciativa, tratada como projeto estratégico para a Universidade, contribui com as comunidades locais em ações destinadas ao desenvolvimento sustentável da região a serem realizadas em atenção à preservação dos patrimônios ambiental e cultural, gerando crescimento econômico e mantendo os jovens no território, com o alcance de certificação internacional para atração de maior visibilidade e investimentos (UFSM, 2018).

---

<sup>1</sup>Graduanda em Relações Internacionais pela UFSM. Membro do projeto de extensão F5 Junior - Consultoria Internacional, empresa júnior do curso de Relações Internacionais. E-mail: ana.weber@acad.ufsm.br

<sup>2</sup>Doutor em História. Professor adjunto do Departamento de Economia e Relações Internacionais na UFSM. Co-coordenador do projeto de extensão ligado à F5 Junior - Consultoria Internacional. E-mail: gunther.mros@ufsm.br

<sup>3</sup>Doutora em Direito pela UFRGS. Professora do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais e co-coordenadora do projeto de extensão ligado à F5 Junior - Consultoria Internacional na UFSM. E-mail: joselifg@gmail.com/joseli.gomes@ufsm.br

<sup>4</sup>Graduanda em Relações Internacionais pela UFSM. Bolsista da Pró-Reitoria de Extensão da UFSM pelo projeto “Paradiplomacia em formação: cooperação internacional descentralizada ítalo-brasileira” e presidente da F5 Junior - Consultoria Internacional em 2020. E-mails: jcdelboni@gmail.com/julia.delboni@acad.ufsm.br



Em face disso, em 2020, o projeto Geoparques da UFSM voltou-se à colaboração com empresas juniores instaladas na instituição. Foi nesse contexto que a relação entre a F5 Junior - Consultoria Internacional, empresa júnior ligada ao curso de Relações Internacionais da UFSM, se estabeleceu. Para tanto, a referida empresa submeteu proposta à Chamada Interna publicada pela Pró-Reitoria de Extensão, a qual compreendia características que ainda não haviam sido contempladas pelos outros projetos de extensão em andamento nessa iniciativa. A expansão das atividades do projeto Geoparques da UFSM a empresas juniores, nesse sentido, encontrou a F5 Junior em momento bastante profícuo e oportuno, no qual se operava a ampliação de seu objeto social, para ingressar no ramo de assessoria à internacionalização de governos locais.

Diante disso, o presente trabalho visa a expor sobre como se estabeleceu a colaboração entre a F5 Junior e o projeto Geoparques da UFSM, a fim de demonstrar os resultados parciais de projetos de extensão aprovados e executados no biênio 2020/2021. Nesse sentido, a primeira seção versará sobre a expansão da F5 Junior para a área de paradiplomacia, detalhando como se configurou a relação com o projeto Geoparques. Em seguida, a segunda seção apresentará as ações e desdobramentos dos projetos que estão em andamento, para compreensão de seus limites e potencialidades face ao cenário atual. É o que segue.

## **2. A CONEXÃO ENTRE EMPRESA JÚNIOR E PROJETO GEOPARQUES: CONVERGÊNCIAS A PARTIR DA PARADIPLOMACIA**

Na complexa e dinâmica carreira das Relações Internacionais torna-se imprescindível para a boa formação dos estudantes o contato com o mercado de trabalho durante a graduação, para que haja acompanhamento contínuo das pautas e tendências internacionais nos âmbitos político e de negócios. Devido à falta de oportunidades para a carreira internacional na região de Santa Maria/RS, que supririam as demandas dos mais de duzentos e vinte alunos e alunas matriculados no curso de Relações Internacionais da UFSM, a F5 Junior - Consultoria Internacional<sup>5</sup> surgiu como um movimento estudantil voltado a criar oportunidades internacionais a partir da região central do Rio Grande do Sul. Assim, a

---

<sup>5</sup>Empresa júnior do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria, com registro no Portal de Projetos da UFSM como Projeto de Extensão nº 053823 (2020).





empresa júnior tem a proposta de convergir a teoria ensinada em sala de aula e a prática no campo de atuação das Relações Internacionais.

Com o propósito de inovação e criação de oportunidades representado pelo nome F5, em referência à função de atualizar da tecla F5 do teclado de computadores, a empresa júnior iniciou, em 2012, seu contato com o mercado, atuando no desenvolvimento internacional de empresas, por meio de consultorias de comércio exterior, voltadas à exportação e importação de produtos. No entanto, no início de 2020, despertou-se entre os estudantes o interesse pela área da paradiplomacia, ou seja, a atuação e projeção internacional de governos subnacionais, os quais, no caso brasileiro, representam aos estados federados e municípios. Dessa maneira, alinhado à coordenação dos professores Dr. Günther Richter Mros e Dr<sup>a</sup>. Joseli Fiorin Gomes, resgatou-se o propósito inicial de inovação e criação de oportunidades, representado pelo nome da empresa, expandindo a área de atuação da F5 Junior para o desenvolvimento internacional de estados e municípios brasileiros.

No atual contexto de pandemia e de busca de insumos para a vacinação da população, percebe-se o protagonismo da atuação dos governos subnacionais no plano internacional, tornando essencial o desenvolvimento de contatos internacionais em estados e municípios brasileiros. Logo, com a proposta de auxiliar pequenas e médias cidades da região central do Rio Grande do Sul em suas respectivas internacionalizações, a F5 Junior objetiva contribuir para desmistificar processos de desenvolvimento internacional por meio do olhar técnico da comunidade acadêmica voltado às realidades das prefeituras. A primeira experiência nesse âmbito, descrita ao longo deste capítulo, se deu a partir dos trabalhos realizados em conjunto ao projeto Geoparques UFSM, para o desenvolvimento turístico e econômico dos municípios cujos territórios são aspirantes ao selo Geoparque UNESCO, quais sejam: Caçapava do Sul e os nove municípios da região da denominada Quarta Colônia de imigração italiana. Essa parceria proporcionou a experiência almejada pela comunidade acadêmica quanto à capacitação técnica e prática dos estudantes e, simultaneamente, a realização de ações que venham a ter alto impacto nas comunidades locais.

Além disso, durante a pandemia, foram ressignificadas tecnologias para o ambiente de trabalho remoto, que fomentaram oportunidades para reduzir barreiras geográficas e simplificar processos. Tendo isso em vista, a F5 Junior dispôs de um papel fundamental na vida dos acadêmicos no primeiro ano de pandemia. Devido à oportunidade de expansão do contato dos estudantes a parcerias com profissionais renomados na área das Relações Internacionais e à vivência da prática de internacionalização de governos subnacionais, a



empresa júnior proporcionou aos estudantes, no ano de 2020, a experiência do ponto de entrada no mercado de trabalho e o networking para atuação profissional, de forma inédita, em paradiplomacia.

Como empresa júnior, a F5 apoia-se no Movimento Empresa Júnior que, por sua vez, possibilita às Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras novos meios de capacitação prática na formação universitária, a partir da missão de “formar, por meio da vivência empresarial, empreendedores comprometidos e capazes de transformar o Brasil” (BRASIL JÚNIOR, 2018, p. 20). À vista disso, a criação da empresa júnior, em 2012, contextualizou-se pelo anseio dos estudantes do curso de Relações Internacionais da UFSM em capacitarem-se na área de Comércio Exterior, de forma prática, como formação complementar aos conhecimentos políticos, sociais e econômicos contemplados no Projeto Político Pedagógico do curso (UFSM, 2021).

No entanto, fundamentando-se na necessidade de adequação às diretrizes da Universidade para o registro das empresas juniores como projetos de extensão no início de 2020, a F5 Junior, sob orientação do professor Dr. Günther Richter Mros, iniciada no mesmo ano, buscou incorporar em seu escopo norteador projetos de consultoria alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e engajados com a Agenda 2030, como contemplado no Mapa de Extensão da UFSM (2021). Desse modo, com o objetivo de fomentar o aprendizado prático dos alunos na área de Relações Internacionais por meio da elaboração de projetos de consultoria, contemplando o foco de atuação em sete dos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável<sup>6</sup>, a F5 Junior traçou a intenção de expandir sua área de execução ao desenvolvimento de governos subnacionais brasileiros.

Assim, em busca de novas formas de exercício que contribuíssem com o impacto na sociedade local de forma alinhada à formação profissional em Relações Internacionais dos estudantes, a empresa júnior explorou a área da paradiplomacia e da cooperação internacional descentralizada para integrar em seus projetos consultorias direcionadas a estados e municípios brasileiros. A partir da necessidade de capacitar os membros da empresa júnior para executar tais projetos, tornou-se fundamental a inclusão da professora

---

<sup>6</sup>ODS 1 - Erradicação da Pobreza; ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável; ODS 4 - Educação de Qualidade; ODS 5 - Igualdade de Gênero; ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico; ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura e ODS 17 - Parcerias e Meio de Implementação (ONU, 2015).



Dr<sup>a</sup>. Joséli Fiorin Gomes, experiente em ensino, pesquisa e extensão na área paradiplomática, como co-coordenadora da F5 Junior.

Concomitantemente às iniciativas de paradiplomacia da F5 e da busca pela capacitação técnica dos estudantes na área, foi aberto o edital de conexão Geoparques UFSM e Empresas Juniores, de Chamada Interna 26/2020 da Pró-Reitoria de Extensão (PRE) da UFSM, destinado exclusivamente à submissão de propostas de empresas juniores da Universidade para o desenvolvimento turístico, científico, sustentável, empreendedor, educacional, de empoderamento feminino e de conservação do patrimônio natural e cultural dos Geoparques Aspirantes Caçapava e Quarta Colônia. Por geoparques, entende-se como “territórios reconhecidos pela UNESCO em que a ‘Memória da Terra’ é preservada e utilizada de forma sustentável para gerar desenvolvimento para a sua comunidade” (UFSM, 2018).

Desse modo, com a intenção de aprimorar a articulação da presença da UFSM nas comunidades locais dos Geoparques Aspirantes e aproximar a Pró-Reitoria de Extensão com a atuação das empresas juniores, a F5 Junior se propôs a orientar os primeiros passos da internacionalização do Geoparque Quarta Colônia, devido ao seu patrimônio histórico-cultural da imigração italiana e alemã na região. Ao cumprir com uma das demandas do edital da Chamada Interna, de ações que visassem ao “enaltecimento e ao crescimento do potencial turístico dos territórios dos geoparques” (PRE/UFSM, 2020, p. 2), apresentou-se a proposta de desenvolver a internacionalização da Quarta Colônia.

Intitulado “Paradiplomacia em formação: cooperação internacional descentralizada ítalo-brasileira”, o projeto realizado junto ao conjunto de ações da Pró-Reitoria de Extensão voltadas aos Geoparques visou ao estreitamento das relações com governos e empreendimentos italianos que se assemelhassem à realidade da Quarta Colônia para maior desenvolvimento cultural, empreendedor e turístico da região. Além disso, alinhado à Agenda 2030, o projeto objetivou impactar a sociedade pelo estímulo ao desenvolvimento regional, pela articulação da internacionalização de locais e empreendimentos da Quarta Colônia. Dessa forma, a proposta aplicada à Chamada Interna envolveu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável n° 9 e 17<sup>7</sup>, na medida em que se propôs buscar ações inovadoras que impulsionassem o empreendedorismo local por meio da paradiplomacia e

---

<sup>7</sup>ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura; e ODS 17 - Parcerias e Meio de Implementação (ONU, 2015).



obtivessem o apoio de instituições e/ou associações internacionais no desenvolvimento turístico da região.

Portanto, o alinhamento entre a aspiração dos estudantes e dos professores coordenadores da F5 Junior em desenvolver projetos de cunho internacional voltados a governos locais da região, a partir da abertura do edital de contribuição das empresas juniores ao desenvolvimento dos Geoparques Caçapava e Quarta Colônia, culminaram na expansão estratégica de projetos de consultoria da F5 Junior no ano de 2020. Com isso, fez-se necessária a qualificação técnica dos estudantes para a realização do projeto de extensão em paradiplomacia que, por sua vez, inseriria a empresa júnior em uma lacuna existente na região da Quarta Colônia, que não dispõe de significativos agentes de internacionalização na atuação de seus municípios. Sobre isso, versa a seção seguinte.

### **3. A PARADIPLOMACIA EM AÇÃO NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ATIVIDADES E DESDOBRAMENTOS DOS PROJETOS APRESENTADOS AOS GEOPARQUES**

Os serviços prestados pela F5 Junior visam, entre outras coisas, a colaborar para a internacionalização das empresas brasileiras, de maneira a também contribuir para a formação dos estudantes envolvidos, como já mencionado. Tendo isso em vista, de acordo com as necessidades dos Geoparques Aspirantes, poderiam ter sido propostas inúmeras espécies de atividades em relação a eles. No entanto, o momento no qual projeto Geoparques UFSM abriu-se para a participação de empresas juniores coincidiu com a expansão do escopo da F5 Junior, cujos integrantes manifestaram vontade e empenho em adentrar na área de paradiplomacia. Assim, após a aprovação da F5 Junior no edital para conectar os Geoparques Aspirantes UNESCO a empresas juniores, algumas ações foram e vêm sendo realizadas pelos seus membros na execução do projeto “Paradiplomacia em Formação”.

Nesse sentido, com vistas ao desenvolvimento técnico dos estudantes na área de paradiplomacia, organizou-se duas ações, no âmbito de projetos de ensino, intitulados “I Ciclo de Capacitação em Paradiplomacia” (UFSM, 2020) e “II Ciclo de Capacitação: Técnicas de Negociação” (UFSM, 2020), a fim de capacitar os membros da empresa para iniciarem as atividades de extensão junto aos municípios envolvidos no Geoparque Quarta Colônia. Esses ciclos permitiram aos membros da empresa júnior o contato e o diálogo com profissionais experientes na área de relações internacionais, especialistas no assunto de



paradiplomacia e de relações governamentais e institucionais, estabelecendo uma agenda de colaboração com os palestrantes.

Assim, recebeu-se, entre os meses de setembro e outubro de 2020, em formato virtual, via Google Meet, sete profissionais externos, que proporcionaram a capacitação dos estudantes em paradiplomacia, para atuação efetiva da empresa júnior na inserção internacional dos municípios envolvidos no Geoparque Quarta Colônia. O aprendizado prático de uma área profissional em ascensão das Relações Internacionais no mercado brasileiro, bem como a consciência dos impactos positivos na comunidade decorrentes da paradiplomacia, contribuíram para o entusiasmo e proatividade dos estudantes e professores coordenadores a buscarem novas formas de realização prática da cooperação internacional entre governos locais, de modo a potencializar ações que favoreçam as candidaturas dos Geoparques Aspirantes da região.

Dessa maneira, as capacitações realizadas abordaram o trabalho prático do internacionalista junto a prefeituras e organizações não governamentais, locais e internacionais, para a inserção internacional dos municípios. Além disso, temas como a captação de recursos, projetos para circulação de soluções em gestão pública e a cooperação descentralizada entre municípios também foram abordados, colaborando para a boa formação acadêmica e profissional dos membros da F5 Junior.

Nesse íterim, realizada a capacitação inicial, os membros da empresa foram incentivados a iniciar as atividades de consultoria em paradiplomacia dirigidas aos municípios envolvidos no Geoparque Quarta Colônia, no intento de auxiliar a região, por ações de internacionalização, a alcançar o selo da UNESCO. Haja vista a importância desse título que, segundo a própria organização, concede “reconhecimento internacional a sítios que promovem a importância e o significado da proteção da geodiversidade do planeta, por meio do envolvimento ativo das comunidades locais” (UNESCO, 2021), considerou-se que ações de internacionalização municipal beneficiariam a candidatura dos Geoparques apoiados pela UFSM.

É válido ressaltar que os projetos desenvolvidos pela F5 Junior, como todas as atividades universitárias, foram afetados pela pandemia de covid-19 e o seu agravamento. Ainda assim, ocorreram ações de resultados muito significativos, que podem contribuir para o alcance do selo de geoparques às localidades envolvidas. Não só isso, outros fatores, que serão evidenciados à frente, influenciaram no desempenho da atuação.





Nesse sentido, a primeira realização da F5 Junior na área de paradiplomacia foi o projeto “Paradiplomacia em formação: Cooperação internacional descentralizada ítalo-brasileira”, o qual foi delineado com a intenção de promover parcerias com instituições internacionais, desenvolvendo a cooperação internacional nos setores público e privado da região, a fim de colaborar para o desenvolvimento sustentável da Quarta Colônia e contribuir para a conquista do selo Geoparque UNESCO. Assim, iniciaram-se diálogos entre entes públicos e organização independente, cooperação com outros projetos de extensão, escrita de relatórios e, por fim, pela elaboração do “Manual de Paradiplomacia para os Geoparques Aspirantes da UNESCO Caçapava e Quarta Colônia”, expandiu-se a atuação da empresa júnior também ao município de Caçapava do Sul.

Desse modo, no dia 5 de outubro de 2020 foi realizado primeiro contato com a equipe do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS Quarta Colônia), mais especificamente com a Sra. Valserina Maria Bulegon Gassen, que exerce a função de Secretária Executiva do Consórcio. Com isso, após troca de mensagens, foi realizada, no dia 20 do mesmo mês, a primeira reunião, em formato remoto, entre a F5 Junior e o CONDESUS Quarta Colônia, na finalidade de estabelecer parceria entre as duas entidades.

Na reunião, tratou-se sobre o funcionamento do CONDESUS e foram identificadas suas necessidades, percebendo-se a relevância do agrupamento de municípios pequenos nessa entidade, favorecendo a execução de ações e soluções às demandas das cidades envolvidas. Assim, foi possível aos estudantes conhecerem com mais profundidade o funcionamento desses municípios e os objetivos dos prefeitos para com as cidades, por meio das falas da secretária do Consórcio.

Além disso, nessa reunião, explicou-se a importância do projeto da F5 Junior para a região e como a empresa júnior poderia colaborar para o desenvolvimento local. Dessa maneira, a partir da data, estabeleceu-se parceria entre a F5 Junior e o CONDESUS Quarta Colônia. Salienta-se que houve tentativa de encontro presencial, o qual não pôde ocorrer devido à continuidade e agravamento da pandemia, sendo preciso cancelar a visita agendada para 03 de novembro de 2020 por suspeitas de contágio dentre os membros da equipe.

Outro ponto importante a ser lembrado é o motivo da atuação direta com o Consórcio, que foi contatado como representante das prefeituras nele envolvidas. Isso aconteceu em virtude de que, ao serem iniciadas as atividades do projeto, estavam os municípios em período eleitoral, o que ocasionaria possíveis alternâncias governamentais. No entanto,



apesar do impedimento de alguns avanços iniciais, após as posses dos novos prefeitos, a F5 Junior pôde continuar o trabalho. No Quadro I, consta a listagem dos municípios em que houve alternância na gestão e dos municípios que reelegeram seus governantes.

#### **QUADRO I - PREFEITOS DOS MUNICÍPIOS DA QUARTA COLÔNIA**

<b>Município</b>	<b>Prefeito em 2020</b>	<b>Prefeito em 2021</b>
Agudo	Valério Trebien (PMDB)	Luís Kittel (PL)
Dona Francisca	Daleo Nora (PP)	Olavo Cassol (PMDB)
Faxinal do Soturno	Clovis Montagner (PP)	Clovis Montagner (PP)
Ivorá	Ademar Binotto (PP)	Saulo Piccinin (PT)
Nova Palma	Andre Rossato (PMDB)	Andre Rossato (PMDB)
Pinhal Grande	Luiz Burin (PSD)	Lucas da Rádio (PP)
Restinga Sêca	Paulo Salerno (PMDB)	Paulo Salerno (PMDB)
São João do Polêsine	Matione Sonego (PMDB)	Matione Sonego (PMDB)
Silveira Martins	Fernando Cordero (PMDB)	Fernando Cordero (PMDB)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em continuidade às realizações do projeto, a segunda atividade referiu-se ao estabelecimento de parceria com outros projetos de extensão da UFSM, tais como o projeto intitulado “Educação Patrimonial em Tempo de Pandemia”, coordenado pela professora Maria Medianeira Padoin. Assim, a troca de experiências e informações entre os projetos acelerou alguns passos dados pela F5 Junior, já que se tinha o apoio entre eles. Nesse ínterim, foram produzidos relatórios no intuito de esclarecer algumas informações e, também, para colaborar na mediação entre o CONDESUS Quarta Colônia e redes municipalistas internacionais, como “Governos Locais pela Sustentabilidade” (ICLEI)<sup>8</sup>, ação que será explicitada logo à frente.

A exemplo disso, produziram-se os relatórios<sup>9</sup> sobre o perfil histórico, econômico, turístico e cultural da região de Vêneto, na Itália, para a compreensão das semelhanças com

<sup>8</sup>“Rede global de mais de 2500 governos locais e regionais comprometida com o desenvolvimento urbano sustentável” (ICLEI, 2021). Disponível em: <https://americadosul.iclei.org/>.

<sup>9</sup>Documentos podem ser acessados por meio do Google Drive:

<https://drive.google.com/file/d/1Ftd7bsdU2ourDazSriSvNrK37eKYK0Ep/view?usp=sharing>;

<https://drive.google.com/file/d/1a8RE9BO39fvRIjQCtVW-3XQeJqN3tSUm/view?usp=sharing>;

<https://drive.google.com/file/d/1BvHNUjqnbe-A1mJ-KSFo6IISxqNsHW0P/view?usp=sharing>.



a região da Quarta Colônia e, também, o relatório enviado para o CONDESUS Quarta Colônia sobre o processo de adesão à membresia a redes internacionais de cidades, como o próprio ICLEI e a Rede Mercocidades<sup>10</sup>, cuja atuação atende a municípios sul-americanos, para que o Consórcio pudesse entender como realizar essa associação e que benefícios poderia trazer às suas demandas e à candidatura ao selo Geoparques UNESCO. Além disso, foi realizado um levantamento sobre a região da Quarta Colônia e sobre as atividades eleitorais.

Em seguida, haja vista o anseio dos estudantes no desenvolvimento sustentável da região dos Geoparques, foi feito, como supracitado, o contato com o ICLEI, rede de governos subnacionais voltados ao desenvolvimento urbano sustentável (ICLEI, 2021), para que a F5 Junior pudesse realizar a mediação entre a instituição e o CONDESUS. Destarte, após alguns diálogos, a mediação continua em andamento, com o objetivo de associar o Consórcio à rede, para promoção de ações de desenvolvimento urbano com a preservação dos patrimônios natural e cultural da região, a fim de potencializar a candidatura do Geoparque Quarta Colônia ao selo UNESCO.

Ademais, como desdobramento das ações do projeto “Paradiplomacia em Formação”, a partir de participação da empresa júnior em ação da Federação de Empresas Juniores do Rio Grande do Sul (FEJERS), a ação expandiu-se também ao Geoparque Caçapava, pela proposição de novo projeto relativo ao “Manual de Paradiplomacia para os Geoparques Aspirantes da UNESCO Caçapava e Quarta Colônia”, com vistas à elaboração de produto editorial destinado a capacitar os comitês gestores dos Geoparques e os gestores públicos dos municípios para ações de cooperação internacional subnacional.

Nesse sentido, visa-se a introduzir o público-alvo desse segundo projeto, por meio do Manual, a práticas paradiplomáticas, explicitando seu conceito, desenvolvimento no Brasil, espécies de ações contempladas, os parceiros internacionais nessas ações, e como a estrutura institucional dos comitês gestores do Geoparques se insere nesse contexto. Destaca-se que o projeto teve início em janeiro de 2021, prevendo-se sua finalização em agosto do mesmo ano, com a publicação do Manual e sua entrega aos Geoparques Quarta Colônia e Caçapava.

---

<sup>10</sup> Rede de governos locais de 353 municípios da América do Sul, dentre os países membros e associados ao Mercosul, que busca potencializar a integração das cidades membros. Mais informações ver: MERCOCIDADES. Quem Somos? Mercocidades. Disponível em: <https://mercociudades.org/pt-br/mercociudades/>



Para a redação do referido Manual, dividiu-se os estudantes membros da F5 Junior em comitês (entrevista, pesquisa e redação) para a melhor execução do projeto e, assim, os estudantes que fazem parte do comitê de entrevistas vêm realizando-as por meio de reuniões on-line via Google Meet, com especialistas na área, a fim de relatar a experiência de cada entrevistado, além de repassar o conhecimento técnico em paradiplomacia e as ações de sucesso na área, que servem de exemplo aos gestores públicos. Enquanto isso, o comitê de pesquisa tem realizado análise da produção acadêmica e técnica sobre paradiplomacia, para aprofundamento de conhecimento teórico. Em seguida, após a análise das situações Geoparques Quarta Colônia e Caçapava do Sul e a realização das entrevistas, as informações serão sistematizadas em texto e editoradas de modo a também permitirem a sua divulgação visual, para poderem servir de referência aos gestores e agentes públicos dos municípios envolvidos. O Manual será editado em formato eletrônico, permitindo sua consulta e manutenção junto aos arquivos públicos da Universidade e dos municípios beneficiados, formando acervo permanente de instrução e capacitação tanto para os estudantes de Relações Internacionais quanto para os servidores municipais da região. Assim, o projeto contribuirá com produto relevante para trazer condições à internacionalização dos municípios envolvidos nas candidaturas ao selo Geoparques.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Fica evidente como o projeto de extensão, com o seu caráter educativo, social e cultural, acaba por beneficiar ambos os lados da ação, ou seja, não somente aqueles a quem será destinado este Manual serão contemplados, mas também os estudantes que executam e lideram a atividade, por meio da execução daquilo que lhe foi ensinado e do contato com a comunidade, objeto principal dos resultados de desenvolvimento do projeto. Destaca-se, ainda, a importância do Manual em Paradiplomacia para a região da Quarta Colônia e Caçapava, já que há carência de profissionais internacionalistas nas prefeituras.

Ainda, simultaneamente à produção do “Manual de Paradiplomacia para os Geoparques Aspirantes da UNESCO Caçapava e Quarta Colônia”, a empresa júnior recebeu aprovação de mais uma proposta enviada a edital da Pró-Reitoria de Extensão, intitulada “Paradiplomacia em formação: cooperação para o desenvolvimento do Geoparque Quarta Colônia”, com início em junho de 2021 e previsão de término no mês de dezembro do mesmo ano. Essa ação objetiva dar continuidade ao primeiro projeto supracitado, de modo a auxiliar no desenvolvimento e fortalecimento de projetos culturais e ações de economia sustentável,



por meio da captação de recursos e da cooperação com organizações e instituições que possam fomentar o crescimento econômico e cultural da região.

Assim, aprofundar-se-ão a parceria com o CONDESUS, a mediação entre o Consórcio o ICLEI, além de iniciar mediação com a Rede Mercocidades. Por fim, os membros do projeto também irão prospectar editais de captação de recursos para a submissão da inscrição dos projetos da região. Dessa forma, por meio do planejamento de ações sustentáveis nas cidades da Quarta Colônia e em Caçapava do Sul, de modo que haja o fomento a uma economia sustentável e maior investimento em projetos culturais, espera-se contribuir para a aquisição do selo Geoparque da UNESCO.

Para finalizar, reconhecem-se as oportunidades trazidas pela relação da F5 Junior com o projeto Geoparques da UFSM como caminhos para a inserção em novos meios, ciclos e projetos. Destarte, é desejado, além de continuar a colaboração com os Geoparques, a aproximação com prefeituras de outras cidades, principalmente a de Santa Maria, de maneira a contribuir, por meio da paradiplomacia, para o desenvolvimento local e regional.

## REFERÊNCIAS

BRASIL JÚNIOR. **Planejamento estratégico do Movimento Empresa Júnior 2019-2021**. Confederação Brasileira de Empresas Juniores. 2018. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1a\\_q0bLPikuJpfn7agoH-L6prTf4fdV2h/view](https://drive.google.com/file/d/1a_q0bLPikuJpfn7agoH-L6prTf4fdV2h/view). Acesso em: 10 de maio de 2021.

ONU. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Nações Unidas Brasil. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 13 de maio de 2021.

PRE/UFSM. **Edital de Conexão Geoparques e Empresas Juniores**. Pró-Reitoria de Extensão, Universidade Federal de Santa Maria. 2020. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/editais/026-2020/>. Acesso em: 13 de maio de 2021.

UFSM. **F5 Junior - Consultoria Internacional**. Portal de Projetos. Universidade Federal de Santa Maria. 2020. Disponível em: <https://portal.ufsm.br/projetos/participante/meusprojetos/view.html?idProjeto=66065>. Acesso em 12 de maio de 2021.

UFSM. **Geoparques**. Pró-Reitoria de Extensão, Universidade Federal de Santa Maria. 2018. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/geoparques/>. Acesso em: 27 de maio de 2021.

UFSM. **Mapa de Extensão UFSM 2021**. Pró-Reitoria de Extensão, Universidade Federal de Santa Maria. 2021. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/mapa/>. Acesso em: 27 de maio de 2021.

UFSM. **Sobre o Curso de Relações Internacionais**. Universidade Federal de Santa Maria. 2021. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/relacoes-internacionais/sobre-o-curso/>. Acesso em 12 de maio de 2021.





**UFSM. I Ciclo de Capacitação em Paradiplomacia.** Portal de Projetos, Universidade Federal de Santa Maria. 2020. Disponível em: <https://portal.ufsm.br/projetos/publico/projetos/view.html?idProjeto=67149>. Acesso em 28 de maio de 2021.

**UFSM. II Ciclo de Capacitação: Técnicas de Negociação.** Portal de Projetos, Universidade Federal de Santa Maria. 2020. Disponível em: <https://portal.ufsm.br/projetos/publico/projetos/view.html?idProjeto=67262>. Acesso em 28 de maio de 2021.

**UNESCO. Geociências e Geoparques Mundiais da UNESCO.** Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/earth-science-geoparks>. Acesso em: 03 jun. 2021.



## PROJETO: AÇÕES DO NÚCLEO DE IMPLEMENTAÇÃO DA EXCELÊNCIA ESPORTIVA E MANUTENÇÃO DA SAÚDE (NIEEMS) NO GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA

*Luiz Fernando Cuozzo Lemos<sup>1</sup>*

*Virgínia Teixeira Hermann<sup>2</sup>*

*Igor Martins Barbosa<sup>3</sup>*

*Maurício Moreira da Silva<sup>4</sup>*

*Samuel Klippel Prusch<sup>5</sup>*

### RESUMO

O presente capítulo descreve e aborda as ações do Núcleo de Implementação da Excelência Esportiva e Manutenção da Saúde (NIEEMS) junto ao Geoparque Quarta Colônia e sua importância para o desenvolvimento da região, para a preservação ambiental e maximização das possibilidades que a região provê, as quais são beneficiadas com projetos de extensão, em especial para as crianças e adolescentes.

### 1. INTRODUÇÃO

Os geoparques são áreas geográficas únicas e unificadas que possuem importância geológica internacional e são gerenciados com o intuito de proteção, desenvolvimento sustentável e educação. Uma vez que um geoparque é reconhecido pela UNESCO, esse patrimônio geológico é utilizado em conexão com quaisquer aspectos possíveis do patrimônio natural e cultural da área, com enfoque no aumento da conscientização da sociedade sobre questões como a redução dos efeitos de mudanças climáticas e de desastres naturais (UNESCO, 2016).

Além disso, os geoparques possuem a função de trazer seus frequentadores para a realidade da natureza. Tal contato permite que turistas e moradores da região avancem para além da mera contemplação, proporcionando que – naquele momento – façam parte do meio ambiente enquanto protagonistas, que vivenciem experiências na região. Da mesma forma, apoiar o turismo como um instrumento do desenvolvimento local é imperioso, pois auxilia no processo de conscientização ambiental e faz com que o público visitante passe a considerar a região com um olhar diferente.

---

<sup>1</sup> Docente do curso de Educação Física da UFSM. E-mail: luizcanoagem@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Graduanda do curso Educação Física pela UFSM. E-mail: mauriciovxmoreira@gmail.com

<sup>3</sup> Docente do curso de Educação Física da UFSM. E-mail: igormartinsbarbosa2@gmail.com

<sup>4</sup> Graduando do curso Educação Física pela UFSM. E-mail: vihermann96@gmail.com

<sup>5</sup> Mestrando em Gerontologia pela UFSM. E-mail: samuel\_klippel@yahoo.com.br

A ideia de criação do projeto Geoparques na região central do Rio Grande do Sul existe desde a gestão 2018/2020 da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e possui o escopo de obter a certificação dos Geoparques Quarta Colônia e Caçapava do Sul, aspirantes a fazerem parte da UNESCO como Geoparques Mundiais (GUIA INSTITUCIONAL E TURÍSTICO: PROJETO GEOPARQUE CAÇAPAVA DO SUL, 2021). Os geoparques que possuem o reconhecimento da UNESCO podem contribuir de diversas maneiras para a promoção da região em que estão localizados, além de, consequentemente, estimular a preservação ambiental do território, que é um patrimônio natural e cultural. Na mesma senda, como consiste em alta geração de empregos, o projeto fomenta o progresso de toda a Quarta Colônia. Dessa forma, qualificará os trabalhadores locais, criará rotatividade no comércio da região e poderá, ainda, incentivar outros projetos de cunhos distintos, como os de extensão, a acontecerem nessas localidades, que são abundantes e preciosas.

É necessário frisar que o Geoparque Quarta Colônia tem o propósito de trazer visibilidade para as cidades que compõem essa região, sendo elas: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma (Figura 1), Pinhal Grande, Restinga Sêca, Silveira Martins e São João do Polêsine, localizadas na região central do Rio Grande do Sul. Esse território carrega a construção histórica de diversos povos que um dia nele habitaram, desde indígenas, portugueses, afrodescendentes e imigrantes italianos e alemães, que, uma vez aportados, contemplaram na Quarta Colônia uma semelhança com suas terras nativas.

Figura 1 - Foto de Nova Palma (RS).



Segundo Yazbek (2021), a pandemia gerada pelo vírus SARS-CoV-2, pelo segundo ano consecutivo, resfriou a economia brasileira. Nesse sentido, com os olhares que este projeto pode atrair às cidades, a região do Geoparque consistirá em um forte potencial de

investimento externo, que é muito bem-vindo. Esse fomento do desenvolvimento turístico e cultural da região, quando pensado de forma sustentável, poderá auxiliar na conservação do patrimônio ambiental, viabilizando o crescimento a todas as partes envolvidas, inclusive em um escopo estadual. Além disso, incentiva o surgimento das regiões lindeiras, menos desenvolvidas, como destinos turísticos competitivos, revitalizando zonas de turismo já existentes e permitindo que surja uma aliança entre elas a fim de gerar desenvolvimento.

Portanto, torna-se importante considerar o turismo nessa região quando se percebe quão benéfico pode ser o ecoturismo para as cidades. Um bom destino para o ecoturismo conta com áreas ainda naturais, que não perderam de todo a sua tranquilidade e/ou não sofreram contaminações, possui atrativos em termos de paisagem, flora, fauna e/ou cultura indígena, permite que o ecoturismo ofereça benefícios de conservação do ambiente e econômicos às pessoas do local, desenvolve o ecoturismo com a intenção de conservar/realçar/manter o sistema natural/cultural, aplica técnicas integradas de planejamento e de gestão, aplica procedimentos de controle para avaliar possível impacto ambiental aos elementos do destino turístico (como as hospedagens, as instalações) e estimula a propriedade das instalações pelos locais (COOPER et al., 2008).

A criação de projetos para a população, como, por exemplo, projetos esportivos, pode promover a interação dessas pessoas para com o meio ambiente e proporcionar diversas experiências que podem ser vividas ao fazer parte de práticas corporais em meio à natureza. Dentre os diversos esportes que podem ser desenvolvidos em harmonia com a natureza, destaca-se a canoagem. Esse esporte é um instrumento formativo quando se pensa no meio acadêmico e social e pode fornecer benefícios à saúde física e mental dos seus praticantes.

A canoagem é um esporte náutico que, apesar de estar em desenvolvimento no Brasil, é tradicional no continente europeu. É um esporte que existe como atrativo turístico em geoparques por todo o mundo. Os praticantes desse esporte utilizam embarcações denominadas canoas ou caiaques para a navegação. Como meio de propulsão, os praticantes utilizam apenas remos, que podem ter uma ou duas pás, dependendo da embarcação utilizada, sendo canoas ou caiaques, respectivamente (LEMOS et al., no prelo). Ao praticar a canoagem, o atleta se desloca sempre com o seu corpo de frente para a proa da embarcação (bico do barco), mesmo que em algumas modalidades a embarcação, em certos momentos, tenha que estar no sentido oposto ao fluxo d'água. Nesse sentido, diversos são os locais que permitem a prática do esporte canoagem, como, por exemplo, rios, mares, lagos, corredeiras, entre outros (LEMOS et al., no prelo). Dessa forma, por possuir uma grande gama de



possibilidades para a prática, há diversas modalidades dentro da canoagem, inclusive olímpicas.

Segundo Lemos et al. (no prelo), dentre as modalidades da canoagem, existem diferentes provas, embarcações e distâncias a serem navegadas. Nos jogos olímpicos, existem duas modalidades, sendo elas: canoagem slalom e canoagem velocidade. A canoagem slalom, que entrou para as jogos olímpicos em 1992, é realizada em águas brancas, ou seja, em corredeiras. Atualmente, essa modalidade é praticada em corredeiras artificiais, construídas para a prática, e consiste em descer o trajeto cruzando entre balizas suspensas, mudando o sentido de acordo com a cor (verde, no mesmo sentido, e vermelho, em sentido oposto). A canoagem velocidade entrou para as Olimpíadas em 1936, em Berlim. Essa prova acontece em águas calmas, raiadas (como na natação ou atletismo), e o objetivo dessa competição é verificar quem atinge, em primeiro lugar, a linha de chegada.

Além das modalidades mencionadas anteriormente, existe também a maratona, uma prova de longas distâncias, em que os canoístas podem usufruir de um trabalho em equipe para obter melhores resultados em função da onda que o barco que puxa o pelotão realiza (LEMOS et al., no prelo). Lemos et al. (no prelo) ainda menciona outros tipos de canoagem existentes, sendo eles: caiaque-polo: jogo que acontece em piscina ou lago, que consiste em fazer gols em um jogo coletivo; canoagem onda: parecido com o *surf*, nesse tipo de canoagem o atleta deve realizar manobras em ondas na praia e é avaliado por juristas; canoagem descida: em águas brancas, o atleta deve descer em velocidade no meio das corredeiras; e canoagem oceânica: em meio ao oceano, os canoístas fazem a travessia em um percurso definido previamente em carta náutica no menor tempo possível.

Além disso, a canoagem se caracteriza como uma das práticas corporais de aventura, especificamente do nicho de práticas que ocorrem em meio à natureza. Essas práticas fazem parte do currículo do curso de Educação Física da UFSM, por meio das disciplinas intituladas Esportes Alternativos ou Esportes Contemporâneos, por exemplo. Tais modalidades podem ser conceituadas como a exploração de incertezas que o ambiente físico proporciona para o praticante na geração de vertigem e do risco controlado (BRASIL, 2018). Ademais, a própria Constituição Federal de 1988 aborda a importância e a necessidade da educação ambiental nos distintos níveis de formação, mais especificamente no Artigo 225, que destaca a necessidade de promover “[...] a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1998, Art. 225, § 1º, VI).





Dessa maneira, a formação inicial e continuada de professores de Educação Física deve ser contemplada com a Educação Ambiental, de modo a capacitar os docentes e futuros docentes para atuar com o desenvolvimento de práticas corporais em meio à natureza, compreendendo conceitos como preservação do equilíbrio ambiental, que é um valor indissociável do exercício da cidadania (SILVA, 2021). Vale ressaltar, nesse sentido, que a canoagem é uma modalidade que abrange todos os aspectos supracitados e já vem sendo desenvolvida no Geoparque Quarta Colônia (Figura 2)

Figura 2 - Canoagem em Nova Palma (RS).



## 2. O PROJETO DE CANOAGEM NO GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA

O idealizador do referido projeto de extensão é o Professor Luiz Fernando Cuozzo Lemos, docente da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), coordenador do Núcleo de Implementação da Excelência Esportiva e Manutenção da Saúde (NIEEMS), do projeto “Canoagem UFSM” (um “braço” do tradicional projeto “Canoagem na Escola”) e do Programa de Mestrado em Gerontologia da UFSM e ex-atleta da Seleção Brasileira de Canoagem. Por possuir em seu histórico a experiência de ex-atleta de canoagem pela Seleção

Brasileira, Luiz viu em Nova Palma uma oportunidade de divulgar o esporte, de forma que chegasse a mais pessoas, podendo inspirar jovens a fazer parte dessa modalidade que, além de permitir aos praticantes a adoção de um melhor estilo de vida, possibilita que, em um futuro próximo, se tornem atletas e possam competir a nível nacional e internacional.

Destarte, para que o projeto de canoagem no Geoparque Quarta Colônia pudesse ser posto em prática, houve, no dia 28 de junho de 2019, uma reunião para alinhar os detalhes de funcionamento do projeto e seus objetivos para com a região e a sociedade. Na reunião, o Professor Luiz Fernando Cuzzo Lemos e acadêmicos do curso de Educação Física da UFSM conversaram com o prefeito de Nova Palma, André Luiz Rossato (Figura 3), que, logo após a conversa, se prontificou a chamar a Câmara de Vereadores do município, fazer uma assembleia e conseguir a aprovação para a liberação do recurso que possibilitou a compra dos equipamentos.

Figura 3 – Reunião com o Prefeito André Luiz Rossato e membros da NIEEMS–UFSM.



Dessa forma, nos meses subsequentes, a Administração Municipal de Nova Palma realizou a compra dos materiais necessários para a realização do projeto, que até então conta com 2 caiaques, 10 remos e 10 coletes salva-vidas. Além disso, a UFSM também contribuiu com o empréstimo de 5 embarcações e, posteriormente, a prefeitura adquiriu mais dois caiaques, sendo um deles adaptado para pessoas com deficiência. O caiaque adaptado possui um cinto de velcro que auxilia na estabilidade do indivíduo dentro da embarcação, o que

possibilita que pessoas com alguma dificuldade para se manterem sentadas possam praticar o esporte de maneira segura e também eficiente.

Na sequência, o grupo fez uma visita às escolas da região de Nova Palma (Figura 4). Na oportunidade, a comunidade escolar foi comunicada sobre o estabelecimento do Geoparque e seus benefícios e, então, foi realizada uma visita ao balneário em que seriam ministradas as aulas de canoagem.

Figura 4 – Idas às escolas da região de Nova Palma.



É importante mencionar que Lemos et al. (no prelo) explica ainda sobre a importância de fazer a manutenção de dois pilares: da canoagem e da escola, por se referir especificamente a um projeto social. Nesse contexto, é imprescindível o vínculo do rendimento e atitudes do aluno no ambiente escolar com a prática esportiva, promovendo benefícios para todos os envolvidos e sustentando ambos os pilares. Assim, o professor deve prezar pela harmonia entre esses pilares, participando tanto na perspectiva escolar quanto esportiva do aluno-canoísta (LEMOS et al., no prelo).

No que tange às aulas, elas tiveram início no dia 16 de agosto de 2019 no balneário de Nova Palma, sendo realizados dois encontros semanais nas sextas-feiras e sábados, nos horários das 10 às 12 horas e das 14 às 16 horas. As aulas foram ministradas por acadêmicos do curso de Educação Física da UFSM, que ensinavam os fundamentos técnicos de iniciação à canoagem, como, por exemplo, a maneira correta de entrar no caiaque, a técnica para segurar o remo, o movimento preciso para realizar a remada, além de instruções de segurança quanto ao manuseio dos equipamentos e a utilização adequada dos coletes salva-vidas.

Cabe ressaltar, ainda, que os projetos de extensão são de extrema valia para os estudantes, pois quando desfrutam dessas experiências eles têm a oportunidade de colocar em prática conteúdos de diversas disciplinas que são trabalhados em sala de aula, aliando a



teoria à prática, e, conseqüentemente, se tornam cidadãos que possuem bom conhecimento técnico-científico.

Esses projetos são apresentados também para aqueles que ainda não estão na Universidade, por meio de um evento proposto pela UFSM, denominado Descubra. O Descubra é um evento que permite aos alunos das escolas da região conhecerem os cursos que são oferecidos pela Universidade e, então, descobrirem uma área que se encaixa com o futuro profissional almejado. Em um desses eventos os alunos conheceram o projeto, puderam vivenciar o caiaque e aprenderem um pouco mais sobre o esporte e sobre o curso de Educação Física. Esse espaço oportunizado pelo evento tem o objetivo de captar futuros alunos e atores de projetos acerca da modalidade. No evento, o Pró-Reitor de Extensão da UFSM, Professor Dr. Flavi Ferreira Lisboa Filho, também se aventurou a conhecer as embarcações e materiais náuticos (Figura 5).

Figura 5 – No estande do Descubra UFSM materiais de canoagem sendo apresentados.



Os projetos de extensão, tal qual o projeto de canoagem em Nova Palma, contribuem de diversas maneiras para com a sociedade, promovendo distintos benefícios para todos os públicos. Desse modo, ao pensar no público mais jovem, pessoas que estão em desenvolvimento e em formação pessoal, garantir a elas a prática de esportes pode contribuir

com seu futuro. Além disso, também pode propiciar benefícios para a saúde, visto que pode ajudar a inspirar essas crianças a uma vida mais saudável, entreterendo-as e mantendo-as longe de substâncias químicas, por exemplo, de modo a contribuir com o desenvolvimento cidadão, bem como da cidade, do estado e do país em sua integralidade.

Ainda nessa perspectiva, a canoagem em Nova Palma pode se tornar um grande atrativo, não apenas para os estudantes das escolas, mas também para os turistas e banhistas que frequentam o balneário, pois ela possibilita que as pessoas que visitam o balneário encontrem um entretenimento extra, algo que até o momento não havia no local, mesmo com as inúmeras possibilidades que o espaço oportuniza para a prática de esportes. Ademais, a promoção desse espaço e a iniciativa contribuem para sua utilização, de maneira que o público adulto, por exemplo, se favoreça com as práticas, participe de atividades de lazer e aprimore sua saúde e o gosto pela prática do esporte. Isso pode influenciar a adoção de estilos de vida mais saudáveis, contribuindo, inclusive, para com a saúde mental dos praticantes. Afinal, a aderência a atividades físicas está relacionada ao prazer em realizá-las, logo, esportes em meio à natureza, tais como a canoagem, são ferramentas atrativas para estimular um estilo de vida mais ativo.

O projeto também disponibiliza aos acadêmicos da instituição a vivência prática de como ministrar exercícios físicos e a prática docente, experiências que contribuem fundamentalmente para a formação de futuros profissionais da área, tanto bacharéis como licenciados (Figuras 6). Isso porque quanto mais amplas forem as vivências, melhor preparados e qualificados os futuros profissionais serão, seja no aspecto técnico-científico ou cidadão e humanístico.

Figura 6 – Treinamento no açude da UFSM para monitores que participaram do projeto.



Desse modo, a canoagem está contribuindo com o município de Nova Palma em diversos pontos, tais como atrair crianças e adolescentes a escolherem ingressar no ensino superior, influenciando positivamente seu futuro (Figura 7). Além disso, fomentar o esporte



no balneário também oportuniza o aprendizado e a divulgação de novas práticas corporais, fortalece o turismo no local ao atrair a população de cidades vizinhas e de outras localidades e abre espaço para a promoção de projetos de extensão juntamente a UFSM, o que possibilita a difusão e a vivência do projeto pela população, caracterizando o elo fundamental entre a sociedade e a instituição em ações extensionistas.

Figura 7 – Aula com grande participação em Nova Palma (RS).



O grande sucesso da canoagem na Quarta Colônia rendeu diversas matérias em jornais, entre elas, ressalta-se a visita da RBSTV, no dia 14 de fevereiro de 2019, para a gravação de uma matéria sobre o projeto. Apesar de ser criado recentemente, o projeto já demonstra satisfatórios resultados e, por isso, espera-se que a proposta continue crescendo a cada ano que passa e recrute moradores, acadêmicos e turistas para as cidades da Quarta Colônia, que desde então conta com mais essa atração, que é o Geoparque Quarta Colônia.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, destaca-se que o desenvolvimento e o reconhecimento do Geoparque Quarta Colônia como um Geoparque Mundial da UNESCO podem contribuir ainda mais para o desenvolvimento regional. Somando-se a isso, o estabelecimento de projetos extensionistas em parceria com Universidade Federal de Santa Maria e outras instituições pode promover um atrativo adicional relacionado ao ecoturismo, além de

promover uma oportunidade de conscientização para seus frequentadores acerca da educação ambiental, bem como incrementar a sua saúde física e mental.

Quanto à formação acadêmica, projetos extensionistas como o desenvolvido em Nova Palma com a canoagem são fundamentais para a formação técnico-científica e cidadã dos alunos em formação inicial. Ademais, a interação oportunizada promove uma via de mão dupla com a sociedade, de modo a aproximar a universidade da comunidade e, assim, estabelecer soluções para problemas, identificar possíveis necessidades e fomentar iniciativas a partir de um diálogo democrático.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- COOPER, C. et al. **Turismo: princípios e práticas**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- GUIA INSTITUCIONAL E TURÍSTICO: PROJETO GEOPARQUE CAÇAPAVA DO SUL. Universidade Federal de Santa Maria. **Pró-Reitoria de Extensão**. 2021. Disponível em: <https://geoparquecacapava.com.br/materiais-didaticos>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- LEMOIS, L.F.C. et al. **A pedagogia por trás da canoagem em águas calmas: a extensão desenvolvendo a sociedade**. Editora Pró-reitoria de extensão: Santa Maria -RS-. No prelo.
- SILVA, M. C. Reflexões de uma formação docente: educação física escolar articulada com educação ambiental. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 19, n. 1, p. 1-7, 2021.
- UNESCO. **UNESCO Global Geoparks**. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization 7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, France, 2016.
- YAZBEK, P. Pandemia derruba pelo segundo ano projeções para a economia e bancos revisam cenário do Brasil em 2021. **InfoMoney**. 03 de abril de 2021. Previsões Revistas. Disponível em: <https://bit.ly/3tvSaTM>. Acesso em 09 de junho de 2021.



## OS JOGOS NA GEOEDUCAÇÃO – PROPOSTA PARA O USO DO RPG COMO INSTRUMENTO DIDÁTICO NO GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA ASPIRANTE UNESCO/RS

Vinicius Lenz Motta<sup>1</sup>  
Adriano Severo Figueiró<sup>2</sup>  
André Krusser Dalmazzo<sup>3</sup>

### RESUMO

Os jogos podem servir como ligação do lúdico com o ensino, constituindo um importante recurso de fortalecimento das identidades, além de motivador e incentivador das boas práticas do habitar humano sobre a Terra. Neste capítulo apresentamos a proposta de um jogo de Role Playing Game (RPG) focado no conhecimento do território e do geopatrimônio da Quarta Colônia (RS-Brasil).

### 1. INTRODUÇÃO

*“Extra! Extra! O CAPP<sup>4</sup> foi saqueado!”*

Assim inicia a história que fora contada aos alunos do ensino básico de Santa Maria, no Instituto Estadual de Ensino Olavo Bilac, como parte integrante da proposta “GQC.RPG”, um jogo de Role Playing Game (RPG) focado no geopatrimônio da Quarta Colônia.

Os jogos podem servir como ligação do lúdico com o ensino, constituindo um importante recurso de fortalecimento das identidades, além de motivador e incentivador da prática conservacionista. Os jogos fornecem uma infinidade de abordagens e métodos para se tratar de diferentes temas e reflexões em todos os níveis escolares, criando um ambiente disposto à busca de soluções (ZASLAVSKY, 2009), além de desenvolver o senso de autonomia no participante.

---

<sup>1</sup> Licenciado em Geografia pela UFSM. E-mail: [viniciusmottaufsm@gmail.com](mailto:viniciusmottaufsm@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Geociências da UFSM; Líder do Grupo de Pesquisa em Patrimônio Natural, Geoconservação e Gestão da Água - PANGEA. Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq. E-mail: [adriano.figueiro@ufsm.br](mailto:adriano.figueiro@ufsm.br)

<sup>3</sup> Professor Adjunto do Curso de Desenho Industrial/Programação Visual da UFSM. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Imaginário Social - GEPEIS do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSM.

<sup>4</sup> Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica, subunidade do Centro de ciências Naturais e Exatas (CCNE) da UFSM, localizado em São João do Polêsine – Geoparque Quarta Colônia.



O caminho escolhido para esta pesquisa consistiu na utilização do RPG como canal de discussão sobre o geopatrimônio e a necessidade de conservação e valorização do território do Geoparque Quarta Colônia. Os jogos de *Role Playing Game* definem-se por

(...) atividades cooperativas nas quais um grupo de jogadores, geralmente em um número de quatro até dez simultaneamente, criam uma história oral, escrita ou animada e não-linear, utilizando-se como plano de jogo a imaginação, esboços, gestos, falas, textos e imagens (SCHMIT, 2008, p. 23).

A utilização desses jogos no ensino não é uma novidade, tendo em vista as suas potencialidades e características. Por serem mais cooperativos do que competitivos, salvo algumas exceções, eles possibilitam aos jogadores resolverem algum cenário proposto de forma colaborativa, visando a um objetivo comum. De acordo com Vasques (2008, p. 26),

durante a prática do método de contar histórias apresentadas pelo RPG, os alunos trocam conhecimentos entre si e com o professor. Há uma relação de troca entre o capital cultural dos alunos e dos professores, pois durante a partida há a possibilidade de o professor formar no aluno um hábito que permita uma melhora no processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, o uso do RPG possibilita a discussão de setores que carecem de uma abordagem mais ampla, permitindo ao professor debater com os alunos de forma prazerosa e lúdica.

## 2. UM BREVE HISTÓRICO DO RPG

O RPG de mesa tem sua origem nos chamados jogos de guerra, que eram jogos de tabuleiro de estratégia militar reais ou fictícios. Aos poucos, os jogadores foram adicionando elementos de fantasia a esses jogos, até que, em 1971, Dave Arneson uniu as regras dos jogos de guerra com a narrativa, dando origem ao primeiro jogo de RPG de mesa.

Esse jogo foi chamado de *Blackmoor* e serviu como base para todos os RPGs posteriores. Nele já estavam presentes a maior parte dos conceitos utilizados até hoje, como pontos de vida, experiência e classes (FAIRCHILD, 2007).

Em 1974, Arneson, em colaboração com Gary Gygax, outro ávido jogador de jogos de guerra, criou o afamado *Dungeons & Dragons* (ou apenas D&D, cuja tradução em português pode ser definida como Masmorras e Dragões, em função do tema de fundo onde o jogo se desenvolve), jogo que serviu como propagador do estilo em nível mundial (Figura 1). Nesse jogo, os jogadores criam personagens que enfrentam aventuras imaginárias, em

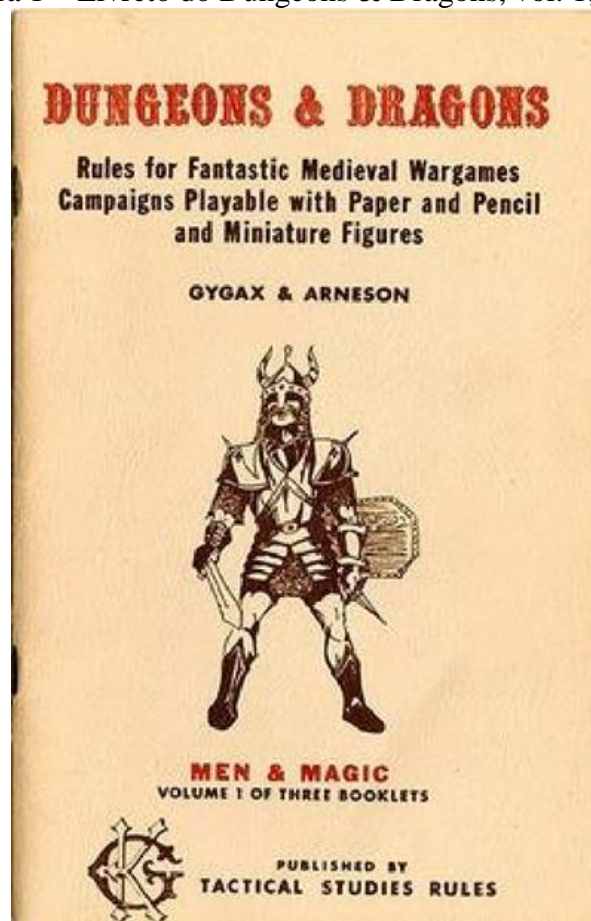




que eles lutam contra monstros, reúnem tesouros, cooperam entre si e ganham pontos de experiência para se tornarem cada vez mais poderosos à medida que o jogo avança.

O D&D se destaca dos jogos de guerra tradicionais por permitir que cada jogador crie e controle um personagem específico, com características singulares, em vez de comandar um exército de soldados homogêneos. O uso de miniaturas ou marcadores em um tabuleiro quadriculado é comum nesse tipo de jogo, para representar esses personagens. O D&D também introduziu o conceito de Mestre de Jogo (*Dungeon Master* ou DM, no original), que atua como juiz e narrador e é responsável por manter o cenário ficcional do jogo e aplicar as regras a cada situação descrita.

Figura 1 – Livreto do Dungeons & Dragons, vol. 1, 1974.



Fonte: Motta (2019).

Após *Dungeons & Dragons*, diversos sistemas de RPG foram surgindo, criando uma infinidade de cenários, regras e formas de jogar, mas sendo sempre um aspecto comum entre eles a colaboração entre os jogadores e a interpretação de personagens. Um exemplo desses sistemas, criado em 1975, foi o *Empire of Petal Throne* (Império do Trono da Pétala), que envolvia os jogadores em cenários que deixavam de lado as lendas medievais para criar



novas criaturas de raças inspiradas em lendas astecas, egípcias e de povos da antiguidade; nesse novo sistema foi desenvolvida até uma nova língua para os jogadores se comunicarem com aquelas raças. Mesmo as regras sendo praticamente iguais ao D&D, o jogo tinha uma abordagem totalmente diferente, reforçando a tese de que o RPG poderia ser tanto um jogo divertido para adolescentes como uma grande representação elaborada de forma educativa e que poderia abordar as mais diversas experiências e temas.

No Brasil, o RPG começa a ser jogado ainda nos anos 80, por influência da série infantil inspirada na história do RPG e exibida pela Rede Globo, desde 1986, com o título de “Caverna do Dragão”. A partir de 1991 começam a ser lançados jogos desenvolvidos no Brasil, sendo “Tagmar” o primeiro RPG brasileiro. No mesmo ano, a Devir Livraria lança, no Brasil, o GURPS (*Generic and Universal Role Playing System* - Sistema Genérico e Universal de Interpretação de Papéis), o qual ganha, a partir de 1999, suplementos com temas brasileiros: “O descobrimento do Brasil”, “Entradas e Bandeiras” e “Quilombo dos palmares”, todos escritos por Luiz Eduardo Ricon e publicados pela Devir Livraria.

### 3. A CONSTRUÇÃO E A APLICAÇÃO DO JOGO

Desde o início, para a criação de um RPG pensado a partir do território do Geoparque Quarta Colônia, se estabeleceu o princípio de que o jogo seria pensado e utilizado com a finalidade de que os alunos/jogadores pudessem, a partir dos desafios a serem construídos, ganhar maior intimidade com o território, adquirindo mais conhecimentos acerca dos principais patrimônios naturais encontrados no Geoparque.

Nesse sentido, cinco etapas específicas foram realizadas. Na primeira etapa da pesquisa foi feita a determinação dos pilares do jogo, quais seriam os objetivos e missões dentro do enredo que seria elaborado. Para isso, foi realizada uma minuciosa pesquisa bibliográfica, centrada em levantar quais aspectos do Geoparque seriam pertinentes de ser abordados dentro da construção do jogo. Além dos dados obtidos a partir da pesquisa, foram realizados trabalhos de campo para facilitar o desenvolvimento da narrativa.

O Macrocollum Itaquii (Figura 2) foi selecionado como o elemento gerador da narrativa, estando presente na história que foi escrita e, também, na elaboração da referência fóssil construída para o jogo.

A escolha desse espécime se justifica por dois fatores: a sua ligação com a Quarta Colônia e, conseqüentemente, com o Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica (CAPPA), tendo em vista que o fóssil foi encontrado em Agudo; e, também, devido à sua relevância



científica. O *Macrocollum* representa um gênero de dinossauros sauropodomorfos (BRUSATTE, 2019), que evoluíram a partir do Triássico Superior (201 milhões de anos atrás), sendo que a espécie encontrada na Quarta Colônia é uma das espécies mais antigas do gênero, sendo um dos primeiros ancestrais dos maiores animais que já caminharam sobre a Terra. Como a maior parte dos dinossauros basais, o *Macrocollum Itaquii* era pequeno em comparação com outros sauropodomorfos mais conhecidos e que evoluíram em períodos posteriores, porém, ele era grande em comparação com outros vertebrados com os quais conviveu naquele período. Ele era bípede e tinha em torno de 3,5 metros de comprimento por 1.5 metros de altura e pesava por volta de 100 kg (MÜLLER; LANGER; DIAS-DA-SILVA, 2018).

Figura 2 – Ilustração do *Macrocollum Itaquii*, por Márcio Castro.



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Macrocollum> (2021).

Os geossítios<sup>5</sup> que estão presentes no jogo foram selecionados, não exclusivamente, por meio dos critérios estabelecidos no artigo intitulado “Avaliação do potencial geoturístico no território da proposta Geoparque Quarta Colônia” (ZIEMANN; FIGUEIRÓ, 2017),

---

<sup>5</sup>Os geossítios referem-se a locais delimitados do território do Geoparque, onde o geopatrimônio de maior valor pode ser encontrado e precisa ser conservado. No caso daqueles geossítios onde essa expressão patrimonial ocorre de forma mais didática, permitindo aos visitantes e alunos que por ali passam, conhecer com mais detalhe a história natural do território, dizemos que são geossítios com valor geoturístico e/ou educacional, e foram exatamente esses geossítios que foram selecionados para serem incorporados ao jogo.





A base cartográfica utilizada foi retirada do projeto “Mapa geoturístico da Quarta colônia”, elaborado por Dalmazzo e Cechin (CECHIN, 2019). Os geossítios selecionados foram ilustrados separadamente. Cada ilustração foi criada utilizando um programa livre de edição de imagens, tendo como ponto de partida imagens de referência física ou por representação simbólica.

### 3.2 CONSTRUÇÃO DAS CARTAS

Tendo como inspiração o uso de cartas em sistemas de RPG já consagrados, que desempenham o papel de nortear duelos ou desafios coletivos, foram criadas cartas com propósitos distintos (Figura 4), que têm como função principal facilitar a comunicação entre a narrativa e os jogadores, servindo como uma forma de “atalho criativo”, simplificando a construção dos cenários e situações encontradas.

Figura 4 – Exemplos de cartas construídas para o jogo GQC.RPG, da esquerda para a direita: carta de campo (tem a função de inserir e localizar o jogador dentro da narrativa), carta de “Non-player Character/NPC” (representam personagens que não atuam diretamente na aventura, mas que servem como suporte à narrativa) e carta de jogador (relativo ao personagem escolhido pelo jogador para atuar. Na descrição da carta estão os atributos e a habilidade única de cada classe de personagem).



Fonte: Motta (2019).

O primeiro grupo de cartas criadas foram as “cartas de campo”, que cumprem a função de inserir e localizar o jogador dentro da narrativa. Na carta está presente uma foto do local referido, obtida por meio de registro in situ ou por imagens disponíveis na internet. Em forma de texto, no corpo da carta está o nome do geossítio, a cidade em que se encontra e, ainda, uma frase introdutória às potencialidades do local (Figura 5).

Figura 5 – Cartas de campo elaboradas para o jogo GQC.RPG.



Fonte: Motta (2019).

No segundo grupo estão as “cartas de *Non-player Character/NPC*”, que representam os atores passivos da história. Essas cartas servem como suporte à narrativa, fornecendo, além da caracterização do personagem, dados e informações pertinentes ao andamento do jogo. Para essa finalidade, foram criadas um total de quatro cartas (Figura 6), contando com uma imagem que remete ao personagem, obtida por meio de ilustrações ou imagens disponíveis na internet. Na descrição da carta estão os atributos e uma frase descritiva.



Figura 6 – Cartas de Cartas de Non-player Character elaboradas para o jogo GQC.RPG.



Fonte: Motta (2019).

Por fim, o último grupo de cartas corresponde às “cartas de jogador”. Ao contrário da grande maioria dos sistemas de RPG tradicionais, a construção dos personagens para o jogo GQC.RPG foi preestabelecida, buscando uma aplicação mais rápida do jogo, de maneira que possa ser finalizado durante um período de aula. Essas cartas seguem um padrão, em que os jogadores são representados por duas mãos e, no centro, a classe escolhida. Na descrição da carta estão os atributos e a habilidade única de cada classe de personagem (Figura 7).

Figura 7 – Cartas de jogador elaboradas para o jogo GQC.RPG.



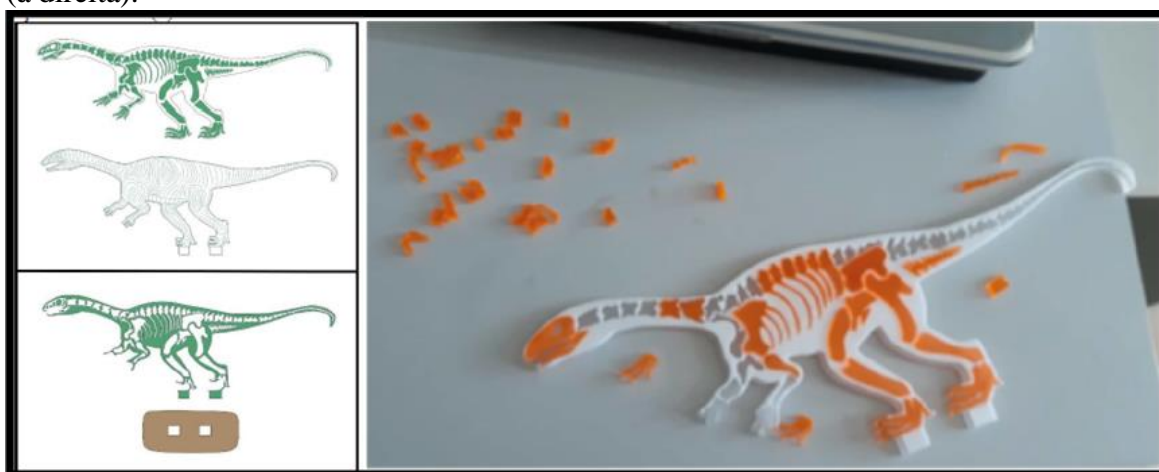
Fonte: Motta (2019).

### 3.3 CONSTRUÇÃO DO “FÓSSIL”

Tendo como função servir como um referencial visual aos objetivos da narrativa e, ainda, como uma forma de registro da história, a representação fóssil foi criada em duas

etapas. A primeira etapa consistiu em reunir informações sobre o fóssil referido na narrativa a partir de imagens, estudos e notícias. Já a segunda etapa foi realizada em conjunto com o Laboratório de Ilustração e Histórias em Quadrinhos do Centro de Artes e Letras da Universidade Federal de Santa Maria, onde a imagem foi recriada no programa de desenho vetorial *CorelDRAW* (Figura 8), não sendo seguido obrigatoriamente todas as características originais do fóssil, visto que o objetivo era o de recriar a imagem do dinossauro em um formato mais lúdico.

Figura 8 – Processo de criação vetorial do fóssil (à esquerda) e protótipo do Fóssil em acrílico (à direita).



Fonte: Autores (2021).

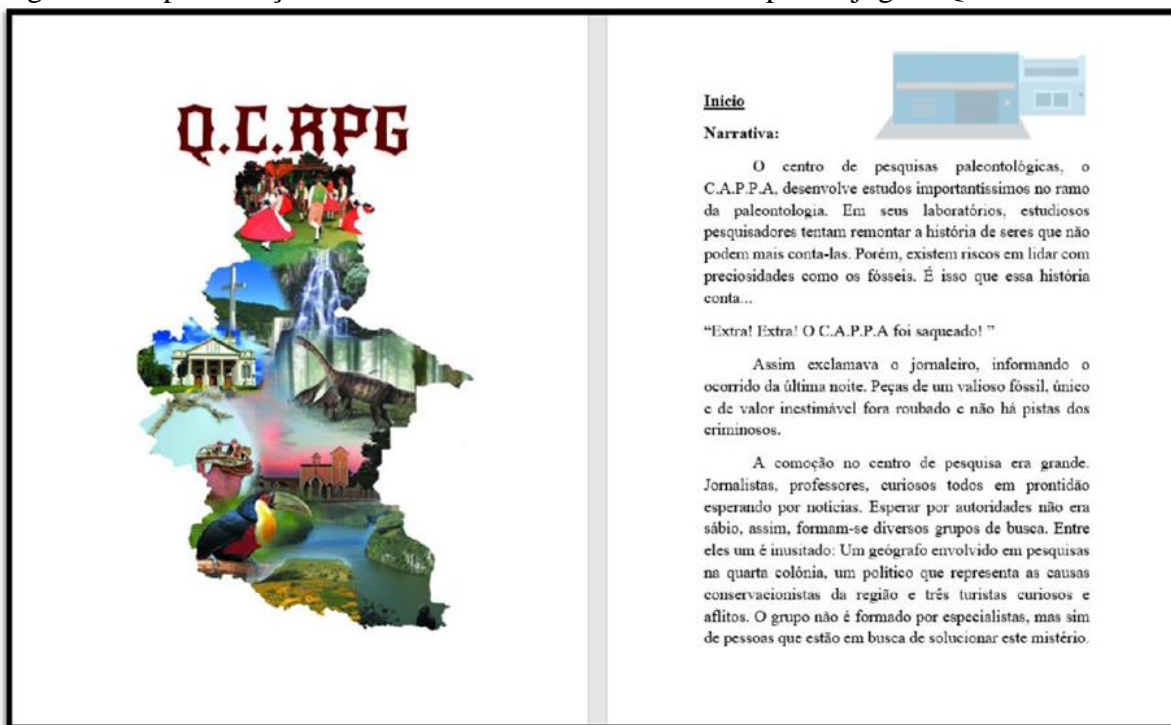
Após esse processo, a imagem resultante foi enviada para o Núcleo de Prototipagem (NUPROM), onde foi convertida para o formato “.DXF” (*Drawing Exchange Format*) e posta para corte em uma máquina de corte a laser, modelo Exlas X4 1410. O material utilizado para corte foi o acrílico, pela disponibilidade e facilidade de manipulação. Cumpre destacar que o “fóssil” produzido para o jogo foi pensado de maneira que o conjunto das “ossadas” que o compõe pudessem ser destacadas, a fim de facilitar a narrativa do jogo, pensada como uma aventura de recaptura de fósseis roubados do CAPPA e escondidos pelos ladrões em diferentes geossítios do território.

### 3.4 CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA

A história do jogo, ou narrativa, foi escrita levando em consideração a necessidade de uma curta duração do jogo em decorrência da duração das aulas no atual sistema educacional, a simplicidade para iniciantes e, também, a faixa etária em que foi aplicado, no caso, para alunos de 12 a 15 anos. A forma que a narrativa se desenvolve depende

diretamente das decisões dos jogadores, gerando consequências durante todas as etapas do jogo (Figura 9).

Figura 9 – Apresentação do caderno de narrativa elaborado para o jogo GQC.RPG.



Fonte: Motta (2019).

A partir de um acontecimento inicial (o roubo do fóssil que estava sendo estudado no CAPP), os jogadores se agrupam para formar uma equipe que enfrentaria uma jornada de aventuras pelos geossítios do Geoparque, em busca dos fósseis roubados.

Os pontos de interesse, nesse caso, os geossítios, são os elementos principais na narrativa, estando presentes suas características e particularidades. Essas características foram descritas de forma simples, não abordando tópicos em que seriam necessários um conhecimento mais aprofundado em Geociências. Apesar de utilizar pontos e localizações reais, os eventos descritos na narrativa de cada geossítio são fictícios e, em alguns trechos, surreais.

Como em todo RPG, as ações em conjunto dos jogadores determinam o andamento da partida. Cinco situações diferentes serão encontradas para determinar a história:

- Atributos e habilidades: semelhante ao que é utilizado em jogos de cartas, essa mecânica se baseia em elementos matemáticos simples como soma e subtração de pontos de atributo para determinar as ações e consequências na narrativa, com a possibilidade do uso de habilidades das classes de jogador, premiando o bom planejamento do grupo;

- Resultado dos dados: presente quase que em todos os sistemas de RPG, o dado tem a função de adicionar o elemento “sorte” dentro da narrativa; nesse jogo, em particular, o dado “D10” foi escolhido em função da possibilidade do uso das duas casas decimais, sendo utilizado para determinar as ações dos jogadores e se foram bem-sucedidas;
- Combinação de resultados: como o jogo é centrado na narrativa, cada decisão do grupo leva a história para um caminho diferente; dessa forma, algumas decisões podem resultar em facilidades ou obstáculos durante a trajetória, como, por exemplo, na Gruta do Índio, onde o NPC reagirá de forma diferente, de acordo com o que o grupo decidiu na trilha do Pororó;
- Combate: no final da narrativa, independente dos caminhos seguidos pelos jogadores, há uma forma de duelo entre o grupo e o “chefe final” do jogo, algo muito comum em jogos dessa natureza; o combate é decidido por meio do dado, porém, a trajetória e o desempenho do grupo influenciam diretamente o resultado, pois é utilizado o conceito de “pontos de vida” e cada fóssil recuperado até esse encontro conta como um desconto nos pontos do adversário;
- Folha auxiliar: esse auxiliar é representado por um *Puzzle* que deve ser resolvido por todos os jogadores dentro do tempo estimado dentro da narrativa; exclusivamente em um ponto do jogo, mais precisamente no Monumento ao Imigrante Italiano, os jogadores são desafiados a encontrarem a mensagem escondida na placa que homenageia os primeiros imigrantes da região, brincando com as possibilidades que o geossítio oferece e utilizando como plano de fundo a bagagem histórico-cultural do local.

### 3.5 APLICAÇÃO DO JOGO

Para facilitar o transporte e armazenamento do jogo, ele foi organizado na forma de um “kit” em uma maleta plástica (Figura 10), contendo o caderno da narrativa, o fóssil desmontável do *Macrocollum Itaquii* (acompanhado de um fóssil substituto que foi prototipado como experimento inicial), o mapa do jogo, o conjunto de cartas e os dados de 10 lados.





Figura 10 – Kit do jogo acondicionado (à esquerda) e preparado para jogar (à direita).



Fonte: Autores (2021).

Embora o jogo tenha sido produzido com foco nas escolas do território do Geoparque, por uma questão de logística, a escola selecionada para a testagem do jogo foi o Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac, em Santa Maria. Os fatores que contribuíram para a escolha da escola referem-se a dois pontos principais: a localização e a grande disponibilidade de turmas.

Sendo um jogo planejado para ser aplicado em uma situação de aula habitual, a duração máxima disponível, dentro da disciplina de geografia, nas normas da instituição, é de dois períodos integrais, isto é, um total de 90 minutos para a aplicação completa da atividade (Figura 11).

Após o jogo os alunos foram convidados a responder a um questionário para fins de análise qualitativa do jogo, além de dados como idade, série e conhecimento sobre o assunto.

Figura 11 – Aplicação do jogo com alunas do oitavo ano da Escola Estadual Olavo Bilac.



Fonte: Autores (2021).



Para a aplicação do jogo desenvolvido, foram disponibilizadas três turmas do turno regular – do sétimo, oitavo e nono ano do Ensino Fundamental –, possibilitando, assim, verificar o funcionamento da ferramenta em função da faixa etária e grau de instrução dos alunos participantes.

Ao analisar as respostas obtidas nos questionários, fica clara a potencialidade que atividades alternativas como o jogo têm sobre os alunos; ainda, segundo os relatos, as alterações feitas no formato do jogo não comprometeram a dinâmica necessária para a aplicação de um jogo de RPG. Fica claro, a partir dos relatos dos alunos, a necessidade de atividades voltadas à temática proposta, pois além de ser pouco abordada em sala de aula por diversos fatores, quando desenvolvida, dificilmente contempla assuntos mais específicos, como, por exemplo, os geoparques e os conceitos relacionados a eles. É preciso sempre lembrar que “enquanto ação e transformação da realidade, o jogo implica ação mental, refletindo-se na operatividade, tanto no domínio lógico, quanto no infratológico, ou, por outras palavras, no desenvolvimento do raciocínio” (FORTUNA, 2000, p. 10).

A escolha do formato se mostrou satisfatória, o caráter colaborativo, diferentemente da maior parte dos outros jogos, contribui muito para a discussão do tema, uma vez que os alunos tomam a causa para si na tentativa de resolver o problema proposto dentro do jogo. Especificamente para o caso do RPG, esse protagonismo dos jogadores/personagens assume uma especial “corporeidade”, de maneira que a performance narrativa não apenas estimula os participantes no jogo mas, sobretudo, exerce um papel essencial na construção do saber-ser e saber-dizer, aprendendo a se colocar no tempo e no espaço da construção de uma narrativa coletiva, onde cada indivíduo se torna um co-autor; é, em última instância, uma “cognição corporificada” (BARBOSA DE OLIVEIRA; DAMIÃO; ROCHA, 2020).

Outro aspecto observado foi a possibilidade que esse formato tem de abordar temas complexos e inéditos para estudantes, nesse caso, o geoturismo associado à geoconservação, de uma forma leve, dinâmica e divertida. Uma das características do RPG é, justamente, a possibilidade, a partir da construção da narrativa, da modulação da complexidade adotada, além de o sistema de jogos interpretativos poder ser usado para jogar em qualquer cenário histórico ou ficcional.

Nesse sentido, o jogo possibilitou discutir os mais variados temas acerca da proposta do Geoparque Quarta Colônia, como cultura, paleontologia e valorização do território. As cartas, o mapa e a narrativa possibilitaram abordar os geossítios da área sem a obrigatoriedade de os alunos conhecerem o local. Ainda, sobre esses auxiliares, as fotos



contidas nas cartas e as representações no mapa cumpriram plenamente o papel que lhes foi conferido, permitindo aos estudantes, a partir do visual, se inserirem no local do jogo, sendo necessária somente a imaginação. Todavia, o jogo é uma ferramenta que deve estar inserida em um contexto educacional, não servindo como substituto a um ensino que contemple temas como os propostos neste trabalho.

Por fim, foi possível perceber que a aplicação do jogo mobilizou um conjunto de elementos cognitivos, emocionais e motores dos estudantes, contribuindo em cinco grandes dimensões do ato educativo:

- Socialização: devido aos participantes conversarem entre si e com o mestre (narrador/professor), trocando informações e relatando as ações de seus personagens; o desenvolvimento da capacidade de ouvir, respeitar e argumentar são intrínsecos à realização do jogo;
- Cooperação: para que o indivíduo seja bem-sucedido mediante os desafios propostos pelo mestre do jogo, ele precisará cooperar com os demais jogadores para que juntos concluam a atividade;
- Criatividade: cada um dos participantes desenvolve sua criatividade ao se imaginar na narrativa e ao decidirem como os seus personagens reagem e resolvem os desafios das histórias;
- Interatividade: os jogadores estão constantemente interagindo entre si e com o mestre; atividades interativas comprovadamente levam a uma maior fixação de conteúdo do que atividades expositivas.
- interdisciplinaridade: o desenvolvimento do jogo por meio da narrativa construída, levando à descoberta do território e seus patrimônios, envolve conhecimentos de Ciências, Geografia e História, que acabam sendo tratados de forma integrada na compreensão da realidade, mas a própria natureza flexível do RPG permite que novos conhecimentos possam ser agregados a esse jogo a partir de novas narrativas dentro do mesmo território; o geoparque é um “território de descobertas”, e o RPG pode ser um eficiente e divertido instrumento para que os jovens descubram as raízes da sua identidade, de uma forma lúdica, estimulante e cooperativa.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No contexto da utilização em sala de aula, o RPG traz para o contexto escolar a arte ancestral de contar histórias; esse antigo ato de nos reunirmos frente ao fogo e utilizar a arte



oral de narrativa dos antigos mitos ancestrais, as experiências dos antigos, valoriza a compreensão de nossas raízes culturais. Essa prática cria um vínculo com a identificação da própria identidade. E essa é uma questão fundamental e estratégica para os geoparques quando se trata de construir um modelo de desenvolvimento territorial endógeno, em que a comunidade tem um papel protagonista na divulgação, uso e conservação do seu patrimônio.

Outro aspecto que é necessário ressaltar diz respeito à interação do RPG como ferramenta de ensino, visto que essa interação exerce extrema importância para o desenvolvimento cognitivo dos educandos, das diferentes formas de construção de sentido, das diferenças e defasagens de aprendizagem e colabora para o aprimoramento da leitura e da criatividade no contexto escolar.

No trabalho desenvolvido, a escola ocupou um espaço de destaque, não por ser a grande encarregada de resolver os problemas em relação ao desafio do desenvolvimento territorial, e sim por permitir que novas soluções floresçam na mente daqueles de quem mais se espera mudanças. Por ser um espaço de desenvolvimento do senso crítico, discussões como a que este trabalho abordou são de suma importância para a transformação ética que a sociedade carece, pois é a partir da conscientização e a sensação de corresponsabilidade que será possível alcançar as transformações desejadas.

Durante todo o andamento da pesquisa foi necessária a colaboração de diversos setores do ensino, partindo dos laboratórios da Geografia e do Desenho Industrial, tanto para discussões e propostas quanto para colaborar na elaboração de material para o jogo.

Quanto à ferramenta criada, o que se pôde verificar foi o potencial que instrumentos dessa natureza têm na motivação do público alvo para o processo educativo, possibilitando uma infinidade de discussões acerca dos mais diversos temas. Por sua vez, sobre o jogo em si, alguns elementos poderiam ser reconsiderados, principalmente a narrativa, que por ser intencionalmente de linguagem simples e de fácil entendimento, torna boa parte dos desafios encontrados facilmente solucionáveis. Ainda, em outra oportunidade e sem a limitação do tempo, o jogo poderia ser estendido, contemplando todos os geossítios levantados da área, possibilitando um aprofundamento maior em cada um e também um resgate cronológico a partir de elementos fantásticos como viagens no tempo, possibilitando novos cenários e uma história mais cativante.

Contudo, conclui-se que jogos de RPG são ferramentas eficazes para abordar temas de geoconservação e, se associadas a uma educação ambiental bem estruturada, são poderosos aliados às iniciativas como a do Geoparque Quarta Colônia.



## REFERÊNCIAS

- BARBOSA DE OLIVEIRA, A.; DAMIÃO, J.; ROCHA, T. Reflexões Acerca Do Roleplaying Game (Rpg) na Educação: Potencialidade Cognitiva. **Revista Multidebates**, v. 4, n. 2, p. 114–124, 2020.
- BRUSATTE, S. **Ascensão e queda dos dinossauros**. Uma nova história de um mundo perdido. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- CECHIN, D. **Integração do Patrimônio Natural ao Cultural como Recurso Geoturístico na Implantação do Projeto do Geoparque Quarta Colônia, RS, Brasil**. Tese [Doutorado em Geografia]. Universidade Federal de Santa Maria, 2019.
- FAIRCHILD, T. M. **Leitura de impressos de RPG no Brasil: o satânico e o secular**. Tese [Doutorado em educação]. USP, 2007.
- FORTUNA, T. R. **Sala de aula é lugar de brincar**. Planejamento em destaque: análises menos convencionais. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- MOTTA, V. L. **O uso do RPG como instrumento didático no projeto do Geoparque Quarta Colônia/RS**. UFSM, 2019.
- MÜLLER, R. T.; LANGER, M. C.; DIAS-DA-SILVA, S. An exceptionally preserved association of complete dinosaur skeletons reveals the oldest long-necked sauropodomorphs. **Biology Letters**, v. 14, n. 11, 2018.
- SCHMIT, W. **RPG e educação: alguns apontamentos teóricos**. Dissertação [Mestrado em educação]. Universidade Estadual de Londrina, 2008.
- VASQUES, R. **As potencialidades do RPG (role playing game) na educação escolar**. Dissertação [Mestrado em educação]. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2008.
- ZASLAVSKY, C. **Mais jogos e atividades matemáticas do mundo inteiro**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ZIEMANN, D. R.; FIGUEIRÓ, A. S. Avaliação do Potencial Geoturístico no Território da Proposta Geoparque Quarta Colônia. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 34, p. 137–149, 2017.





## A QUESTÃO QUILOMBOLA NA REGIÃO DA QUARTA COLÔNIA: DO ACESSO À TERRA AO ACESSO ÀS POLÍTICAS SOCIAIS

*José Luiz de Moura Filho<sup>1</sup>*

*Brenda Amaral Machado<sup>2</sup>*

*Matias Miguel Paletta Araujo<sup>3</sup>*

### RESUMO

O capítulo trata do Projeto Geoparque quilombos, executado em 2020 com vistas à capacitação de lideranças de comunidades quilombolas dos municípios da Quarta Colônia – dentre outros –, Geoparque Aspirante, em matéria de políticas públicas setoriais/territoriais, especialmente sociais, fazendo um pequeno estudo comparado entre dois quilombos do primeiro território, em termos de efetivação do direito de acesso à terra e a políticas setoriais.

### 1. INTRODUÇÃO

A proposta de certificação como Geoparque para o território composto pelos nove municípios da Quarta Colônia reacende discussões acerca de termos supostamente antagônicos, como identidade/diversidade e local/global, por exemplo, já que a própria denominação da região (outra categoria em constante debate) traz a especificação “de colonização italiana”, muito embora essa expressão esteja já há alguns anos em desuso, uma vez que a experiência exitosa do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS) inclui dois municípios com forte presença de descendentes de imigrantes alemães (Restinga Seca e Agudo), por coincidência os de maior expressão econômica.

Nesse contexto, a presença e contribuição de nativos – atualmente não constatada, mas expressa em topônimos, como a Gruta do Índio, em Nova Palma – bem como de descendentes de negros escravizados e mesmo portugueses fica um tanto invisibilizada, parecendo ser possível dividir-se a história do território em “antes” e “depois” das levas migratórias europeias, em termos de desenvolvimento, aspecto que está na base da proposta de um Geoparque.

---

<sup>1</sup>Professor Associado II do Departamento de Direito da UFSM. Pós Doutor em Cidades, Culturas e Arquitetura pela Universidade de Coimbra. Doutor em Desenvolvimento Regional pela UNISC. Mestre em Direito pela UNISINOS. Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais. E-mail: zecamoura@hotmail.com

<sup>2</sup>Acadêmica do 6º semestre do Curso de Serviço Social, CCSH/UFSM.

<sup>3</sup>Acadêmico do Curso de Jornalismo pela UFSM no campus Frederico Westphalen



Sem dúvida, a trajetória de crescimento econômico do território em discussão revela impulsos significativos com a política de “branqueamento” imprimida ao país pelo governo imperial, na segunda metade do século XIX, no período em torno da já tardia abolição da escravidão, e deu-se na base de concessão de “colônias” a trabalhadores estrangeiros, praticamente apagando os quase três séculos anteriores de produção primária levada a cabo com força de trabalho escravo que conferiram ao Brasil, inclusive, em algum momento, uma liderança econômica até mesmo superior à Inglaterra.

E não há necessidade de se investigar muito a fundo – e nem ser expert em economia – para se entender que a falta de acesso à terra – origem e fundamento da acumulação capitalista, até hoje, pelo menos no caso de países cuja balança comercial tem enorme peso a produção primária, como é o caso do Brasil – é, pois, causa maior das gritantes desigualdades verificadas na região que, como tantas outras do país, apresenta bolsões de miséria em meio a um oásis de “desenvolvimento”: se, por um lado, o regime de exploração da pequena propriedade – como é o caso da esmagadora maioria da Quarta Colônia – sofre, do ponto de vista quantitativo, por outro, qualitativamente, a solução advinda da “mecanização do campo” não o socorre, também, na medida em que as condições físicas do terreno impedem a sua adoção.

Em tal contexto, o novo êxodo forçado dos negros – ex-escravizados e seus descendentes – vai implicar em assentamentos precários nas periferias, mesmo das pequenas cidades como as da Quarta Colônia, uma vez que os filhos de colonos vão encontrar guarida na educação – especialmente de instituições religiosas, como os palotinos em Vale Vêneto e as Irmãs do Sagrado Coração de Maria, nesta última localidade e em Silveira Martins – muitos deles, depois acadêmicos e, inclusive, professores da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

É por isso que um número considerável de pessoas negras, remanescentes de quilombos, tanto na área rural, como é o caso de São Miguel e de Martimianos, em Restinga Sêca (RS), e Vovó Isabel, em Nova Palma (RS), quanto na zona urbana, de que são exemplos a comunidade Mostardeiro, em Dona Francisca (RS), e a Vila Brasília, em Silveira Martins (RS), apesar de uma presença na região e contribuição para sua pujança – até mesmo anterior a dos imigrantes europeus – vai permanecer no anonimato e na exclusão, seja por ignorância, seja por discriminação, situações que a Constituição Federal de 1988 – CF/88, em vários de seus princípios e em pelo menos dois dispositivos, vai tentar reverter, muito embora a sua latente inefetividade.



Assim, um pequeno estudo comparado sobre o acesso à terra e aos direitos sociais do artigo 6º, da CF/88, fruto do Projeto de Extensão Geoparquilombos<sup>4</sup>, discutirá o quanto as políticas públicas setoriais e territoriais devem andar lado a lado, especialmente quando o que está em jogo é a materialização de princípios constitucionais como o da dignidade da pessoa humana e da função social da propriedade, dentre outros, garantidores de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e indispensável à sadia qualidade de vida, pois no mundo globalizado, a busca por uma identidade única encontra limites no direito à diferença, como se verá.

## 2. ESCRAVIDÃO NA QUARTA COLÔNIA

Do ponto de vista sociológico, um dos pioneiros a estudar o período da escravidão no estado do Rio Grande do Sul foi Fernando Henrique Cardoso, o qual começou essa desmistificação do período no estado com o seu trabalho voltado para as charqueadas, em partes deixando de lado a região central do estado, onde, embora não fosse o território mais tradicional desse tipo de estabelecimento, havia próspera criação de gado, além de nascente agricultura. Portanto, segundo Fernando Henrique Cardoso (2003 p. 79), a sociedade rural gaúcha do século XIX também era latifundiária e escravista.

A divisão de terras na área central da então Capitania se deu por meio das sesmarias, uma política que afirmaria a presença luso-brasileira na região, especialmente de militares e suas famílias, os quais adquiriam o direito à terra e a sua exploração econômica. É difícil saber ao certo qual lógica presidiu essa divisão de terras e suas extensões, mas segundo Oliveira e Santos (2012) havia propriedades de tamanhos diversos, e como confirmam os inventários, praticamente todas elas usufruíram de trabalho escravo:

nos inventários *pós-mortem* dos proprietários de terras da década de 1860, nota-se que ocorreu uma diferenciação no que tange ao universo agrário, pois encontramos pequenos, médios e grandes criadores, onde não constam em algumas delas o tamanho real de terras, porém, a presença de escravos em todas as propriedades é nítida (OLIVEIRA; SANTOS, 2012, p. 80).

Ademais, não se deve dar azo ao mito de que houve uma escravidão mais branda na região central do estado, pois o que se pode afirmar, de acordo com a historiografia, é

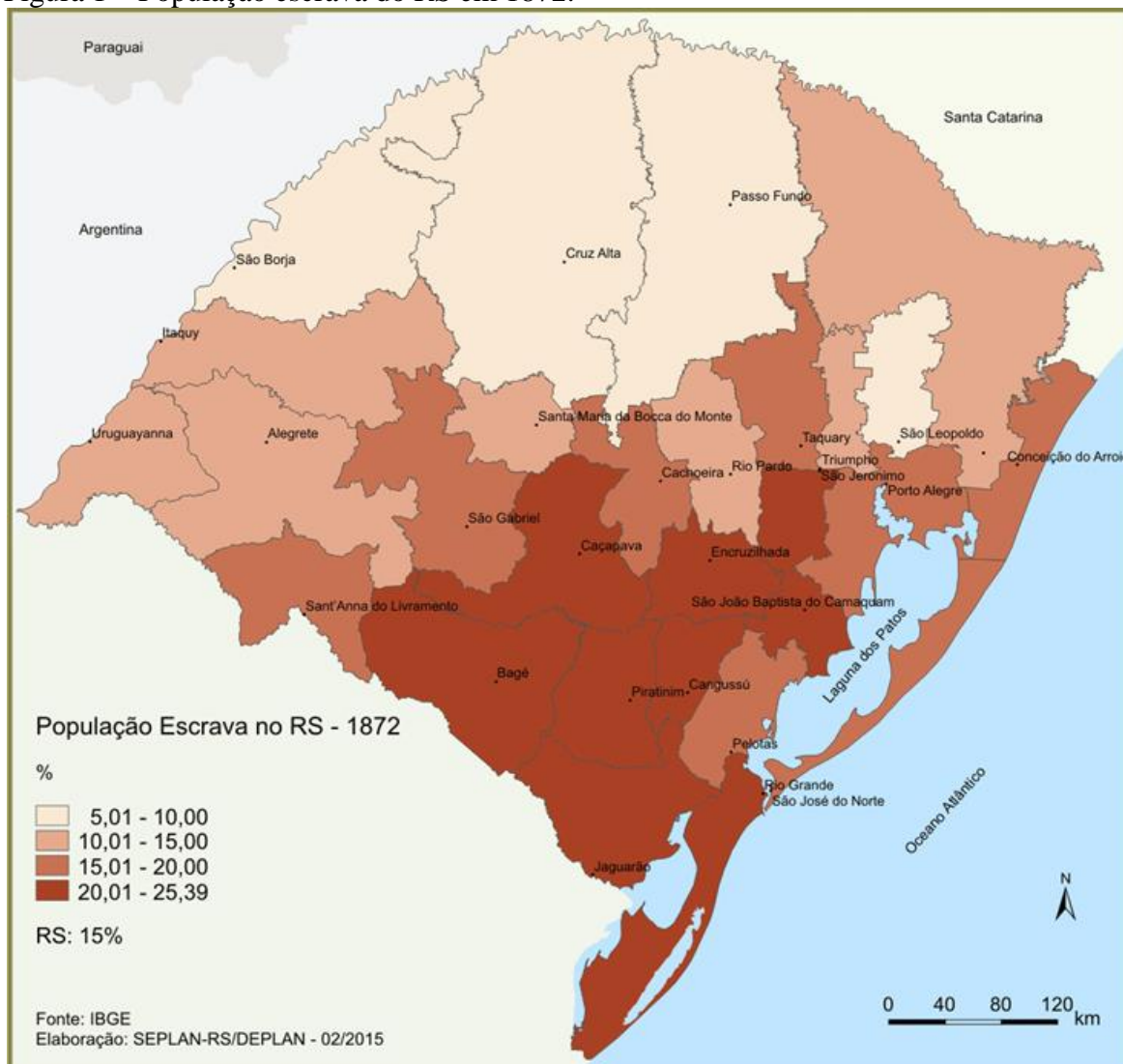
---

<sup>4</sup>Vinculado ao Programa de Extensão Núcleo Interdisciplinar de Interação Jurídica Comunitária – NIIJuC, desenvolvido em 2020, com recursos do Projeto Estratégico Geoparques, da PRE/UFSM.



que a região teve um número menor de escravizados, em comparação com outras regiões do estado, segundo o Censo de 1872 (Figura 1).

Figura 1 – População escrava do RS em 1872.



Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul – SEPLAN/RS (2016).

É razoável crer que a escravização no centro do estado não foi, de fato, mais “branda”, porque o trabalho em tais condições é, sempre, baseado na violência – física e moral – e onde esse regime de propriedade sobre outro ser humano se verificou, a barbárie se sobrepôs à humanidade, e não há como negar que havia pessoas escravizadas tanto no meio urbano como no rural em todo o Brasil, também, e na Quarta Colônia. Portanto, se os escravizados não estavam nas plantações de café, algodão, cacau ou outra *commodity*, como no sudeste e nordeste do Brasil, se faziam presentes nas demais atividades



econômicas, como os saladeiros do sul, bem como nas incipientes atividades urbanas, seja no comércio e serviços, seja no trabalho doméstico.

Já na região da Quarta Colônia, encontram-se exemplos de resistência negra nas comunidades quilombolas, primordialmente formadas por escravizados que fugiram dessa condição de libertos ou alforriados pobres, formando quilombos em lugares de difícil acesso, para que não voltassem a serem capturados pelos senhores, categoria que passou a denominar, também, mais recentemente, os espaços voltados para a valorização e reprodução de suas tradições culturais, preservação de recursos naturais disponíveis e resistência ao acúmulo de capital, especialmente fundiário, onde, outrora, por vezes, também eram acolhidos outros segmentos excluídos, como os indígenas.

As comunidades quilombolas da Quarta Colônia sofreram – e ainda sofrem – com a exclusão e invisibilidade na história da região, e resistem para manter vivas suas trajetórias de lutas, seja por acesso à terra, seja por políticas públicas que qualifiquem a vida nesses espaços e, como consequência, lhes garantam existência digna.

É importante reforçar a questão da invisibilização das comunidades tradicionais no território, pois como se pode ver na descrição, em Oliveira e Santos (2011), sobre um crime, imigrantes e negros aparecem, lado a lado, o que pode ser não só um indício do uso de mão de obra escrava por colonos, isso antes mesmo da consolidação da imigração europeia na região, em 1878, como, também, de que o negro só era visto quando a situação que o envolvia implicava em crime:

através do caso do furto feito pelo escravo Fortunato mancomunado com José Escandighia, Julio Motta e Setti, sendo estes imigrantes italianos, percebeu-se que houve o contato de escravos e imigrantes durante o período escravista, fato revelador, que até então não foi explorado na historiografia. Assim, este é outro aspecto promissor a ser explorado: que outras formas de relacionamento ocorreram entre cativos e imigrantes italianos na região, não temos informações se os cativos chegaram a ser utilizados pelos imigrantes como mão-de-obra durante o regime escravista, e também no pós-abolicionismo (OLIVEIRA; SANTOS, 2011, p. 16).

Esse relato demonstra que, de alguma forma, os imigrantes europeus podem ter utilizado mão de obra escrava enquanto se instalavam na região, deixando em aberto um campo da historiografia, já que, dada a época dos fatos – dez anos antes da abolição da escravatura – o regime de trabalho, dificilmente, seria o assalariado, ou mesmo o sistema de parceria/meação.

Na região da Quarta Colônia é possível identificar, atualmente, cinco comunidades remanescentes de quilombo, sendo duas urbanas – em Silveira Martins (Vila Brasília) e



Dona Francisca (Mostardeiro) – e três rurais – Vovó Isabel, em Nova Palma, e São Miguel e Martimianos, em Restinga Sêca –, sendo que apenas as do campo serão objeto deste trabalho, dado que protagonistas de acesso à terra, diferentemente das primeiras, cujas demandas, no momento, restringem-se a políticas públicas, notadamente culturais. Ainda, não se abordará São Miguel, cuja titulação da terra foi parcial, o que permitirá proceder a um estudo comparativo entre uma comunidade cuja retomada do território tradicional já se encontra consolidada, mas carece de qualificação espaço com equipamentos públicos, e outra, que experimenta situação inversa.

Em Nova Palma, a comunidade quilombola Vovó Isabel – que leva esse nome em homenagem a uma das primeiras moradoras do Quilombo, Maria Isabel Rafaela Pinto, nascida em 1887 na Fazenda das Árvores – se encontrava em um local de difícil acesso, o qual antigamente era conhecido como “Rincão da Cadeia”, topônimo pejorativo, uma vez que dava a entender que no local só residiam habitantes “fora da lei”, havendo, de acordo com Regina da Silva (2019, p. 25), registro de negros ali refugiados desde 1840, sendo que, posteriormente, com a abolição da escravidão, a comunidade recebeu outros ex-escravizados.

Na primeira metade do século XX, a comunidade teve, por um lado, apoio da Igreja Católica, mas, por outro, interferência, também, já que um capitel, mandado erguer pelo casal Augusto e Paula Santi Scolari, em 1945, como promessa em intenção da cura da filha Aurélia, foi ampliado sob a forma de capela, em 1981, e, posteriormente, transformado em igreja, trajetória acompanhada pela mudança no nome da localidade, sugerida pelo padre Luizinho (Luiz Sponchiado). Dessa forma, de Rincão da Cadeia, a localidade passou a denominar-se Rincão de Santo Inácio, sendo atualmente conhecido como Quilombo Vovó Isabel, como se pode ver não só na placa de sinalização na estrada que dá acesso à comunidade, como, também, no próprio certificado de autodeclaração expedido pela Fundação Cultural Palmares – FCP, primeiro passo para a demanda por políticas públicas, inclusive titulação fundiária, pela União.

Já em Restinga Sêca, a comunidade Rincão dos Martimianos, além da certificação pela FCP, obteve titulação de toda a área demandada administrativamente, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com base no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). O Quilombo recebeu esse nome em homenagem a seu fundador – Martimiano Rezende de Souza –, filho de uma mulher escravizada, de nome Maria Joaquina, e de seu senhor, Delfino Souza: ele e seus irmãos



(Ernesto e Anja) foram reconhecidos pelo pai, que era um grande estancieiro em Caçapava do Sul. Na época, a família sofreu muita discriminação na cidade, por ser fruto de um senhor com sua escrava, motivo que a levou a se estabelecer onde se localiza a comunidade até hoje, para a qual também levaram sua mãe, no final do século XIX, onde criaram vínculos com os moradores do Quilombo vizinho – São Miguel –, com quem mantém um forte laço de parentesco e, pois, trocas intensas.

### **3. POLÍTICAS SOCIAIS E DE ACESSO À TERRA PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS**

Ao se tratar da garantia de direitos – ditos setoriais – aos afro-brasileiros, sabe-se que houve uma forte influência dos movimentos sociais negros e suas reivindicações para o reconhecimento, também, das demandas territoriais dos remanescentes de quilombos, do que decorreu a inclusão do artigo 68 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, o qual afirma a propriedade definitiva, aos remanescentes de quilombos, das terras por eles ocupadas, bem como do artigo 216, Parágrafo 5º, que declara tombados todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, resultado de uma luta histórica que ainda não chegou ao seu fim, como se verá.

Referidos dispositivos constitucionais, a par de tratar-se de um importante marco legal no que tange à reparação histórica em termos de acesso à terra e preservação da memória, ainda não se traduziram em avanços efetivos, pois somente em 1995 o INCRA publicou a Portaria nº 307, voltada para a regularização das terras quilombolas. Porém, mais uma vez, o documento não abrangeu de forma plena as necessidades das comunidades, sendo que mais tarde, no ano de 1999, as titulações passaram a ser de responsabilidade do então Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares (Medida Provisória nº 1.911-11).

Foram diversas as normas aprovadas – e ineficazes – frente às demandas específicas dos remanescentes das comunidades de quilombos, até a assinatura do Decreto Federal nº 4.887/03, o qual reforçou uma série de medidas, como a implementação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, pela Lei Federal nº 10.678, de maio de 2003; a adoção de uma Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), pelo Decreto Federal nº 4.886, de novembro de 2003; e a construção do Programa Brasil Quilombola (PBQ), estabelecido pela SEPPIR em 2004.



Ainda assim, aquele primeiro Decreto foi discutido junto ao Supremo Tribunal Federal, por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade, ajuizada pelo Partido Democratas – DEM, cuja decisão final somente em 2018 foi proferida, reconhecendo que o documento não extrapolou o artigo 68 do ADCT da CF/88, destravando, então, a regularização fundiária, o que, por outro lado, não impediu o início da execução, de fato, de algumas políticas públicas – setoriais – com enfoque nas comunidades quilombolas, mesmo diante das dificuldades de vinculação com o território.

O Programa Brasil Quilombola surgiu em 12 de março de 2004, cuja gestão – descentralizada, articulando diferentes áreas e órgãos públicos – visa à consolidação de políticas específicas para esse segmento populacional, por meio da chamada Agenda Social Quilombola (Decreto Federal nº 6.261/2007), a qual reúne ações nos seguintes eixos: acesso à terra; infraestrutura e qualidade de vida; inclusão produtiva e desenvolvimento local; e direitos e cidadania.

Na questão do acesso à terra, especificamente, o reconhecimento das comunidades como remanescentes de quilombos – bem como sua titulação – dá-se pela Fundação Cultural Palmares (FCP), mediante procedimento administrativo de regularização fundiária, de competência do INCRA, a partir da elaboração de RTID por meio de equipe multidisciplinar própria ou contratada, podendo, para tanto, inclusive, firmar convênios com instituições públicas, como universidades, por exemplo. De acordo com a Instrução Normativa INCRA nº 16, de 24 de março de 2004, o RTID se desdobra em: trabalho de campo (delimitação e relatório antropológico); levantamento fundiário (embasado no laudo antropológico); planta e memorial descritivo do território; cadastramento das famílias; relação de proprietários e levantamento da situação do local; parecer técnico e jurídico (conclusivo).

Dessa forma, vê-se que são duas as etapas no que diz respeito à efetivação dos direitos sociais quilombolas, sendo a primeira delas a emissão de Certificação pela FCP, por meio da qual a União registra a autodefinição da comunidade enquanto remanescente de quilombo, fazendo jus, assim, ao que se poderia denominar políticas públicas setoriais, como saúde, educação, habitação, saneamento, cultura, etc. Já do ponto de vista do acesso à terra, que, pode-se dizer, se insere no âmbito das políticas territoriais – como a regularização fundiária – a iniciativa vai depender de condições mais objetivas, como a situação da posse e/ou propriedade da área, pois alguns quilombos da região central do estado, como Passo dos Brum, em São Sepé, por exemplo, essa demanda não está presente,



uma vez que os moradores são, todos – praticamente – proprietários, e há casos, ainda, em que se afiguram direitos possessórios consolidados – irreversíveis – por meio de usucapião, também.

Aqui, cumpre ressaltar que o território a ser demandado vai além daquele atualmente ocupado pela comunidade, posto que muitas delas foram, com o tempo, perdendo suas posses, seja por ignorância ou mesmo violência, e não se trata apenas de “moradia”, mas sim espaço suficiente à sua reprodução física, social e econômica, e diferentemente do que ocorre com a demarcação de terras indígenas, aqui, aqueles que injustamente as detêm são desapossados mediante indenização, prévia, justa e em dinheiro, ficando a área titulada em nome da associação para tais fins criada, com usufruto de forma coletiva, ou seja, sob a forma de condomínio, pelo comunidade reivindicante.

#### **4. COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA REGIÃO DA 4ª COLÔNIA: O ACESSO A POLÍTICAS NO QUILOMBO VOVÓ ISABEL E QUILOMBO MARTIMIANOS**

A comunidade remanescente de quilombo Vovó Isabel foi reconhecida como tal apenas entre os anos de 2004 e 2005, após o laudo antropológico coordenado por Rosane A. Rubert, o que permitiu, em seguida, sua inclusão no projeto RS Quilombola, o qual melhorou as condições habitacionais da localidade. Ainda naquela época iniciaram-se as tratativas para formação de uma entidade quilombola local, oficialmente fundada, em 2006, como Associação Remanescente de Quilombo Vovó Isabel, atualmente presidida pelo Sr. Flávio Moreira, sendo que a o registro e emissão da certidão de autodefinição, pela FCP, somente foi efetivado no ano de 2008.

Nota-se que, embora a comunidade manifeste interesse na demanda com relação ao acesso à terra, ainda não foi iniciado qualquer processo administrativo junto ao INCRA, havendo, nesse sentido, no momento, um procedimento junto ao Ministério Público Federal – MPF em Santa Maria (RS), onde essa e outras questões estão sendo tratadas. Para além disso, a comunidade é bem desenvolvida e tem acesso a diversas políticas sociais, incluindo políticas de habitação. Em 2010 a comunidade tornou-se beneficiária do Programa Minha Casa Minha Vida de Habitação Rural, a partir de um acordo firmado entre a SEPPIR e a Caixa Econômica Federal (Lei Federal nº 11.977/2009), para contemplar esse segmento, garantindo à comunidade, assim, moradia digna. Naquele ano, a Secretaria de Obras de Nova Palma fez a terraplanagem da área onde as vinte e quatro casas foram construídas, bem como realizou a reabertura da estrada para viabilizar a passagem de ônibus no local.





Já referente ao acesso a políticas de saúde, recentemente houve um avanço considerável, pois em 2014 o Quilombo Vovó Isabel foi contemplado com uma verba do Governo Federal objetivando a construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS), dentro do Quilombo, equipamento que, assim como o salão comunitário, a escola, o ginásio de esportes, o campo de futebol e a capela, estão na sede da comunidade, a cerca de 300 metros de distância das residências.

Na área da educação, no ano de 1967, foi erguida a primeira escola dentro do Quilombo, com recursos próprios e com uma estrutura de madeira, atendendo alunos da então 1ª à 4ª série, substituída por outra, em 1986, construída em alvenaria, denominada Escola Municipal Santo Inácio. Pouco tempo depois, em 1991, foi fundada a Sociedade Esportiva Recreativa Botafogo/S.E.R Botafogo, mesmo ano em que a comunidade começou a receber água encanada, luz elétrica e as primeiras casas de alvenaria. No ano de 2008, foi iniciada a ampliação da escola municipal, com a inauguração de três novos compartimentos (duas salas de aula e um banheiro adaptado para pessoas com deficiência), obra viabilizada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Essa mesma fonte de recursos permitiu, em 2009, edificar-se a cobertura da quadra de esportes da comunidade, que possuía apenas um piso rústico, transformada, assim, em um ginásio. A escola segue as diretrizes da Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, que trata da educação quilombola, tendo por objetivos valorizar e manter viva a história e cultura das comunidades remanescentes de quilombos, prevendo, inclusive, investimentos necessários para que ela seja acessível aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

A Agroindústria Familiar Vovó Isabel é um nicho que segue em pleno desenvolvimento e tem por foco a fabricação de produtos farináceos, visando atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), além do comércio local, gerando renda para a comunidade e fortalecendo a economia regional, sendo que, em 2015, a empresa recebeu um veículo utilitário para realizar o transporte da produção.

Ademais, de acordo com a Prefeitura Municipal de Nova Palma, no ano de 2019 foi realizada uma busca ativa na comunidade, visando à atualização dos dados dos moradores no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo – CADUNICO, usado como referência para a elaboração e execução de programas governamentais na área, oportunidade



em que ficou acordado que a iniciativa será reeditada, periodicamente, para que os habitantes continuem a ser beneficiados com as ações a que têm direito.

Por outro lado, a comunidade remanescente de quilombo Martimianos já foi titulada, a partir de laudo antropológico elaborado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), cuja associação – em funcionamento regular há cerca de 12 anos, embora não possua, ainda, uma sede física – que tem como presidente e vice, respectivamente, o Sr. João Oraci e a Sra. Terezinha Lopes, vem negociando com a Prefeitura Municipal ajustes em termos de infraestrutura, como é o caso da transferência dos equipamentos de saúde e educação para o interior da sede.

Atualmente, a comunidade, então, já não enfrenta problemas de acesso à terra, mas possui dificuldades no que tange à implementação de ações no âmbito das políticas públicas, dentre as quais destaca-se a inexistência de uma rede de distribuição de água potável para todos os moradores (como é o caso da própria vice-presidente da Associação), uma vez que, em 2014, o Poder Público fechou um poço artesiano que havia no local, após estudos apontarem para a contaminação da água por excesso de flúor, análises realizadas tardiamente, mesmo competindo à Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, vinculada ao Ministério da Saúde, oferecer abastecimento de água potável e esgotamento sanitário àquelas, por meio do Programa Saneamento Básico. No mesmo ano, no dia 03 de dezembro, ocorreu uma audiência para tentativa de conciliação, nos autos da AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 5005499-71.2014.4.04.7102, ajuizada com vistas à garantia de água potável para todos os moradores – bem como tratamento odontológico para aqueles que foram prejudicados pelo consumo da água contaminada –, provavelmente infrutífera, pois que a mesma continua em andamento.

Mesmo sem esse serviço essencial, os moradores conquistaram o direito à habitação, por meio da construção de 13 casas pelo programa Minha Casa, Minha Vida de Habitação Rural, não havendo, porém, equipamento de saúde na comunidade, a qual tem que buscar atendimento em unidades próximas e/ou aguardar as visitas de agentes comunitários que, muitas vezes, não são regulares.

Também não há escola dentro do Quilombo, nem nas proximidades, fazendo com que os moradores em idade escolar precisem se deslocar até a cidade, situação que poderia ser amenizada com a instalação de um telecentro, já que, hoje, muitos cursos – especialmente de nível médio/técnico e superior – podem ser acompanhados a distância.



Ademais, os remanescentes do Quilombo buscam um nicho de mercado no turismo étnico para a complementação da renda das famílias, em grande parte formada por agricultores. Recentemente, no ano de 2018, os moradores receberam seus Blocos de Produtores Rurais, uma grande conquista, pois, com isso, fica assegurado seus direitos sociais e previdenciários, bem como sua comprovação de renda, em caso de necessidade de acesso a crédito, por exemplo. Todavia, as famílias ainda têm dificuldades em prover seu sustento:

[...] os dados socioeconômicos dos membros da Comunidade de Rincão dos Martimianos revelam um quadro perversamente precário, relacionado a situações de subemprego, atividades informais, baixos salários, aposentadorias irrisórias e aviltantes recursos provenientes do arrendamento, a maioria das vezes efetuado de forma verbal, de áreas de terra, que, em muitos casos, se resumem a algumas sacas de arroz/ano por hectare (ANJOS; SILVA, 2004, p. 162).

Tal informação revela a necessidade de maior “busca ativa” do setor de Assistência Social do município, haja vista que os moradores demonstram estarem desassistidos de políticas dessa natureza – um direito deles –, bem como programas voltados à transferência de renda e demais benefícios.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do cotejo entre as duas situações de fato – Martimianos e Vovó Isabel – vislumbra-se, no primeiro caso, o quão inefetiva se apresenta a posse da terra sem as ações de qualificação do território, no sentido de aí se fixar a população beneficiária dessa política pública, muito semelhante às experiências frustradas de assentamentos da Reforma Agrária sem um mínimo de planejamento, assim como aqueles voltados à habitação de interesse social, em áreas urbanas, onde a proibição, inclusive, de instalação de estabelecimentos voltados à prestação de serviços e ao comércio, de fato não os impede, porém faz com que funcionem de forma inadequada, e até mesmo perigosa, pois são, muitas vezes, improvisadas.

Já no segundo, em que pese a escassez da terra, que impede o resgate de aspectos essenciais à reprodução sociocultural, baseada na ancestralidade e na relação com o território de maneira mais tradicional – especialmente do ponto de vista ambiental – dos quilombolas, todos os demais equipamentos (de saúde, educação, produção e habitação) não são suficientes para manter os jovens no espaço, contando hoje, essa comunidade, com 13 alunos matriculados na UFSM, nos seus três níveis de atuação – ensino médio, educação superior (graduação e pós-graduação) –, o que parece evidenciar um desperdício do investimento



público, aos olhos de alguns gestores, mas que, na verdade, reflete o descompasso do planejamento e execução entre políticas setoriais e territoriais.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, J. C. G.; SILVA, S. B. **São Miguel e Rincão dos Martimianos**: ancestralidade negra e direitos territoriais. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

ANJOS, J. C. G. Raça e Pobreza Rural no Brasil Meridional: as comunidades remanescentes de quilombos. **Estudos do Cepe**, Santa Cruz do Sul (RS), v. 18, p. 43-62, 2004.

ASSOC REMANESCENTE QUILOMBO VOVÓ ISABEL, 2021. Santo Inácio. Nova Palma, 12. 05. 2021. **Facebook:@Quilombo Vovó Isabel**. Disponível em: <https://bit.ly/3D3X39Z>. Acesso em: 19 de maio de 2021.

BORBA, C. A. Território Quilombola: identidade e inclusão social-O caso de Rincão dos Martimianos, Restinga Seca/RS. **Em Tese**, v. 3, n. 1, p. 86-99, 2006.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 5ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CONCILIAÇÃO garante água potável e tratamento odontológico para quilombo em Restinga Sêca (RS). **Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, 2014**. Disponível em: Conciliação garante água potável e tratamento odontológico para quilombo em Restinga Sêca (RS) – Justiça Federal do Rio Grande do Sul (jfrs.jus.br). Acesso em: 07 de mai. 2021.

DA SILVA, R. **A Cultura do quilombo vovó Isabel da comunidade Santo Inácio, Nova Palma - RS**. 41 p. Trabalho de Graduação (Licenciatura em Geografia), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

MPF em Santa Maria quer água potável para Quilombo Rincão dos Martimianos. **Ministério Público Federal, 2 de julho de 2014**. Disponível em: <http://goo.gl/oQ1LUa>. Acesso em: 02 de mai. de 2021

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, RS. **Comunidade Quilombola Rincão dos Martimianos segue lutando contra invasores, água contaminada e para regularizar e finalizar sua situação fundiária**. Disponível em: <https://bit.ly/3um8jdC>. Acesso em: 10 de mai. 2021

OLIVEIRA, R. S.; SANTOS, J. R. Q. A escravidão no processo de emancipação nas Imediações da Quarta Colônia de Imigração Italiana – XIX. **In Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, p. 01-17, 2011.

OLIVEIRA, R. S.; SANTOS, J. R. Q. O Trabalho Escravo nas Imediações da Quarta Colônia de Imigração Italiana em Meados do Século XIX. **Revista Latino-Americana de História**, Edição Especial - Dossiê Lugares da História do Trabalho, v. 1, n. 3, p. 74-87, março. 2012.

REUNIÃO na Comunidade do Santo Inácio tratou do Cadastro Único. **Prefeitura Municipal de Nova Palma, 2019**. Disponível em: <https://bit.ly/36yY11E>. Acesso em: 20 de mai. 2021.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO RS. Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, 2016. **População escrava do RS - 1872**. Disponível em: [atlassocioeconomico.rs.gov.br/midia/imagem/mapa-hist-pop-escrava-1872](http://atlassocioeconomico.rs.gov.br/midia/imagem/mapa-hist-pop-escrava-1872). Acesso em: 05 de maio 2021.

